



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
DIRETORIA DE ENSINO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
Modalidade à Distância**

**CUIABÁ – MT
MAIO 2022**



Resolução CONSEPE nº43/2022 que recomendou a aprovação de PPC, Resolução CONSEPE nº 45/2022 que recomendou a autorização de funcionamento. Resolução CONSUP nº 120/2022 homologou as Resoluções CONSEPE 43 e 45 de 2022.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO
CAMPUS CUIABÁ – CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA
DIRETORIA DE ENSINO**

Autoridades:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Victor Godoy

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: SETEC

Tomás Dias Sant'Ana

**REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DE MATO GROSSO**

Dr. Júlio César dos Santos

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Ma. Luciana Maria Klamt

Resolução CONSEPE nº43/2022 que recomendou a aprovação de PPC, Resolução CONSEPE nº 45/2022 que recomendou a autorização de funcionamento. Resolução CONSUP nº 120/2022 homologou as Resoluções CONSEPE 43 e 45 de 2022.

CAMPUS CUIABÁ CEL. OCTAYDE JORGE DA SILVA

Alceu Aparecido Cardoso

Diretor Geral

Julio Correa de Resende Dias Duarte

Diretor de Ensino

Tiago de Almeida Lacerda

Diretor de Extensão

Anna Carla Acosta

Diretora de Administração e Planejamento

Valtemir Emerencio do Nascimento

Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação

Tony Inácio da Silva

Chefe do Departamento de Engenharia Elétrica e Automação

Silvana Fava Marchezini

Chefe do Departamento de Infraestrutura

Juliana Fonseca Antunes

Chefe do Departamento de Computação

Vicente Pedroso da Silva Filho

Chefe de Departamento de Gestão e Hospitalidade

Kleber Roberto Lopes Corbalan

Chefe do Departamento de Área da Base Comum

Resolução CONSEPE nº43/2022 que recomendou a aprovação de PPC, Resolução CONSEPE nº 45/2022 que recomendou a autorização de funcionamento. Resolução CONSUP nº 120/2022 homologou as Resoluções CONSEPE 43 e 45 de 2022.

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Rothschild Alencastro Antunes

Coordenador do Núcleo de Educação à Distância

Eloisa Rosana de Azeredo

Coordenadora do curso de Licenciatura em Pedagogia - EaD

Pedro Clarindo da Silva Neto

Articulador Institucional e Responsável por publicações e evento acadêmicos

Marilson Oliveira Corrêa

Designer Instrucional dos cursos de graduação e pós-graduação

Alexandre Torrezam

Designer Instrucional dos cursos de graduação e pós-graduação

Maurício Prado Catharino

Suporte NEaD Moodle - Capacitação e Treinamento

Custódio Gastão da Silva Júnior

Suporte NEaD Moodle - Capacitação e Treinamento

Marilson Oliveira Correa

Gestor de Plataforma

Thallia Arrais Cicero de Sá

Secretária Acadêmica

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PCC

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA – MODALIDADE À DISTÂNCIA

Resolução CONSEPE nº43/2022 que recomendou a aprovação de PPC, Resolução CONSEPE nº 45/2022 que recomendou a autorização de funcionamento. Resolução CONSUP nº 120/2022 homologou as Resoluções CONSEPE 43 e 45 de 2022.

Denise Stopa de Castro

Edna Sousa de Almeida

Eloisa Rosana de Azeredo

Larissa Beraldo Kawashima

Maria da Rocha Ramos Sodré

Silvia Regina Fernandes Vilanova

Resolução CONSEPE nº43/2022 que recomendou a aprovação de PPC, Resolução CONSEPE nº 45/2022 que recomendou a autorização de funcionamento. Resolução CONSUP nº 120/2022 homologou as Resoluções CONSEPE 43 e 45 de 2022.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
01. PERFIL INSTITUCIONAL.....	12
2. O IFMT	15
2.1 Histórico	15
2.2 Histórico do campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva	16
2.3. Áreas de Atuação.....	18
2.4 Missão, Visão e Valores do IFMT	20
2.5 Breve histórico da Educação à Distância	20
03. JUSTIFICATIVA.....	25
04 OBJETIVOS.....	32
4.1 Objetivo geral.....	32
4.2 Objetivos específicos.....	32
05 REQUISITOS E FORMAS DE INGRESSO	33
06 PÚBLICO ALVO	34
07 MATRÍCULA.....	34
08 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	35
09 DIRETRIZES EDUCACIONAIS	39
10 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	43
10.1 Estrutura Curricular.....	48
10.2 A prática como Componente Curricular	51
10.3 Estágio Supervisionado	53
10.4. Oficinas e Seminários Integradores.....	59
10.5 Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento	61
10.6 Curricularização da Extensão.....	64

Resolução CONSEPE nº43/2022 que recomendou a aprovação de PPC, Resolução CONSEPE nº 45/2022 que recomendou a autorização de funcionamento. Resolução CONSUP nº 120/2022 homologou as Resoluções CONSEPE 43 e 45 de 2022.

10.7 Diretrizes Curriculares Transversais	69
11 AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.....	76
12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC	75
13 MONITORIA	79
14 VISITAS TÉCNICAS	80
15 ESTRUTURA CURRICULAR: EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS	81
15.1 Primeiro semestre	81
15.2 Segundo semestre	86
15.3 Terceiro semestre.....	93
15.4 Quarto semestre.....	98
15.5 Quinto semestre.....	104
15.6 Sexto semestre.....	110
15.7 Sétimo semestre.....	116
15.8 Oitavo semestre	120
16 PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS.....	123
17 CORPO DOCENTE.....	126
18 CORPO TUTORIAL.....	129
18.1 Tutoria Presencial.....	130
18.2 Tutoria à Distância	131
18.3 Tutoria de Estágio.....	132
19 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	134
20 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS	136
21 ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	136
22 POLÍTICAS DE CONTROLE DE EVASÃO ESCOLAR.....	138
23 ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	139
24 MOBILIDADE ACADÊMICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	140

Resolução CONSEPE nº43/2022 que recomendou a aprovação de PPC, Resolução CONSEPE nº 45/2022 que recomendou a autorização de funcionamento. Resolução CONSUP nº 120/2022 homologou as Resoluções CONSEPE 43 e 45 de 2022.

25 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE	140
26 COLEGIADO DE CURSO	141
27 CERTIFICAÇÃO E DIPLOMAS	142
28 COLAÇÃO DE GRAU	143
29 INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS	143
30 PLANO DE MELHORIAS PARA O CURSO	145
31 REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE	145
32 DISPOSIÇÕES FINAIS	147
33 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	148

Resolução CONSEPE nº43/2022 que recomendou a aprovação de PPC, Resolução CONSEPE nº 45/2022 que recomendou a autorização de funcionamento. Resolução CONSUP nº 120/2022 homologou as Resoluções CONSEPE 43 e 45 de 2022.

APRESENTAÇÃO

Este documento constitui-se numa proposta de Projeto Pedagógico para o curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade à distância, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva. Propõe-se a implantação de um modelo didático-pedagógico, voltado para a realidade social e profissional, local e regional, com o compromisso de formar professores e gestores aptos a atuarem de forma crítico reflexiva na Educação Infantil, nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Administração Escolar e na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Licenciatura em Pedagogia é um curso destinado a formar pedagogos com autonomia intelectual, que buscam qualidade em sua atuação pedagógica a partir da reflexão crítica sobre a prática de ensino e o compromisso com a formação continuada, seja no seu desempenho profissional quanto no desenvolvimento do seu futuro aluno conforme os princípios éticos e os subsídios legais que fundamentam a sua profissão e aplicação no cotidiano.

O IFMT em sintonia com seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), propõe neste plano de curso, meios para formar professores e gestores aptos a atuarem de forma crítico-reflexiva na Educação Infantil, nos anos Iniciais do Ensino Fundamental, na Administração Escolar e na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Para isso, é imprescindível “interagir com a tendência crítica da pedagogia que se caracteriza pela prática pedagógica dialógica, reflexiva e transformadora, com vistas a contribuir para um processo de formação e transformação social” (IFMT, 2019, p. 49). Com esse intuito, os processos de assimilação e de produção do conhecimento no curso de Licenciatura em Pedagogia devem privilegiar as experiências voltadas às “práticas libertadoras, contribuindo para a dissipação das práticas bancárias e autoritárias, como já preconizava o educador Paulo Freire” (IFMT, 2019, p. 49).

O diálogo com a abordagem reflexiva é essencial na formação dos futuros professores, sobretudo diante da nova institucionalidade da rede federal de educação profissional, em que se assumem novos desafios como a integração entre ensino, pesquisa e extensão. Tal abordagem requer um maior envolvimento do futuro docente nas atividades de investigação científica, ao mesmo tempo em que estimula a reflexão sobre as próprias práticas, tornando-o capaz de construir e reconstruir seus saberes em

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

prol de um fazer educativo consonante com os ideais de transformação pessoal e social (IFMT, 2019).

Neste sentido, o curso de Licenciatura em Pedagogia segue as Diretrizes Curriculares Nacionais de acordo com os novos paradigmas para a educação do século XXI, nos quais assumem um papel fundamental o multiculturalismo, a interdisciplinaridade, a contextualização e o desenvolvimento de competências e habilidades gerais, profissionais e específicas. Para isso, faz-se necessário romper com os paradigmas tradicionais vigentes na escola, deixando de lado uma formação enciclopédica e bancária para ceder espaço ao “aprender a aprender”. Só assim, o estudante estará preparado para exercer a sua autonomia e efetivamente participar como cidadão integrante de uma sociedade democrática e inclusiva.

A estrutura curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia se organiza em 08 semestres letivos com uma carga horária de 3.215 horas, correspondente ao desenvolvimento de componentes curriculares que integram disciplinas obrigatórias e optativas, atividade de Estágio Supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares. Essa estruturação do curso em semestres letivos, permite uma organização didático-pedagógica consistente e coerente, favorecendo a formação do futuro pedagogo.

A proposta de trabalho elencada neste curso compreende como condição para a concepção de um processo formativo teórico-prático de qualidade crescente, em que a formação profissional assume novos desafios diante da prática pedagógica, fortalecendo-se o trabalho coletivo, a atitude interdisciplinar, a organização da prática acadêmica por meio de um rol de fatores e instrumentos de pesquisa e de atividades de formação.

O curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade à distância, é uma proposta nova de ensino e será administrado pelo IFMT- Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva em suas dimensões administrativas, técnicas e pedagógicas e sob a orientação da Pró-reitora de Ensino. Mesmo tendo como proposta o funcionamento em diversos polos mato-grossenses, toda a documentação da vida acadêmica dos alunos será registrada e arquivada através do sistema acadêmico da Secretaria Geral de Documentação Escolar – SGDE, no Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva.

O IFMT desenvolve função estratégica no processo de desenvolvimento socioeconômico do Estado, na medida em que a qualificação profissional, o incentivo à

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

pesquisa, os projetos de extensão e as demais ações da Instituição estão diretamente relacionados ao aumento da produtividade, inovação nas formas de produção e gestão, melhoria da renda dos trabalhadores e na qualidade de vida da população em geral. Nesse sentido, a missão da Instituição está voltada para “Educar para a vida e para o trabalho”, sempre focada no compromisso com a inclusão social. A modalidade de Educação à Distância veio para contribuir com esta missão institucional, ampliando o acesso à educação e levando o IFMT à populações que se encontravam em condições desfavoráveis de estudo devido ao acesso.

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO
Denominação do Curso: Graduação em Licenciatura em Pedagogia modalidade à Distância
Grau: Licenciatura
Nível do curso: Superior
Periodicidade da seleção: Anual
Modalidade: À Distância
Duração: Integralização ideal de 8 (oito) semestres e 12 (semestres), máximo para conclusão
Regime de Matrícula: Semestral
Organização: Semestral com matrícula por disciplinas.
Número de vagas: 50 vagas por polo
Processo de admissão: À critério da instituição.
Requisitos para ingresso: Concluintes do Ensino Médio e/ou equivalente
Carga horária total do curso: 3215 (três mil duzentas e quinze) horas
Início do curso: 2022/1
Instituição Responsável: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Legislação do curso:

- Lei ° 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
- RESOLUÇÃO CNE/CP N° 1, DE 15 DE MAIO DE 2006, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.
- RESOLUÇÃO CNE/CP N° 1, DE 01 DE MARÇO DE 2016, Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade à Distância.
- RESOLUÇÃO N° 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.
- RESOLUÇÃO CNE/CP N° 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019, que Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).
- RESOLUÇÃO CONSUP/IFMT N° 81 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2020, que aprovou o Regulamento Didático.

Número do ato de reconhecimento do curso: A instituição deverá protocolar pedido de reconhecimento de curso no período e na forma estabelecidos em ato do Ministro de Estado da Educação.

Resolução de Aprovação:

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE n°43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE n° 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP n° 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

01. PERFIL INSTITUCIONAL

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso constitui-se em uma autarquia instituída pelo Governo Federal através da Lei nº 11.892/2008, oriunda dos antigos CEFET Cuiabá, Mato Grosso e Escola Agrotécnica de Cáceres, atualmente possui 14 campi em funcionamento, sendo eles: Alta Floresta, Barra do Garças, Cáceres, Campo Novo do Parecis, Confresa, Cuiabá – Octayde Jorge da Silva, Cuiabá – Bela Vista, Juína, Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Rondonópolis, São Vicente, Sorriso e Várzea Grande. Possui ainda 5 campi avançados, nos municípios de Diamantino, Lucas do Rio Verde, Tangará da Serra, Sinop e Guarantã do Norte.

Atendendo à legislação e a uma demanda social e econômica, o IFMT tem focado sua atuação na promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, conforme estabelecido no artigo 6º da Lei de criação dos IFs (BRASIL, 2008):

[...] ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019 - 2023 (IFMT, 2019), atualmente, o IFMT possui aproximadamente 25 mil alunos, nos mais de 100 cursos distribuídos nos níveis: Superior (bacharelado, licenciatura e tecnologias), Pós-graduação (especializações e mestrados), Técnico (com ensino médio integrado, subsequente, concomitante e proeja), Educação à Distância (UAB e Pro funcionário), além de cursos de curta duração, como FIC (Formação Inicial e Continuada).

Conforme registrado na Plataforma Nilo Peçanha/2020 o IFMT ofertou no ano de 2019: 111 cursos técnicos presenciais; 01 curso técnico à distância; 62 cursos graduação presenciais, sendo 29 de tecnologia, 18 bacharelados e 15 licenciaturas; 05 cursos graduação à distância (2 de tecnologia e 3 licenciaturas); 10 cursos pós graduação lato sensu presenciais; 07 cursos pós graduação lato sensu à distância; 03 cursos pós graduação stricto sensu presenciais. Portanto, em 2019 o IFMT alcançou a marca de 28.549 estudantes matriculados, divididos entre o período diurno e noturno.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Diante da estrutura multicampi do IFMT, alguns apresentam especificidades quanto à sua estrutura e oferta de cursos, como por exemplo, os campi localizados em São Vicente, Confresa, Campo Novo do Parecis, Juína e Cáceres, que possuem vocação agropecuária, possuindo estruturas de escolas-fazenda e, dentre outras características, mantém alojamento (residenciais estudantis), restaurante e estrutura necessária para receber alunos internos em suas sedes. Os demais campi possuem estrutura voltada para a área de prestação de serviços, indústria e comércio.

O IFMT é a principal instituição de educação profissional e tecnológica do estado de Mato Grosso, ofertando ensino em todos os níveis de formação, além de promover a pesquisa e a extensão, estimulando docentes e estudantes através de programas que ofertam bolsas para desenvolvimento dos projetos. Nos últimos anos os investimentos cresceram exponencialmente nessas áreas, sendo direcionados a bolsas-auxílio, a pesquisadores e extensionistas. Os programas financiam desenvolvimento das pesquisas e projetos de extensão, conforme estabelecido também na 11.892/2008:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:(...)

VI – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX – promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

A promoção da inclusão social e da acessibilidade também se apresenta como metas fundamentais do IFMT, estando inclusive definida como tal no estatuto da Instituição, publicado no Diário Oficial da União de 04.09.2009:

Art. 4º - O IFMT, em sua atuação, observa os seguintes princípios norteadores:

I - compromisso com a justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, transparência, publicidade e gestão democrática;

II - verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e a extensão;

III - eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos educacionais, locais, sociais e culturais;

IV - Inclusão de pessoas com deficiências e com necessidades educacionais especiais;

V - natureza pública e gratuita do ensino regular, sob a responsabilidade da União.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

1.1 Identificação Institucional
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva
Data da criação: 29/12/2008
Lei de criação: Lei Federal nº 11.892, de 29/12/2008
Estatuto: Diário Oficial da União de 04/09/2009
CNPJ: 10.784.782/0002-31
Natureza Jurídica: Autarquia
Mantenedora: Ministério da Educação
Diretor Geral: Alceu Aparecido Cardoso
Diretor de Ensino: Julio Correa de Resende Dias Duarte
Coordenador de Curso: Eloisa Rosana de Azeredo
Endereço: Rua Professora Zulmira Canavarros, 95, Bairro: Centro Sul
Cidade: Cuiabá/MT, CEP: 78005-200
Telefones: (065) 3318-1400: PABX (065) 3318-1407: Fax (65) 3318-1404 : Gabinete – Direção Geral (65) 3318-1410 : Atendimento (Gabinete da Direção)
Site: www.cba.ifmt.edu.br
E-mail: gabinete.cba@ifmt.edu.br

2. O IFMT

2.1 Histórico

A história do Instituto Federal de Mato Grosso inicia-se no ano de 1909, quando se iniciaram as primeiras experiências em educação profissional e tecnológica no País. Neste ano, foi criada a Escola de Aprendizes e Artífices de Mato Grosso, onde atualmente funciona o Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva deste IFMT.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Depois disso, no ano de 1943, foi criado o Aprendizado Agrícola de Mato Grosso, em Santo Antônio do Leverger, onde atualmente funciona o Campus São Vicente. Já no ano de 1980, foi criada a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres, atualmente Campus Cáceres. Após algumas mudanças de nomenclatura, chegamos ao ano de 2008, com três centros de referência em educação profissional no Estado: o CEFETMT Mato Grosso em Cuiabá, o CEFETMT em São Vicente e a Escola Agrotécnica Federal de Cáceres. Neste período, já estavam em funcionamento ou em fase de implantação as unidades de ensino descentralizadas (Uned), no bairro do Bela Vista (Cuiabá) e nos municípios de Pontes e Lacerda, Campo Novo do Parecis, Juína, Confresa, Barra do Garças e Rondonópolis.

Até que na data de 29 de dezembro de 2008, a Lei 11.892 cria os Institutos Federais em todo o País. Em Mato Grosso, a junção das três autarquias - Cefet Mato Grosso (em Cuiabá), o Cefet Cuiabá (em São Vicente) e Escola Agrotécnica Federal de Cáceres - cria o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), que desde então, em um processo de expansão e interiorização, alcançou diversas outras localidades, tais como Primavera do Leste, Várzea Grande, Alta Floresta, Diamantino, Lucas do Rio Verde e Tangará da Serra, Sorriso, Sinop, Guarantã do Norte.

Neste contexto, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, da qual o IFMT – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva é parte integrante, segue com sua missão de oferecer educação profissional técnica e tecnológica, pública, gratuita e de qualidade para toda a sociedade brasileira.

2.2 Histórico do campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva

O IFMT - Campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva foi fundado em 23 de setembro de 1909, através do decreto n.º 7.566, de 23/09/1909, de autoria do Presidente da República Nilo Peçanha. Inaugurado em 1º de janeiro de 1910 como Escola de Aprendizes Artífices de Mato Grosso (EAAMT), tinha como objetivo munir o aluno de uma arte que o habilitasse a exercer uma profissão e a se manter como artífice.

Em 1930, a EAAMT vinculou-se ao Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 13 de janeiro de 1937, através da Lei nº 378, as Escolas de Aprendizes Artífices receberam a denominação de Liceus Industriais. No entanto, somente em cinco de setembro de 1941, via

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Circular nº 1.971, a EAAMT assumiu oficialmente a denominação de Liceu Industrial de Mato Grosso (LIMT).

A partir da década de 1940, o ensino nacional passou por uma reforma denominada Reforma Capanema. Por meio dela, o LIMT transformou-se em Escola Industrial de Cuiabá (EIC), em função do Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. A escola passou, assim, a oferecer o ensino profissional com cursos industriais básicos e de mestria de alfaiataria, sapataria, artes do couro, marcenaria, serralharia, tipografia e encadernação.

Através da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, a EIC adquiriu personalidade jurídica própria e autonomia didática, administrativa, técnica e financeira. Com a expedição da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passou a oferecer o ensino profissional com cursos ginásiais industriais equiparados aos de 1º grau do ensino médio.

Em 20 de agosto de 1965, transformou-se em Escola Industrial Federal de Mato Grosso (EIFMT), em função da Lei nº 4.759. Três anos depois, a Portaria Ministerial nº 331, de 17 de junho de 1968, alterou a lei anterior e a escola industrial passou a denominar-se Escola Técnica Federal de Mato Grosso (ETFMT).

Com a reforma do ensino de 1º e 2º graus (antigos ginásial e colegial), introduzida pela Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, a ETFMT acabou de vez com os antigos cursos ginásiais industriais (1º grau), e passou a oferecer o ensino técnico de 2º grau integrado ao propedêutico. Além disso, deixou de atender, especificamente, alunos do sexo masculino, com a aceitação de mulheres nos referidos cursos.

Com o advento da Nova LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o ensino profissional deixou de ser integrado ao propedêutico e a ETF passou a oferecer, separadamente, o ensino médio (antigo propedêutico) e o ensino profissional de nível técnico e nível básico. Pelo Decreto Presidencial de 16 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial da União (DOU) em 19 de agosto de 2002, a ETFMT transformou-se em Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, nos termos da Lei nº 8948/94. A partir daí, além do ensino médio e do ensino profissional de nível técnico e básico, a Instituição passou a oferecer o ensino profissional de nível tecnológico e a pós-graduação em nível Lato Sensu.

Através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008, publicada no DOU de 30/12/2008, é criado o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), mediante

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cuiabá, e da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres.

O novo modelo institucional concebido para os IFs visa articular a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. Em consonância com essas diretrizes o *campus* Cuiabá Octayde Jorge da Silva oferece atualmente cursos técnicos integrados ao ensino médio; cursos técnicos subsequentes; cursos superiores de bacharelados, licenciaturas e de tecnologias; e pós-graduação lato sensu e stricto sensu. No contexto da educação profissional tecnológica os Institutos Federais de Educação - IFs destacam-se hoje como centros de qualidade e de credibilidade, apresentando-se como uma das mais bem sucedidas experiências em educação pública de qualidade de nosso país.

Grande parte dessa qualidade atribuída aos IFs justifica-se pela concepção político-pedagógica em que se pautam os seus processos educacionais, e que, por conseguinte, é definidora dos seus currículos, que tem como foco a formação do jovem, do trabalhador, na perspectiva deste, enquanto sujeito ativo, ético e contextualizado, capaz de compreender a realidade e superá-la, a fim de contribuir com as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a transformação da sociedade. Nesta perspectiva o campus Cuiabá - Cel. Octayde Jorge da Silva apresenta-se como um importante centro de difusão e produção de conhecimento, oferecendo ensino em todos os níveis de formação e em diferentes modalidades, promovendo, conjuntamente, a pesquisa e a extensão.

2.3. Áreas de Atuação

Atualmente o IFMT Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva oferece 28 (vinte e oito) cursos de Educação Profissional Técnica e Tecnológica, sendo 08 (oito) cursos Técnicos de Ensino Médio Integrado, 04 (quatro) cursos Técnicos Subsequentes ao Nível Médio, e 12 (doze) superiores e 03 cursos de pós-graduação, quais sejam:

Quadro 01: Cursos ofertados pelo IFMT- campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva

Nível	Modalidade	NOME DO CURSO
-------	------------	---------------

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Técnico	Integrado	Técnico em Eventos
		Técnico em Secretariado
		Técnico em Eletroeletrônica
		Técnico em Edificações
		Técnico em Eletrônica
		Técnico em Eletrotécnica
		Técnico em Informática
		Técnico em Agrimensura
	Subsequente	Técnico em Agrimensura
		Técnico em Edificações
		Técnico em Eletrônica
Técnico em Eletrotécnica		
Superior	Bacharelado	Engenharia de Computação
		Engenharia de Controle e Automação
		Engenharia Elétrica
		Secretariado Executivo
		Turismo
	Licenciatura	Educação Física
		Pedagogia EPT (Educação à Distância)
	Tecnologia	Automação Industrial
		Construção de Edifícios
		Controle de Obras
		Geoprocessamento
		Redes de Computadores
		Sistemas para Internet
		Sistemas para Internet (Educação à Distância)
Pós-Graduação	Especialização	Especialização em Redes para Computadores e Sistemas Distribuídos (Educação à Distância)
		Mestrado em Ensino
	Mestrado	Mestrado Profissional em Educação Profissional em Rede Nacional.

Fonte: IFMT. Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva. Diretoria de Ensino, 2022.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

A estrutura organizacional do Campus Cuiabá Octayde Jorge da Silva, no que se refere à área fim da instituição - o ensino, é formada por 05 (cinco) Departamentos de Área: Departamento de Área da Base Comum (DABC); Departamento de Infraestrutura (DINFRA); Departamento de Área de Engenharia Elétrica e Automação (DAEE); Departamento de Computação (DCOM) e Departamento de Gestão e Hospitalidade (DAS); e pelo Núcleo de Educação à Distância (NEaD) que oferta os cursos a distância, com o apoio dos outros departamentos.

2.4 Missão, Visão e Valores do IFMT

O IFMT proporciona a formação científica, tecnológica e humanística nos vários níveis e modalidades de ensino, pesquisa e extensão, de forma plural, inclusiva e democrática, pautada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, preparando o educando para o exercício da profissão e da cidadania com responsabilidade ambiental.

Missão do IFMT: “Educar para a vida e para o trabalho”

Visão do IFMT: “Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, qualificando pessoas para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania por meio da inovação no ensino, na pesquisa e na Extensão”

Valores do IFMT:

1. Ética: Fundamental para as relações saudáveis;
2. Transparência: Um direito constitucional;
3. Profissionalidade: Na busca contínua pela qualidade;
4. Inovação: Utilizando das experiências para focar-se no futuro;
5. Empreendedorismo: Necessário para manter o propósito;
6. Sustentabilidade: Respeitando a sociedade e o planeta;
7. Humanidade: A dignidade do ser humano acima de tudo;
8. Respeito à diversidade: Reconhecemos as diferenças para alcançar a igualdade;
9. Inclusão: Diversidade e diferenças tratadas com equidade;
10. Democracia participativa: Por um fazer coletivo

2.5 Breve histórico da Educação à Distância

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

No Brasil, as primeiras experiências em Educação a Distância (EaD) são do início do século XX, com a oferta de cursos profissionalizantes por correspondência, sendo o primeiro registro da oferta de ensino à distância datado em 1904, com a oferta de um curso por correspondência de datilografia, divulgado no Jornal do Brasil.

Em 1937, a partir do avanço tecnológico proporcionado com a difusão do rádio, foi criado o Serviço de Radiodifusão Educativa (SRE) do Ministério da Educação. Após a criação do SRE, foram implantados inúmeros programas educativos de radiodifusão, em sua maioria de iniciativa da Igreja Católica.

Na década de 1940, passaram a ser ofertados cursos profissionalizantes em instituições como o Instituto Monitor (que ofertava o curso de Eletrônica em Rádio por correspondência), Instituto Universal Brasileiro (ofertava cursos livres de curta duração no setor industrial e de serviços e cursos supletivos), e pela Universidade do Ar, patrocinada pelo Senac e pelo Sesc. Até hoje, algumas dessas instituições permanecem ligadas à formação profissional por meio de cursos à distância.

Durante longo período, a oferta da EaD se deu somente nos chamados cursos livres. Com a promulgação da Lei nº 5.692/71 - Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1º e 2º graus - , permitiu-se, conforme parágrafo 2º do art. 25, o uso de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação para ministrar cursos supletivos, o que seria um primeiro passo para o reconhecimento da EaD. Logo após, foram criados os telecursos, transmitidos pela TV. Em 1978, a Fundação Roberto Marinho, em parceria com a Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura de São Paulo, criou o Telecurso 2º grau, projeto de educação supletiva a distância, sendo a primeira vez que uma rede comercial de televisão – TV Globo – era usada para um projeto educativo. Em 1981, com a experiência adquirida no desenvolvimento e veiculação desse projeto, foi iniciada a transmissão do Telecurso 1º grau, permanecendo no ar até a estreia, em 1995, do Telecurso 2000 e, concomitantemente, do Telecurso 2000 Profissionalizante. O modelo de telecurso conviveu com os formatos antigos, como o material impresso, uma característica que se manteve até a década de 1990. Durante esse período, surgiram várias iniciativas de EaD em projetos para ampliar o acesso à educação, promover o letramento e a inclusão social de adultos.

Diante da nova realidade sociocultural e com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e o advento da internet, as instituições de ensino passaram a ofertar a

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

EaD por meio de ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs). Nessas, a mediação pedagógica e interação entre professores e alunos são realizadas em processos síncronos ou assíncronos, tornando as barreiras espaço-temporais cada vez menores e proporcionando aprendizagens cada vez mais personalizadas, ao possibilitar o uso de diferentes recursos educacionais, que podem englobar diversos tipos de mídias e tecnologias em prol de uma aprendizagem ativa e colaborativa.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB nº 9.394/1996, que regulamenta, no art. 80, o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, a EaD então efetivou-se legalmente. A partir das diretrizes traçadas pela LDB, a EaD foi regulamentada pelo Decreto nº 2.494/98, dos quais destacam-se: o estabelecimento de critérios para credenciamento das instituições de ensino; autorização e reconhecimento de cursos; a possibilidade de oferta de cursos à distância nos diversos níveis de ensino (ensino fundamental para jovens e adultos, ensino médio, educação profissional, e graduação); a equivalência entre cursos presenciais e à distância para fins de transferência e aproveitamento de créditos; a validade nacional de certificados e diplomas de cursos a distância por instituições credenciadas e registrados na forma da lei.

Complementando a legislação anterior, foram publicados os Decretos nº5.773/2006 e 6.303/2007, dispendo sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação para credenciamento e reconhecimento de instituições para oferta de educação superior à distância e para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de educação à distância.

Como parte do Plano de Desenvolvimento da Educação, no sentido de expandir e interiorizar a oferta de educação no Brasil, em todos os níveis de ensino, o Governo Federal instituiu, pelo Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB fomenta a oferta de educação superior pública e de qualidade por meio da modalidade de educação à distância, bem como apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos, estimulando a criação de centros de formação permanentes por meio dos polos de educação à distância em localidades estratégicas e incentivando o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). A

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

meta prioritária do Sistema UAB é contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação, por isso, as ofertas de vagas são prioritariamente voltadas para a formação inicial de professores da educação básica.

No dia 25 de maio de 2017, foi sancionado o Decreto nº 9.057, que trouxe novas mudanças quanto à regulamentação para criação de polos e credenciamento de instituições e revogou o Decreto nº 5.622/05, atrelando, ainda, à oferta de EaD a exigência de pessoal qualificado, políticas de acesso e acompanhamento e avaliação compatíveis (BRASIL, 2017).

Em 15 de dezembro de 2017, é publicado o Decreto nº 9.235, que revoga os Decretos nº 5.773/06 e 6.303/07, dispondo sobre a regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Em 2 de agosto de 2018, é publicada a Portaria Normativa MEC nº 742, que complementa este Decreto, dispondo sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.

Com relação à parceria da UAB com o IFMT, pode-se dizer que ela inicia com a participação da instituição no edital MEC/SEED nº 01, de 20 de dezembro de 2005, que previa a chamada pública para a criação de polos municipais de apoio presencial e de oferta de cursos superiores no âmbito do projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, um projeto experimental que visava ampliar a atuação das Instituições de Ensino Superior no Brasil e levar educação superior de qualidade às partes mais longínquas do país através da Educação a Distância – EaD.

Em conformidade com as possibilidades institucionais e o levantamento das demandas do Estado de Mato Grosso, propôs-se neste primeiro momento, a implementação dos cursos de Licenciatura em Química e Tecnólogo em Sistemas para Internet, que deveriam ser desenvolvidos através do projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB, fomentado pelo MEC. A implantação destes cursos selecionados pelo Edital MEC/SEED nº 01, utilizou as instalações do IFMT, sendo que o curso de Sistemas conta com o suporte, infraestrutura, recursos humanos, financeiros e logística do Campus Cuiabá Octayde Jorge da Silva. Hoje, contamos com 27 (vinte sete) polos de apoio presencial; Cuiabá, Cáceres, Pontes e Lacerda, Comodoro, Sapezal, Juara, Juína, Aripuanã, Colíder, Guarantã do Norte, Lucas do Rio Verde, Sorriso, Arenópolis, Diamantino, Barra do Bugres, Pedra Preta, Campo Verde, Primavera do Leste, Nova Xavantina, Água Boa, Canarana, Ribeirão Cascalheira, Confresa, São Felix do Araguaia, Paranatinga,

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Paranaíta. Esses são os polos aptos para funcionar, sendo que no momento a UAB/IFMT está presente em todos polos, o curso Sistemas para Internet será ofertado nesses polos, conforme articulação entre a Capes, IFMT, UFMT e UNEMAT.

Na busca por preencher lacunas históricas da formação de professores para a educação básica e, ressaltando a necessidade de fortalecer também a formação na Educação Profissional e Tecnológica, em 2018 o projeto de Formação em Rede, organiza uma proposta inédita de parceria entre 11 Institutos Federais,¹ onde o IFMT-campus Cuiabá – Cel Octayde Jorge da Silva fez parte. Este projeto buscou otimizar profissionais e recursos com construção e execução de um curso de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica na modalidade à distância e foi também fomentado pelo MEC, através da Universidade Aberta do Brasil – UAB. Com a oferta de turma única no IFMT, o curso de Licenciatura em Pedagogia EPT, que teve seu início em outubro de 2018 acontece em 4 (quatro) polos de apoio presencial, que seguem em pleno funcionamento e tem previsão para concluir suas atividades no início do ano de 2023.

Foi a partir deste projeto piloto em rede, que reuniu por meio da EaD vários Institutos Federais, que se observou a necessidade de se construir uma proposta específica de curso de Licenciatura em Pedagogia, na modalidade à distância para o IFMT – campus Cel. Octayde Jorge da Silva. A educação à distância é uma modalidade educacional que faz uso intensivo de tecnologias telemáticas (baseadas nas telecomunicações e na informática) e foi pensada para o curso pois tem grande potencial para atender não só a população que vive no município de Cuiabá e Baixada Cuiabana – MT, bem como também aqueles estudantes em condições desfavoráveis devido ao acesso.

Hoje, como prosseguimento à institucionalização da EaD no IFMT, criou-se o Centro de Referência de Educação à Distância – CREAD–IFMT, em nível de pró-reitora, onde funcionará a estrutura administrativa da UAB, bem como de outros projetos relacionados à modalidade EaD no IFMT. No campus Cuiabá o Núcleo de Educação à Distância - NEaD é quem responde pelos cursos EaD e presta todo suporte tecnológico, administrativo e pedagógico, possibilitando o acompanhamento dos cursos também no que diz respeito ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC e ao Ambiente Virtual de Aprendizagem

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- AVA Moodle.

A integração do curso com os polos se dará através Núcleo de Educação à Distância – do Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva e parceiros, a quem caberá celebrar os termos de parceria e compromissos com os respectivos polos.

03. JUSTIFICATIVA

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram criados em dezembro de 2008 com a Lei nº 11.892, tendo como um dos seus objetivos, a oferta de cursos de licenciatura para formação de professores para a educação básica e profissional (BRASIL, 2008). Este modelo de instituição já estava mencionado no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), publicado em 2007, o qual defendia a proposta de criação dos Institutos Federais como oportunidade de articular as instituições federais de educação profissional tecnológica, especialmente, “para uma atuação integrada e referenciada regionalmente” (BRASIL, 2007, p. 31) e como mais uma possibilidade de ampliação da educação superior através do ensino público federal, uma vez que a demanda por este nível de ensino já vinha sendo destacada desde o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001 quando indicava a necessidade de ampliar o seu acesso ao menos a 30% da população de jovens dos 18 aos 24 anos (BRASIL, 2001, p. 43).

O documento “Contribuições para o Processo de Construção dos Cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, ressalta que a organização curricular dos Institutos Federais com a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior, traz para seus docentes um espaço ímpar de construção de saberes por terem a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscando assim metodologias mais adequadas e pertinentes a cada ação (MEC, 2011). De fato, na última década muitos foram os esforços realizados para garantir uma maior organização entre as políticas, os programas e as ações direcionadas à formação de professores. A aprovação do Plano Nacional da Educação (PNE, 2014) foi o principal avanço neste sentido. Esses esforços visavam superar os desafios da formação de professores na medida

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

em que o número de docentes atuando na educação básica sem a correspondente formação em nível superior era bastante significativo.

No ano de 2019 no IFMT aconteceu o III Seminário das Licenciaturas do IFMT, cujo tema escolhido foi: “IFMT: UMA DÉCADA FORMANDO PROFESSORES com objetivo de avaliar as estratégias utilizadas pelo IFMT para a formação de Professores após uma década de trabalho” (SEMILIC, 2019). Podemos destacar que neste mesmo ano em que o IFMT comemorou “10 anos de atuação nas licenciaturas” - e aqui estamos falando da formação de professores que ocorre tanto nos diversos campi do IFMT de modo presencial, quanto nos cursos que são ofertados via programa UAB na modalidade EAD - a instituição também criou o Centro de Referência em Educação à Distância – CREAD/IFMT com o objetivo de institucionalizar esta importante modalidade de educação que é a EAD. Este atendimento aos programas de formação está em consonância com a política institucional do IFMT por meio do Plano Institucional de Desenvolvimento – PDI que tem a prerrogativa de que:

Para o desenvolvimento da educação à distância, o IFMT procura articular o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) com programas que atendem à educação a distância através do Projeto Político Pedagógico Institucional [...] O IFMT pretende expandir suas atividades em EaD, socializando a informação nos municípios mais distantes do Estado, construindo conhecimentos e principalmente concretizando a sua missão de educar para a vida e para o trabalho (IFMT, 2019).

Neste sentido, o IFMT vem aderindo aos editais da CAPES no tocante ao Programa UAB, entendendo que este financiamento é indispensável para as atividades acadêmicas dos cursos EAD. Não cabe ao IFMT e as IPES determinar o número de vagas e demandas atendidas para os cursos, mas ao contrário. O atendimento às demandas dos municípios são sempre via editais e em consonância com as políticas nacionais de formação de professores e os dados nacionais no que concerne ao atendimento desta política. Assim, as IPES e o IFMT devem ofertar os tipos de cursos determinado pelo edital da CAPES e nas regiões do estado onde os levantamentos mostram a necessidade de professores na área. Esta demanda da necessidade da formação de professores na região centro- oeste e no Estado de Mato Grosso-MT é apresentada pelos dados dos últimos cinco anos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC ao divulgarem os indicadores do Censo Educacional.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

No que se refere ao “Percentual de Docentes com Curso Superior” na Educação Básica podemos constatar em alguns dados do Censo de 2017², que há o percentual de 96,3% de docentes com ensino superior atuando no ensino médio, já no ensino fundamental a porcentagem é de 91,6% no ensino fundamental e, sendo a educação infantil com o menor percentual de docentes com ensino superior representando 86,4% de docentes. Contudo, podemos destacar que ainda há uma diferença no percentual quando se trata do quesito localização, no qual as regiões urbanas possuem uma porcentagem de 93,6% de docentes com ensino superior da educação infantil, enquanto na zona rural apenas 66,8% dos docentes da educação infantil possuem esta formação, o que requer uma formação na área de Pedagogia. No ensino médio na zona urbana 99,1% dos docentes possuem ensino superior e na zona rural 89,1% têm o mesmo grau formativo e no Ensino Fundamental a diferença é de 98,4% dos docentes com ensino superior e na zona rural 73,5% apenas possuem a graduação. Ou seja, ainda há um percentual de 27 a 11% para atendimento na formação de professores no ensino fundamental e médio.

Ao compararmos os dados do Censo Educacional de 2017 como o de 2021 pode-se concluir que atender metas e demandas da formação de professores e do PNE é algo processual e que demanda um enorme esforço para se efetivar as políticas públicas. Fato é que mesmo alguns índices e percentuais alterando pouco sua porcentagem no quesito de aumento de docentes com ensino superior no atendimento da educação básica, pode-se notar que os maiores índices foram justamente no quesito localização e na quantidade de professores com ensino superior na zona rural que atendem o ensino fundamental e educação infantil, demonstrando a importância da formação em pedagogia e das outras licenciaturas.

O Censo Escolar de 2021 demonstra que no ensino médio há um total de 96,9 de docentes com ensino superior, sendo que 99,4% destes docentes que atuam na zona urbana possuem graduação e 89,2% dos docentes atuantes na zona rural ainda não tem o ensino superior. No ensino fundamental observou-se um total de 94,7% de docentes com ensino superior, sendo que destes 97,4% que atuam na zona urbana possuem o ensino superior e 80,6% dos docentes da zona rural não têm o diploma superior. Já na educação infantil, há o índice de

² Dados disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadoreseducacionais/percentual-de-docentes-com-curso-superior>

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

91,4% dos docentes com ensino superior, sendo que 95,3% destes docentes da zona urbana tem o ensino superior enquanto na zona rural apenas 79,7% possuem o ensino superior para atuar na modalidade educacional.

O Censo Escolar de 2021 apresenta alguns dados importantes para compreendermos o a dimensão da educação brasileira, seja do total de docentes atuantes no qual possui um total de: 2,2 milhões de docentes na educação básica brasileira. A maior parte deles atua no ensino fundamental (62,7%), em que se encontram 1.373.693 docentes. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 86,4% têm nível superior completo (83,4% em grau acadêmico de licenciatura e 3,0% de bacharelado) e 9,2% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,4% com nível médio ou inferior (INPE, 2021).

Outro dado importante apresentado pelo Censo Escolar 2021 é sobre a disponibilidade de internet nas escolas e seu acesso. Após o período pandêmico no qual os sistemas de ensino tiveram que se adaptar ao ensino remoto e/ou as metodologias utilizadas na EAD, os dados mostraram que:

Esse recurso é pouco presente (proporção geral inferior a 60%) nos estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Roraima e Amapá [...] Apesar de possuir o maior número de escolas do ensino fundamental, a rede municipal é a que menos dispõe de recursos tecnológicos, como lousa digital (10,8%), projetor multimídia (55,4%), computador de mesa (39,2%) ou portátil (25,8%) para os alunos e internet disponível para uso dos estudantes (27,8%) (INPE, 2021).

Este dado retoma a importância de se pensar a formação de professores ligados ao domínio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação – TDIC, já que muitos docentes não são “nativos digitais” e a formação de professores por meio da modalidade de ensino de EAD é cada vez mais evidente na nossa realidade. Ainda de acordo com os Dados do Censo Escolar 2021, há uma demanda enorme pela formação de professores, já que a porcentagem de docentes dos anos iniciais do ensino fundamental de 2017 a 2021 passou de 74,4% para 83,4% representando ainda uma demanda pela formação de professores específica em cursos de licenciaturas.

Ao nos depararmos com as porcentagens de professores com formação superior de licenciatura na região Centro-Oeste o desafio maior se encontra nos anos finais do ensino fundamental, no qual apenas 64,1% possuem a licenciatura e atuam na mesma área de

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

formação, e no ensino médio apenas 65,3% possuem a formação na área de conhecimento e atuam nesta área. Isto reforça a importância da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que na sua lei de criação já preconiza que preferencialmente os institutos federais deverão atuar na formação de professores, principalmente nas áreas de ciências da natureza e docência profissional no qual representam os maiores déficits na formação das licenciaturas.

Assim reiteramos a importância do IFMT/UAB desde o surgimento do programa atuar nas licenciaturas em Química e Matemática, e mais recentemente na Pedagogia. Outro fator que demonstra que há um enorme pleito por estas formações de licenciaturas são os dados dos nossos processos seletivos da UAB, no qual os cursos possuem ampla concorrência, como podemos citar os processos seletivos para Formação Pedagógica (graduados e bacharéis) e o Curso de Licenciatura em Pedagogia EPT na sua primeira oferta:

- Polo Cuiabá (72 vagas/517 inscritos);
- Polo Pontes e Lacerda (36 vagas/ 347 inscritos);
- Polo Primavera do Leste (36 vagas/197 inscritos);
- Polo Juara (36 vagas/150 inscritos);
- Polo Ribeirão Cascalheira (36 vagas/150 inscritos);
- Polo Cáceres (30 vagas/38 inscritos);
- Polo Sorriso (30 vagas/34 inscritos);
- Polo Juara (30 vagas/ 16 inscritos);
- Polo Pontes e Lacerda (30 vagas/39 inscritos);
- Polo Primavera do Leste (30 vagas/75 inscritos).

É claro que as diferenças regionais dentro do estado devem ser consideradas e o que justifica a relação em alguns polos de candidatos por vagas, entretanto, ainda assim, na sua maioria há sempre uma grande procura e demanda a ser atendida no estado nos cursos de licenciaturas ofertados pelo IFMT via UAB.

A proposição do referido Curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade EAD, busca formar profissionais qualificados para o exercício da docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio e de Educação Profissional

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. A partir da proposição de uma formação pautada na investigação, na reflexão crítica, na experiência, tendo como base o domínio e a articulação dos mais variados campos de conhecimento, o futuro licenciado estará apto a observar, analisar, planejar, executar e avaliar o ato docente e suas repercussões em aprendizagens, bem como a orientar práticas de gestão de processos educativos escolares e não escolares, além de atuar na organização, no funcionamento e na avaliação de sistemas e de estabelecimentos de ensino. Nesse horizonte, procurou-se construir um Projeto Pedagógico de Curso que vise a formação do futuro docente, buscando, cada vez mais, a integração entre os conhecimentos didático-pedagógicos e os conhecimentos das ciências da educação, permeados pela pesquisa e pelas ações de extensão.

Entende-se que, no estado de Mato Grosso, a formação de pedagogos na modalidade EAD ocupa papel relevante no contexto das instituições educativas de todos os níveis, tanto pela importância da função daqueles a quem oferece preparo profissional como pelo significado dos espaços sociocomunitários regionais, onde se desenvolvem suas ações com vistas ao aperfeiçoamento humano.

A modalidade à distância justifica-se pela inegável transformação social que passamos e que instituem novos modos de ser e estar no mundo. Giddens (1991) aponta algumas características da sociedade contemporânea referindo-se, em primeiro lugar, à velocidade das mudanças sociais, ocasionadas principalmente pelo avanço tecnológico; em segundo, à amplitude das mudanças que nos possibilita estar conectados com o mundo. Assim, mudanças de ordem econômica, social, política e cultural, dentre outras, geram desafios para a Educação no que tange à configuração de novos projetos que estejam em sintonia com as condições contemporâneas de nossa existência. Acredita-se que uma das articulações possíveis para que esta sintonia seja alcançada está na proposição de cursos realizados por meio da educação à distância.

A ampliação de cursos voltados para a formação de professores na atualidade requer o resgate da valorização social dessa profissão, especialmente em um contexto de luta constante pela qualidade e pelo direito à educação. Assim, a implantação do Curso de Licenciatura em Pedagogia à distância está inserida em um processo de busca pela qualificação docente e pela ampliação de oferta da formação de professores no estado de Mato Grosso. O objetivo é auxiliar na construção de uma formação crítica, criativa e inovadora capaz de estimular a produção do

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

conhecimento e problematizar as especificidades da educação na atualidade por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

Entende-se que a docência hoje está diante de novos desafios, demandados pela atual sociedade da informação” que tem progressivamente influenciado a forma como interagimos e realizamos nossas atividades na sociedade moderna. (CASTELLS, 1999). Nesse mesmo sentido, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) estão cada vez mais presentes na vida de todos; além disso, uma grande parte das informações produzidas pela humanidade está armazenada digitalmente. Isso demonstra o quanto o mundo produtivo e o cotidiano estão sendo movidos pelas tecnologias digitais, realidade que tende a se acentuar fortemente no futuro.

Essa constante transformação ocasionada pelas tecnologias, bem como a sua repercussão na forma como as pessoas se comunicam, impacta diretamente no funcionamento da educação e, igualmente, no mundo do trabalho. A garantia de aprendizagens que possibilitem a leitura e a intervenção do/no mundo bem como incorporação de diferentes conhecimentos, originários do mundo tecnológico e de diferentes culturas tem se tornado cada vez mais necessário na formação das novas gerações assim como na formação docente (BNCC, 2018). Além disto, o campo dos saberes vinculados à Pedagogia vem alargando-se ao longo dos anos: são teorias, propostas metodológicas, conhecimentos cientificamente construídos, que abordam a epistemologia do conhecimento e as metodologias que instrumentalizam a prática pedagógica e que necessitam ser socializados em cursos de formação de professores.

Assim, cabe ressaltar que a concepção adotada para a realização de um curso de formação inicial de professores na modalidade à distância entende que o trabalho pedagógico com as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), além de levar o IFMT a localidades mais distantes, implica num artefato cultural viabilizador da possibilidade de construção de novos ambientes de conhecimento, favorecendo a aprendizagem ativa e colaborativa. O “emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento, pelos professores em formação, de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo” (CNN, 2019, Art. 8º, inciso IV) torna-se essencial no sentido de construirmos ambientes de aprendizagem propiciadores de processos colaborativos e capazes de contribuir para uma reflexão crítica e criativa para o futuro pedagogo em seu exercício profissional.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

04. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Formar o pedagogo para exercer a docência, a gestão e o apoio escolar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Superior, bem como em outras áreas nas quais sejam necessários conhecimentos relacionados ao desempenho da prática pedagógica, em prol do exercício crítico e competente da profissão, pautado nos valores e princípios políticos, sociais e éticos, estimulando-o à pesquisa e ao aperfeiçoamento de modo a contribuir para a melhoria da educação no país.

4.2 Objetivos específicos

Preparar o pedagogo para atuar na Educação Básica e em espaços nos quais sejam necessários conhecimentos pedagógicos;

- Contribuir com a construção de uma visão abrangente do papel social, político e ético do educador;
- Explicitar uma visão histórica, investigativa e crítica do contexto e necessidades da educação brasileira;
- Formar educadores comprometidos com a educação, com o ensino e com o desenvolvimento de todos os sujeitos sob sua responsabilidade, compreendendo a integração das dimensões física, psicológica, intelectual e social;
- Contribuir para o desenvolvimento das políticas de inclusão educacional, para o respeito à diversidade no espaço escolar e no mundo do trabalho, no que se refere à educação de pessoas com necessidades específicas e de jovens e adultos;
- Abordar as teorias pedagógicas e curriculares buscando a reflexão sobre a prática, a elaboração do projeto pedagógico e curricular da instituição e o desenvolvimento de processos de organização e supervisão do trabalho educativo;
- Promover o conhecimento sobre procedimentos de investigação e diagnóstico de problemas e dificuldades de sala de aula e da escola, como subsídios para a produção de intervenções necessárias no tocante à superação de exclusões sociais, étnico-raciais,

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

- Desenvolver atitudes investigativas que conduzam à realização da pesquisa, da extensão e da inovação no ambiente educacional, por meio da promoção de projetos de pesquisa, seminários, atividades de extensão, eventos científicos, entre outros;
- Desenvolver conhecimentos teóricos e práticos sobre o processo educacional de modo abrangente e flexível, possibilitando que a formação esteja em interface com as transformações dos contextos sociais e educacionais e em consonância com os princípios dos direitos humanos e da educação ambiental;
- Formar um profissional capaz de agir nas mais diferentes modalidades de ensino na busca de soluções dos problemas complexos da realidade educacional de forma preventiva (evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros), favorecendo a reflexão crítica acerca dos valores éticos que devem permear o pensar e o agir profissional;
- Propiciar conhecimento e reflexão sobre o uso de diferentes tecnologias na preparação de aulas e sequências didáticas, oferecendo fundamentação teórica e conhecimento dos principais recursos das novas tecnologias;
- Incentivar a formação contínua e a pesquisa durante o exercício de sua profissão;
- Atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- Compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- Fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- Trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- Reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas.

05. REQUISITOS E FORMAS DE INGRESSO

O ingresso nos cursos do IFMT ocorrerá mediante processo seletivo público, conforme

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

critérios e formas estabelecidos em editais específicos. Terão acesso ao curso os candidatos que comprovarem a conclusão do Ensino Médio e que forem classificados dentro do número de vagas estabelecidas nos editais.

O ingresso poderá ocorrer por: I. processos simplificados para vagas remanescentes dos primeiros períodos dos cursos; II. vestibular; III. nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); IV. processo seletivo seriado (PSS); V. Sistema de Seleção Unificada - SiSU, de responsabilidade do MEC; VI. portador de diploma de graduação; VII. reopção de curso (transferência interna); VIII. transferência externa; IX. mobilidade acadêmica; X. convênio/intercâmbio; XI. reingresso; XII. ex officio.

O ingresso e a permanência dos estudantes com necessidades específicas, sejam elas temporárias ou permanentes - estão estabelecidos legalmente em leis, decretos, portarias, normativas, garantindo o processo de desenvolvimento, aprendizagem e permanência do estudante na instituição. O Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva, oferecerá ao estudante adaptações de provas e os apoios necessários, solicitados antecipadamente pelo candidato com necessidades específicas, conforme edital.

Maior detalhamento sobre os requisitos e formas de ingresso podem ser verificados no Departamento de Políticas de Ingresso do IFMT, bem como também no Regulamento Didático da instituição.

06. PÚBLICO ALVO

O curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade à Distância do IFMT – Campus Cuiabá tem como público-alvo alunos concluintes do ensino médio ou equivalente. A opção por oferecer um curso à distância, visa atender não só à população de Cuiabá e baixada cuiabana, que busca por algum motivo o ensino remoto, bem como também as populações mais distantes e de lugares de difícil acesso, que porventura teriam dificuldades em frequentar o curso presencial.

07. MATRÍCULA

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

A matrícula no curso de Licenciatura em Pedagogia, vinculado ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT - Campus Cuiabá, deverá ser efetuada na Secretaria Geral de Documentação Escolar – SGDE, mediante prazos estabelecidos no edital, através de solicitação do interessado, com anuência às disposições constantes no Regulamento Didático do IFMT (2020).

A matrícula ocorrerá por período letivo (regime semestral). No primeiro período do curso a matrícula é efetuada obrigatoriamente em todos os componentes curriculares.

Nos períodos seguintes, a rematrícula ocorrerá conforme prazos estabelecidos no Calendário Acadêmico e por componente curricular para cada período letivo e, por meio eletrônico e obedecendo aos pré-requisitos e o tempo mínimo de integralização do curso.

08. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

A descrição do perfil do egresso e do campo de atuação do Curso de Licenciatura em Pedagogia em Educação Profissional e Tecnológica, atende a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, de forma que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

- Exercer a docência e/ou outras atividades pedagógicas na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e no Ensino Superior;
- Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- Desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- Participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- Participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não escolares;
- Realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;
- Utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;
- Estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes;
- Utilizar, com propriedade, as Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) produzindo a construção de ambientes de conhecimento e fortalecendo a aprendizagem ativa e colaborativa.

Conforme o Documento “Contribuições para o Processo de Construção dos Cursos de Licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”, o processo de formação do professor deve propiciar aos alunos oportunidades de vivenciarem situações de aprendizagem de maneira a construir um perfil profissional adequado à formação de professores no sentido de:

- Compreender o processo de construção do conhecimento bem como do significado dos conteúdos das suas áreas de conhecimento e de habilitação

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

específica para a sociedade, enquanto atividades humanas, históricas, associadas a aspectos de ordem social, econômica, política e cultural;

- Estabelecer diálogo entre a área educacional, a área de conhecimento específico e as demais áreas, objetivando a articulação do processo de vivências de situações de aprendizagem na produção do conhecimento e na prática educativa;
- Apresentar domínio teórico-prático inter e transdisciplinar na perspectiva de acompanhar criticamente as mudanças que vêm ocorrendo, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, alterando de forma significativa a realidade geosocial;
- Aplicar novas tecnologias em atendimento à dinâmica do mundo contemporâneo, tendo sempre presente a reflexão acerca dos riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas;
- Ter autonomia para atualização, (re)construção, divulgação e aprofundamento contínuos de seus conhecimentos científico, tecnológico e humanístico;
- Fazer a leitura do mundo, questionar a realidade na qual vive, sistematizar problemas, construir conhecimentos necessários às problematizações e buscar criativamente soluções;
- Comprometer-se com a ética profissional voltada à organização democrática da vida em sociedade;
- Valorizar a construção coletiva do conhecimento, organizando, coordenando e participando de equipes multiprofissionais, multidisciplinares e interdisciplinares;
- Compreender-se como profissional da educação consciente de seu papel na formação do cidadão e da necessidade de se tornar agente interferidor na realidade em que atua;
- Dialogar com a comunidade visando à inserção de sua prática educativa desenvolvida no contexto social regional, em ações voltadas à promoção da sustentabilidade;
- Desenvolver trabalho educativo centrado em situações-problema significativas, adequadas ao nível e às possibilidades dos alunos, analisando as a partir de abordagens teóricas que buscam a interação dos diversos campos do saber, na perspectiva de superá-las;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Desenvolver procedimentos metodológicos adequados à utilização de tecnologias aplicadas ao processo de construção de conhecimento e de ambientes de aprendizagem;
- Compreender o processo de aprendizagem, considerando as relações intra e interinstitucionais;
- Estruturar os saberes da sua área de conhecimento, buscando a interação intertemática e transdisciplinar a partir de metodologias, estratégias e materiais de apoio inovadores;
- Elaborar, analisar e utilizar diferentes procedimentos de avaliação do processo de aprendizagem, tendo em vista a superação da ênfase na abordagem meramente informativa/conteudista;
- Reconhecer a importância da adoção de procedimentos contínuos e sistemáticos de avaliação na perspectiva de acompanhar a aprendizagem do aluno;
- Integrar os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos, que compõem o núcleo comum de conhecimentos gerais e universais do ensino médio de uma forma geral, e aqueles relacionados às atividades técnicas de trabalho e de produção relativas ao ensino médio integrado;
- Estar alicerçado em bases científicas, nos conceitos e princípios das ciências da natureza, da matemática e das ciências humanas, presentes nas tecnologias e que fundamentam suas opções estéticas e éticas e seu campo de atuação;
- Apoiar-se em bases instrumentais relativas a linguagens e códigos, que permitem ler e interpretar a realidade e comunicar-se com ela, e em habilidades mentais, psicomotoras e de relacionamento humano;
- Ser capaz de compreender, de forma reflexiva e crítica, o mundo do trabalho, seus objetos e sistemas tecnológicos, e as motivações e interferências das organizações sociais pelas quais e para as quais estes objetos e sistemas foram criados e existem;
- Analisar a evolução do mundo natural e social do ponto de vista das relações humanas com os progressos tecnológicos, assim como os produtos e processos tecnológicos são concebidos, fabricados e como podem ser utilizados;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Saber desenvolver comportamentos proativos e socialmente responsáveis com relação à produção, distribuição e consumo da tecnologia;
- Dialogar sobre métodos de trabalho dos ambientes tecnológicos e das organizações de trabalho.

Tais características possibilitam a atuação do Pedagogo nos variados ambientes educacionais que compõem a rede de Educação Básica, bem como os espaços não escolares. A formação do licenciado em Pedagogia deverá ocorrer a partir de experiências de interação teoria-prática, em que toda a sistematização teórica deve ser articulada com as situações de intervenção acadêmico-profissional, atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão, e que estas sejam balizadas por posicionamentos reflexivos que tenham consistência e coerência conceitual.

09. DIRETRIZES EDUCACIONAIS

A organização curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade à distância, IFMT – Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva foi elaborada tendo como fundamento as seguintes diretrizes educacionais:

- Constituição Federal, especialmente o art. 205, que estabelece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família;
- Lei nº 9.394/96: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996;
- Lei nº. 13.005 de 25/06/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação.
- Lei 10.639/03: Altera a Lei no 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Lei 10.861/2004: institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES;
- Lei 11.645/2008: inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Lei 11.741/2008: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;
- Lei 11.788/2008: (nova) Lei do estágio;
- Lei 11.892/2008: institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia;
- Lei nº 12.089 de 11 de novembro de 2009. Proíbe que uma mesma pessoa ocupe duas vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior.
- Lei 12.764/2012 que institui a política Nacional dos Direitos da Pessoa com Espectro Autista;
- Lei nº.13.146/15 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002 que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
- Decreto 5.154/2004: regulamenta o § 2º do art. 36 e os Art. 39 a 41 da LDB (9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional quanto a educação profissional;
- Decreto 9.057/2017: regulamenta o art. 80 da LDB (9.394/96), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- Decreto 5.626/ 2005: regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000;
- Decreto nº 7.611/ 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado;
- Decreto nº .5296/2004 que regulamenta as leis que tratam da educação inclusiva;
- Decreto nº 9.235/2017: dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Decreto Nº 9.057/2017, regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e os referenciais de Qualidade para a Modalidade de Educação Superior a Distância no País.
- Portaria Normativa nº 40/2007: institui e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE);
- Portaria Normativa Nº 23, de 21 de dezembro de 2017 - Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
- Portaria Normativa Nº 840, de 24 de agosto de 2018 - Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes.
- Resolução CNE/CP nº 01/2012 que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- Resolução CNE/CP nº 02/2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental;
- Resolução CNE/CES nº 07, de 18 de dezembro de 2018 - Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.
- Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
 - A Resolução Nº 7, de 14 de dezembro de 2010 que fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.
 - Resolução CNE/CEB nº 4/2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
 - Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
 - Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.
 - Resolução Nº 5, de 22 de novembro de 2005. Inclui, nos quadros anexos à Resolução CNE/CEB nº 4/99, de 22/12/1999, como 21ª Área Profissional, a área de Serviços de Apoio Escolar.
 - Parecer CNE/CP nº 9/2009, aprovado em 2 de junho de 2009. Esclarecimento sobre a qualificação dos Licenciados em Pedagogia antes da Lei nº 9.394/96 para o exercício das atuais funções de gestão escolar e atividades correlatas; e sobre a complementação de estudos, com apostilamento.
 - Parecer CNE/CP nº 3/2007, aprovado em 17 de abril de 2007 - Consulta sobre a implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia, decorrentes da aprovação dos Pareceres CNE/CP nº 5/2005 e nº 3/2006, bem como da publicação da Resolução CNE/CP nº 1/2006.
 - Parecer CNE/CP nº 3/2006, aprovado em 21 de fevereiro de 2006 - Reexame do Parecer CNE/CP nº 5/2005, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
 - Parecer CNE/CP nº 5/2005, aprovado em 13 de dezembro de 2005 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.
 - Parecer Nº CNE/CEB nº 16/2005. Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para a área profissional de Serviços de Apoio Escolar. Publicado no Diário Oficial da União de 28/10/2005.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Portaria MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017. Aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - Sinaes.
- Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação lato sensu, nas modalidades presencial e a distância.
- Resolução CONSUP nº 024, de 06 de julho de 2011. Aprova a Normativa para elaboração dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores, oferecidos pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso.
- Resolução CONSUP nº 81 de 26 de novembro de 2020 que aprova o Regulamento Didático do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
- Resolução CONSUP nº 027 de 28 de junho de 2019 que aprova o Regulamento das Ações de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
- Resolução CONSEPE nº 021/2021 que aprova o Regulamento para a Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
- Resolução CONSUP nº.022/2021 de 25 de maio de 2021 que aprova o Regulamento para Curricularização da Extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, conforme recomendado na Resolução CONSEPE nº 021 e anexo, de 20 de abril de 2021.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso de Licenciatura em Pedagogia – modalidade à distância, está estruturado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº. 9394/96, de 20/12/96 e tem

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

como prioridade proporcionar ao estudante a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades permanentes, desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e exercício consciente da cidadania. Este projeto também atende à Resolução CNE-CP nº 1 de 15 de maio de 2006 e a Resolução CNE-CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019, que respectivamente tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia – Licenciatura e das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC- Formação). Não menos importante, também orienta-se pelo Regulamento Didático do IFMT (2020) em todos os itens dispostos em seu texto, mesmo os não citados neste Projeto Pedagógico.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia compreende a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. Além disso, a formação docente deve prever o desenvolvimento das competências gerais previstas na Base Nacional Comum Curricular - BNCC – Educação Básica (BRASIL, 2018). Do mesmo modo, concebe o currículo, importante elemento da organização acadêmica, que orienta os processos de ensino e de aprendizagem, como um espaço de formação plural, dinâmico e multicultural, fundamentado nos referenciais socioantropológicos, psicológicos, epistemológicos e pedagógicos em consonância com o perfil dos sujeitos acadêmicos, visando a sua Educação Integral.

Por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, a estrutura do curso de Pedagogia, conforme a Resolução CNE-CP nº 1 de 15 de maio de 2006 e a Resolução CNE-CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019 é composta por três núcleos:

I - Um núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais (1335 horas)

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Composto por conteúdos fundamentais que articulam princípios, concepções e especificações, resultantes de diversas áreas do conhecimento e que contribuem para a construção e aplicação das práticas e do ensino do futuro pedagogo. Refere-se aos fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade. Neste núcleo estão inclusas todas as disciplinas obrigatórias, como podemos observar a seguir:

Quadro 02: Núcleo I

Componente curricular	Carga horária	Semestre
Introdução à EaD e ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem	60	1º
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60	1º
Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação	60	1º
História e organização da Educação Brasileira	60	1º
Psicologia da Educação I - Desenvolvimento e Aprendizagem na Infância	60	1º
Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	60	2º
Didática Geral	60	2º
Psicologia da Educação II - Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência	60	2º
Escola e Currículo	60	2º
Legislação Educacional	60	3º
Educação Infantil	60	4º
Didática, Planejamento e Avaliação na Educação Infantil	60	4º
Linguagem, Alfabetização e Letramento	60	4º
Laboratório: Jogos e Materiais Pedagógicos	75	4º
Metodologias e Estratégias de Ensino da Educação Física	60	4º
Metodologias e Estratégias de Ensino das Artes	60	4º
Didática, Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60	5º
Metodologias e Estratégias de Ensino da Língua Portuguesa	60	5º
Metodologias e Estratégias de Ensino da História e Geografia	60	5º
Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências	60	5º
Metodologias e Estratégias de Ensino da Matemática	60	5º
Psicologia da Educação III – Desenvolvimento e Aprendizagem na Vida Adulta	60	6º
Carga horária total núcleo de estudos de formação geral	1335	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

II - Um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional (720 horas)

Formado por estudos relativos à atuação profissional do Pedagogo, levando em consideração as diferentes demandas e discussões sociais que circundam os espaços escolares e não escolares como, por exemplo, a questão ambiental, as diversidades, a educação especial e a cultura.

Quadro 03: Núcleo II

Componente curricular	Carga horária	Semestre
Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação	60	1º
Libras - Língua Brasileira de Sinais	60	2º
Organização e Gestão da Educação	60	2º
Teorias Educacionais	60	3º
Processos Educativos e de Gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	60	3º
Arte Educação	60	3º
Organização do Trabalho Pedagógico	60	3º
Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	60	6º
Educação de Jovens e Adultos	60	7º
Metodologias Ativas de Aprendizagem	60	7º
Educação Profissional	60	8º
Educação Ambiental	60	8º
Total da carga horária do núcleo de estudos de aprofundamento	720	

III - Um núcleo de estudos integradores que proporcionará enriquecimento curricular (1160 horas)

Contempla componentes curriculares que buscam a articulação da teoria com a prática na formação docente, proporcionando a vivência do estudante por meio da iniciação científica, da iniciação à docência e de atividades complementares. Estas atividades compreendem a participação em seminários, estudos curriculares, monitorias, projetos de iniciação científica e

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

extensão, atividades práticas, fortalecendo a comunicação e expressão. Neste núcleo estão inseridos os Seminários Integradores e as Atividades teórico-práticas de aprofundamento:

Quadro 04: Núcleo III

Componente curricular	Carga horária	Semestre
Seminário Integrador I	30	1º
Seminário Integrador II	30	2º
Seminário Integrador III	30	3º
Seminário Integrador IV	30	4º
Seminário Integrador V	30	5º
Seminário Integrador VI	30	6º
Seminário Integrador VII	30	7º
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica I	60	3º
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica II – Projeto de Extensão	60	6º
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica III – Projeto de Pesquisa	60	6º
Estágio Supervisionado I	105	5º
Estágio Supervisionado II	105	6º
Estágio Supervisionado III	105	7º
Estágio Supervisionado IV	105	8º
Seminário de TCC I	75	7º
Seminário de TCC II	75	8º
Atividades teórico-práticas de aprofundamento	200	
Total da carga horária do núcleo de estudos integradores	1160	

Neste sentido, a atividade curricular envolve de forma articulada e intercomplementar, ensino, pesquisa e extensão.

O curso está organizado em etapas semestrais, com período de integralização mínima ideal 04 (quatro) anos ou 08 (oito) semestres letivos. Os semestres estão organizados em disciplinas, perfazendo uma carga horária total de 3215 (três mil duzentas e quinze) horas. Essa estruturação do curso em semestres letivos, permite uma organização didático-pedagógica consistente e coerente, favorecendo a formação do futuro pedagogo. A integralização máxima ideal deverá ser de 12 (doze) semestres.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

10.1 Estrutura Curricular

A matriz curricular é composta por um núcleo de disciplinas/conteúdos básicos obrigatórios para as Instituições de Ensino Superior (IES) e articuladores da relação entre teoria e prática referentes ao:

- a) Contexto histórico e Sociocultural no que diz respeito aos fundamentos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, sociológicos, psicológicos e antropológicos necessários à reflexão crítica no campo educacional e na sociedade contemporânea;
- b) Contexto da educação básica, o qual envolve o estudo dos conteúdos curriculares referentes à educação básica escolar de acordo com a BNCC (BRASIL, 2018);
- c) Conhecimentos didáticos, a saber, as teorias pedagógicas articuladas às metodologias, as tecnologias de informação e comunicação e suas linguagens específicas aplicadas ao processo ensino-aprendizagem;
- d) Estudo dos processos de organização do trabalho pedagógico, da gestão e da coordenação educacional;
- e) Conhecimento das relações entre educação e trabalho, entre muitas outras demandadas pela sociedade;
- f) Contexto da atuação profissional em organizações escolares e não escolares, fundamentada na articulação entre saber acadêmico, pesquisa e prática educativa.

Quadro 05: Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia –Modalidade EaD

Etapa comum				
Semestre	Componentes curriculares		Carga horária total	Extensão
	código	Descrição		
1ºsemestrre				
1º	PED01	Introdução à EaD e ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem	60	
	PED02	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60	
	PED03	Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação	60	
	PED04	História e organização da Educação Brasileira	60	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

	PED05	Psicologia da Educação I - Desenvolvimento e Aprendizagem na Infância	60	
	PED06	Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação	60	
	PED07	Seminário Integrador I	30	8
Total 1º semestre:			390	
2º semestre				
2º	PED08	Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação à Distância	60	
	PED09	Didática Geral	60	
	PED10	Psicologia da Educação II - Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência	60	
	PED11	Escola e Currículo	60	
	PED12	Libras - Língua Brasileira de Sinais	60	
	PED13	Organização e Gestão da Educação	60	
	PED14	Seminário Integrador II	30	8
Total 2º semestre:			390	
3º semestre				
3º	PED16	Teorias Educacionais	60	
	PED17	Legislação Educacional	60	
		Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica I	60	
	PED18	Processos Educativos e de Gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	60	
	PED19	Organização do Trabalho Pedagógico	60	
	PED20	Arte Educação	60	
	PED21	Seminário Integrador III	30	8
		Total 3º semestre:	390	
4º semestre				
4º	PED22	Educação Infantil	60	
	PED23	Didática, Planejamento e Avaliação na Educação Infantil	60	
	PED24	Linguagem, Alfabetização e Letramento	60	
	PED25	Laboratório: Jogos e Materiais Pedagógicos	75	40
	PED26	Metodologias e Estratégias de Ensino da Educação Física	60	21
	PED27	Metodologias e Estratégias de Ensino das Artes	60	21
	PED28	Seminário Integrador IV	30	8
		Total 4º semestre:	405	
5º semestre				

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

5°	PED29	Didática, Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60	
	PED30	Metodologias e Estratégias de Ensino da Língua Portuguesa	60	21
	PED31	Metodologias e Estratégias de Ensino da História e Geografia	60	21
	PED32	Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências	60	21
	PED33	Metodologias e Estratégias de Ensino da Matemática	60	21
	PED34	Estágio Supervisionado I	105	
	PED35	Seminário Integrador V	30	8
Total 5° semestre:			435	
6° semestre				
6°	PED36	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	60	20
	PED37	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica II – Projeto de Extensão	60	60
	PED38	Psicologia da Educação III – Desenvolvimento e Aprendizagem na Vida Adulta	60	
	PED39	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica III – Projeto de Pesquisa	60	
	PED40	Estágio Supervisionado II	105	
	PED41	Seminário Integrador VI	30	8
Total 6° semestre:			375	
7° semestre				
7°	PED42	Educação de Jovens e Adultos	60	
	PED43	Metodologias Ativas de Aprendizagem	60	20
	PED44	Estágio Supervisionado III	105	
	PED45	Seminário de TCC I	75	
	PED46	Seminário Integrador VII	30	8
Total 7° semestre:			330	
8° semestre				
8°	PED47	Educação Profissional	60	
	PED48	Educação Ambiental	60	
	PED49	Estágio Supervisionado IV	105	
	PED50	Seminário de TCC II	75	
Total 8° semestre:			300	
Carga horária curricular total e a carga horária destinada à extensão			3015	322
Atividades teórico-práticas de aprofundamento			200	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Carga horária total do curso	3215	322
------------------------------	------	-----

10.2 A prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular – PCC, figura tanto como propósito formativo, quanto como princípio metodológico, reforçando, ao longo das vivências curriculares, a articulação entre os fundamentos teórico-conceituais e as vivências profissionais, com ênfase no domínio dos princípios didático pedagógicos indispensáveis ao ofício docente. Distinguindo-se da prática de ensino e do estágio obrigatório, esse componente curricular é considerado como portador de uma dimensão reflexiva da prática, de modo que não se desvalorizem os conhecimentos teóricos e muito menos os conhecimentos advindos da experiência prática, devendo, portanto, estar presentes ao longo de todo o curso.

Entende-se a PCC neste projeto, como o conjunto de atividades formativas que devem possibilitar aos educandos mobilizar e colocar em prática seus conhecimentos, bem como desenvolver procedimentos e estratégias próprios ao exercício da docência, com possibilidades de desenvolvimento por meio de mostras científicas, seminários, oficinas, apresentações artísticas culturais, produção de vídeo-aulas, web-conferências, entre outros. Nesse horizonte, a PCC são atividades acadêmicas a serem desenvolvidas pelos estudantes sob orientação, supervisão e avaliação docente.

Tais atividades são realizadas com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão dos processos de ensino e aprendizagem, de forma contextualizada e complementar à formação do estudante, visando ao registro e a resolução de situações-problemas. Importante trazer o conceito de PCC do Parecer CNE/CES nº 15/2005

[...] a prática como componente curricular é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência. Por meio destas atividades, são colocados em uso, no âmbito do ensino, os conhecimentos, as competências e as habilidades adquiridas nas diversas atividades formativas que compõem o currículo do curso.

O § 6º do art. 15 da Resolução CNE/CP nº 2/2019 define que para a oferta na modalidade EaD, “as 400 horas de prática como componente curricular ao longo do curso, serão obrigatórias

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

e devem ser integralmente realizadas de maneira presencial” (BRASIL, 2019, p.09).

Neste curso a prática como componente curricular será desenvolvida nos seminários Integradores com caráter interdisciplinar e, parcialmente, nas disciplinas que tratam as metodologias e as especificidades educacionais as quais são objeto do curso de Licenciatura em Pedagogia, totalizando as 400 horas, conforme o quadro 06:

Quadro 06: Componentes que possuem carga horária específica para PCC

Semestre	Componente curricular	CH PCC	Carga horária
1º	Introdução à EaD e ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem	15	60
1º	Seminário Integrador I	15	30
2º	Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação à Distância	10	60
2º	Libras - Língua Brasileira de Sinais	20	60
2º	Seminário Integrador II	15	30
3º	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica I	10	60
3º	Seminário Integrador III	15	30
4º	Linguagem, Alfabetização e Letramento	10	60
4º	Laboratório: Jogos e Materiais Pedagógicos	30	75
4º	Metodologias e Estratégias de Ensino da Educação Física	20	60
4º	Metodologias e Estratégias de Ensino das Artes	20	60
4º	Seminário Integrador IV	15	30
5º	Metodologias e Estratégias de Ensino da Língua Portuguesa	20	60
5º	Metodologias e Estratégias de Ensino da História e Geografia	20	60
5º	Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências	20	60
5º	Metodologias e Estratégias de Ensino da Matemática	20	60
5º	Seminário Integrador V	15	30
6º	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	20	60
6º	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica II – Projeto de Extensão	20	60
6º	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica III – Projeto de Pesquisa	20	60
6º	Seminário Integrador VI	15	30
7º	Metodologias Ativas de Aprendizagem	10	60
7º	Seminário Integrador VII	15	30

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

8º	Educação Ambiental	10	60
	Total da carga horária de prática como componente curricular	400	

10.3 Estágio Supervisionado

De acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008:

Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando (sic.) o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. (BRASIL, 2008, p. 1).

Consideramos a atividade de estágio uma etapa essencial no processo de sua formação profissional, pois ela possibilita momentos de vivência, análise e compreensão das diferentes situações do cotidiano da profissão escolhida. Ele caracteriza-se como atividade integradora do processo de ensino e de aprendizagem, constituindo-se como interface entre a vida escolar e a vida profissional dos estudantes. Nessa perspectiva, constitui-se como uma atividade acadêmico-pedagógica, intencionalmente planejada, tendo como foco a reflexão propositiva e reconstrutiva dos variados saberes profissionais. A ainda conforme a Lei supracitada, o estágio pode ser (BRASIL, 2008):

Obrigatório: estabelecido no projeto-político-pedagógico do curso e carga horária como requisito para aprovação e obtenção do diploma; e

Não-obrigatório: atividade opcional acrescida à carga horária regular e obrigatória do curso.

Conforme a resolução nº 1 de 15 de maio de 2006, em seu inciso II do artigo 7º, o curso de Licenciatura em Pedagogia deverá ter 300 horas da sua carga horária total dedicadas ao estágio supervisionado, “prioritariamente em Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, contemplando outras áreas específicas, se for o caso, conforme o PPP da instituição”. Ainda, em seu inciso IV, do artigo 8º, determina que, nos termos do PPP, a integralização de estudos será efetivada por meio do estágio curricular, realizado ao longo do curso, de modo a assegurar aos seus graduandos a experiência no exercício profissional, em

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, além de conhecimentos e competências, a saber:

a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente; b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar; d) na Educação de Jovens e Adultos; e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; f) em reuniões de formação pedagógica. Art. 9º Os cursos a serem criados em institui (BRASIL, 2006, p. 5).

A resolução nº 2 de 20 de dezembro de 2019 também prevê, em seu artigo 11, a carga horária mínima de estágio supervisionado de 400 (quatrocentas) horas, em situação real de trabalho em escola e conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora. Complementa no artigo 15 que deve ser realizada em ambiente de ensino e aprendizagem e deve ser acompanhada por docente da instituição formadora e por 1 (um) professor experiente da escola onde o estudante a realiza, com vistas à união entre a teoria e a prática e entre a instituição formadora e o campo de atuação. Ainda:

§ 3º A prática deve estar presente em todo o percurso formativo do licenciando, com a participação de toda a equipe docente da instituição formadora, devendo ser desenvolvida em uma progressão que, partindo da familiarização inicial com a atividade docente, conduza, de modo harmônico e coerente, ao estágio supervisionado, no qual a prática deverá ser engajada e incluir a mobilização, a integração e a aplicação do que foi aprendido no curso, bem como deve estar voltada para resolver os problemas e as dificuldades vivenciadas nos anos anteriores de estudo e pesquisa.

§ 4º As práticas devem ser registradas em portfólio, que compile evidências das aprendizagens do licenciando requeridas para a docência, tais como planejamento, avaliação e conhecimento do conteúdo.

§ 5º As práticas mencionadas no parágrafo anterior consistem no planejamento de sequências didáticas, na aplicação de aulas, na aprendizagem dos educandos e nas devolutivas dadas pelo professor (BRASIL, 2019, p. 9).

Levando em consideração que a resolução nº 2 de 2019, foi a última a ser instituída e que define as diretrizes curriculares para a formação inicial de professores de educação básica, entende-se portanto que esta carga horária mínima de estágio abarca a anterior de 300 horas e deve ser seguida. Dessa forma, seguindo estas determinações legais, os acadêmicos dos cursos de Graduação em Licenciatura em Pedagogia deverão cumprir, no mínimo, 420 horas de estágio supervisionado que deverá contemplar os seguintes níveis: estágio supervisionado na Educação

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Infantil e estágio Supervisionado nas séries iniciais do Ensino Fundamental - de forma prioritária –, estágio em Gestão e Apoio Escolar e, caso haja oferta no município, o estágio nos anos iniciais da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Tendo em vista a realidade do estado de Mato Grosso, poderá haver municípios onde o curso será ofertado e que não haverá instituições de ensino que disponibilizem a EJA. Neste caso, o acadêmico poderá cumprir o restante da carga horária de estágio em uma das áreas previstas, desde que justificada à instituição ofertante e autorizada pela mesma, conforme plano de estágio aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante. Caso o acadêmico tenha interesse em realizar estágio, além do que é exigido pelo curso de Licenciatura em Pedagogia do IFMT, estará autorizado desde que atenda a todas as exigências básicas da instituição.

As atividades de estágio, portanto, são obrigatórias. Sem seu cumprimento, o aluno não receberá o certificado que garante a conclusão do curso e, portanto, não estará autorizado, legalmente, a exercer sua profissão.

Com a intenção de atender às determinações legais em relação ao estágio nos cursos de Licenciatura, bem como garantir o maior número de vivências para o acadêmico, optamos por diluir as 420 horas de estágio obrigatório nos quatro semestres finais do curso de Pedagogia (5º, 6º, 7º e 8º semestres), após os acadêmicos já possuírem uma certa bagagem teórico-prática, proporcionada pelas disciplinas do núcleo básico de estudos, do núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e dos núcleos integradores, propiciando ao acadêmico uma gama considerável de diferentes vivências. Assim, na matriz curricular existem disciplinas específicas que, articulando teoria e prática, abordarão diferentes conceitos que mais tarde subsidiarão o desenvolvimento das atividades de estágio.

Nos diferentes momentos do estágio, o Licenciando deverá participar do cotidiano escolar por meio da observação, planejamento, desenvolvimento e avaliação das mais diversas atividades, sempre em articulação com a teoria e o acompanhamento de docente orientador. As atividades relacionadas ao estágio deverão trazer resultados relevantes tanto para o licenciado como para a escola que o acolhe no desenvolvimento desta etapa, sempre em articulação teoria-prática.

Com relação à orientação de estágio, os alunos contarão com o professor responsável pela disciplina e com o tutor de estágio. O docente responsável fará todas orientações do estágio, organizando as etapas, mediando o ensino e acompanhando o acadêmico por meio da

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

tecnologia, via videoconferência. Já o tutor de estágio atuará como mediador no polo, auxiliando na interlocução entre o professor e o acadêmico. O tutor de estágio também auxiliará o professor nas correções dos relatórios de estágio e no acompanhamento do processo ensino-aprendizagem realizado no ambiente escolar, com supervisão direta do professor da escola-campo.

Quadro 07: Disciplinas de Estágio (420 h)

Semestre	Disciplina	C/H
5º semestre	Estágio Supervisionado I (Gestão e Apoio Escolar)	105h
6º semestre	Estágio Supervisionado II (Educação Infantil)	105h
7º semestre	Estágio Supervisionado III (Ensino Fundamental I)	105h
8º semestre	Estágio Supervisionado IV (EJA ou área prevista)	105h
Total		420h

A seguir, são descritas as propostas pedagógicas de estágio supervisionado, a ser desenvolvido em cada semestre:

10.3.1 Estágio Supervisionado I: Gestão e Apoio Escolar (5º semestre)

O estágio supervisionado na área de Gestão e Apoio Escolar deverá ser realizado no quinto semestre, proporcionando a ambientação do graduando ao espaço escolar, por meio da análise da organização e funcionamento escolar, das atribuições da coordenação pedagógica e da gestão escolar.

O estagiário deverá cumprir suas horas de estágio por meio do conhecimento e análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, da observação, acompanhamento e participação nas atividades de planejamento, conselhos de classe e reunião de colegiados, reuniões pedagógicas com docentes e pais, de maneira a subsidiar o estudo e a análise crítica da gestão escolar.

Bibliografia Básica:

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed., 2. impr.. São Paulo: Ática. 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola*. 3. ed., rev. e ampl. Goiânia: Alternativa. 2001.

LÜCK, Heloísa. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

10.3.2 Estágio Supervisionado II: Educação Infantil (6º Semestre)

No sexto semestre, o Estágio Supervisionado contemplará a vivência da atividade docente em uma perspectiva interdisciplinar com crianças da educação infantil.

Nesta etapa, o graduando articulará os saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos inerentes às concepções do desenvolvimento infantil aos saberes da experiência na formação profissional, investigando os aspectos cognitivos, sociais, afetivos que implicam no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, construindo e fortalecendo a identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar por intermédio da observação, planejamento e regência na Educação Infantil.

Bibliografia Básica:

ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais*. São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: <http://www-periodicos-capesgovbr.ez45.periodicos.capes.gov.br/>

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. tradução de Dora Flaksman.RJ: Afiliada, 1981.

BENJAMIN, Walter. *Reflexões: A criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

BRASIL. *Base nacional comum curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

10.3.3 Estágio Supervisionado III: Anos Iniciais do Ensino Fundamental (7º Semestre)

No sétimo semestre, o Estágio Supervisionado deve inserir o graduando no cotidiano escolar do magistério nos anos iniciais do ensino fundamental, possibilitando a familiarização

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

com o planejamento, desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica, articulando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com o desempenho das diferentes tarefas inerentes ao trabalho docente no ambiente escolar.

Neste estágio, o estudante deverá observar o cotidiano da escola, principalmente das séries iniciais, planejar e desenvolver atividades de regência nas diversas áreas de conhecimento, mantendo sempre diálogo com seu professor orientador para avaliação do desenvolvimento das atividades.

Bibliografia Básica:

BRASIL. *Base nacional comum curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber às práticas educativas*. Porto Alegre: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, J.C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.

LÔRDELO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. (orgs). *Avaliação educacional: desatando e reatando nós*. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wd>

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). *Repensando a Didática*. 10. ed. Campinas: Papirus, 1995.

10.3.4 Estágio Supervisionado IV: Educação de Jovens e Adultos (8º Semestre)

No oitavo semestre, o estágio supervisionado visa à construção e ao fortalecimento da identidade docente por meio da inserção do graduando no cotidiano escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

O estágio deve articular os saberes específicos e pedagógicos à experiência da atividade docente, possibilitando ao graduando o contato com a proposta curricular da EJA, cujos processos de ensino e aprendizado são diferenciados, visando atender o público jovem e adulto que não teve acesso ao ensino fundamental na idade considerada apropriada.

Bibliografia Básica:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.

SOARES, Leôncio. *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (Diretrizes

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Curriculares Nacionais).

10.4. Oficinas e Seminários Integradores

Em uma tradução livre podemos definir que os Seminários (viveiro de novas sementes, propagação de algo) Integradores (constituir um todo, combinação de partes) dentro do Curso de Licenciatura em Pedagogia representam o *lócus* (lugar específico) de integrarmos (junção, combinação) de todas as ideias, os saberes e conhecimentos apreendidos pelas disciplinas e vivências durante o percurso formativo do curso.

E por se tratar de um curso na modalidade EaD quando falamos de lugar específico, queremos ampliar o conceito de espaço/tempo para além do lugar físico, território palpável de um modelo de educação, na qual temos os resquícios do modelo de escola tradicional e pensar nas múltiplas possibilidades de que os seminários integradores sejam este momento, lugar de combinação e divulgação de saberes/conhecimentos também por meio das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC e potencialidades da EaD . Assim os Seminários Integradores, fazendo parte do Núcleo de Estudos Integradores juntamente com as Oficinas de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica e os Seminários de Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, serão o momento ímpar de socialização e percepção dos aprendizados de cada semestre formativo, possibilitando efetivamente uma prática inter/trans/multidisciplinar no qual as disciplinas “saem de suas caixas” e se desvelam enquanto conhecimentos necessários para a prática profissional.

Neste sentido, o Seminário Integrador I (1º semestre) abordará as bases conceituais da pedagogia e os aspectos reflexivos quanto à educação no Brasil, sendo o momento da socialização destes conhecimentos (científicos) que muitas vezes são ‘desconhecidos’ até a inserção no ensino superior. Já o seminário Integrador II (2º semestre), convida o acadêmico a refletir sobre trajetórias pessoais, vivências profissionais e escolares e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar, articulando as diferentes áreas do conhecimento e os saberes oriundos de suas experiências de vida.

No terceiro semestre, além da disciplina de Seminário Integrador III, a disciplina de Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica I, vem para proporcionar momentos mais direcionados de aprendizagem da linguagem científica e tecnológica, sendo considerado

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

indissociável a relação da teoria com a prática. Da mesma maneira, em uma tradução livre podemos afirmar que as Oficinas dentro do Curso de Licenciatura em Pedagogia, retoma a origem da palavra que vem de ‘ofício’, que significa uma ocupação específica/trabalho regular, mas também como sinônimo de atividade prática que exige uma habilidade específica. As Oficinas de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica muito além de uma dimensão teórica se propõe a ser algo prático com habilidades específicas.

A Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica I irá, além de abordar as normativas e regras dos textos acadêmicos com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), familiarizar o aluno com os diversos formatos de trabalhos acadêmicos, o que contribuirá não só para as produções acadêmicas, nos variados componentes curriculares que serão ofertados até o fim do curso, bem como servirá de base para as outras duas oficinas que ocorrerão no 6º semestre (designadamente Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica II – Projeto de Extensão, que estará direcionada especificamente para a elaboração e aplicação de projeto de extensão e Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica III – Projeto de Pesquisa). Embora retome alguns aspectos da disciplina de Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação (1º semestre), esta oficina, como o nome mesmo já diz, proporcionará atividades práticas de elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos de iniciação científica e tecnológica, em formato de relatório, projeto, painel, pôster, jornal mural, mídias sociais e outras formas de divulgação. Encerrando o terceiro semestre, onde se concentram mais as discussões voltadas para a gestão escolar e organização do trabalho pedagógica nas instituições, o Seminário Integrador III (3º semestre) propõem reflexões quanto às especificidades da instituição escolar, articulando o conhecimento adquirido nesses primeiros semestres e promovendo a formação de uma teia de saberes que são a base para etapas mais específicas da Pedagogia.

O seminário Integrador IV (4º semestre) já oferece uma discussão mais acerca do cotidiano da Educação Infantil, resgatando os conhecimentos adquiridos até esta etapa do curso e articulando estes com as especificidades da Educação Infantil trabalhadas no semestre. O Seminário Integrador V (5º semestre) dá continuidade a proposta inter/trans/multidisciplinar, mas buscando uma integração curricular que culmina em uma socialização das atividades de extensão realizadas pelas disciplinas de Metodologia e Estratégias de Ensino do 4º e 5º

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

semestres. Neste seminário todas atividades estarão, portanto, voltadas para as discussões e reflexões quanto ao cotidiano do Ensino Fundamental.

No 6º semestre a Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica II– Projeto de Extensão, estará direcionada especificamente para a elaboração e aplicação de um projeto de extensão totalmente elaborado pelo acadêmico, trazendo para este, além de um maior comprometimento com a extensão universitária, um aprofundamento das temáticas que compreende a diversidade cultural. Já a Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica III – Projeto de Pesquisa, bem como o nome já define, irá oportunizar ao discente a prática de planejamento e estruturação de sua Pesquisa que resultará em seu trabalho de conclusão de curso (TCC). Ao final da oficina, o acadêmico deverá apresentar o seu projeto de pesquisa por meio de painel, pôster, banner ou outro, utilizando um dos modelos aprendidos na Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica I. Finalizando o semestre o Seminário Integrador VI terá como objetivo central, trazer para a discussão a importância dos projetos integradores de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos nas escolas de educação básica e/ou em outros espaços no decorrer do curso, finalizando com a socialização destas experiências que serão apresentadas à comunidade externa através de um seminário e/ou exposição aberta à comunidade interna e externa do IFMT. Todo esse processo estará preparando o acadêmico para a finalização do curso e a produção do TCC.

No Seminário de TCC I (7º semestre), já com o projeto de pesquisa elaborado, o acadêmico se situará no momento de implantação do seu TCC, para qual coletará dados e fará a sistematização da investigação científica. O Seminário integrador VII, também previsto para este semestre fará com que o acadêmico, com base na experiência teórica e prática do curso, reflita sobre o ser professor e construa um memorial acadêmico, tendo como base as trajetórias percorridas e as experiências vivenciadas. Haverá uma ação de extensão onde será apresentado por meio de portfólios, banner, pôster ou painel este processo de construção do ser professor durante o curso.

O Seminário de TCC II (8º semestre) constituirá no momento de organização, defesa dos TCC e de apresentações dos projetos, já que os TCCs têm diversas possibilidades e formatos de trabalho acadêmico.

10.5 Atividades Teórico-práticas de Aprofundamento/ Atividades Complementares

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia prevê o cumprimento de 200 horas de experiências extracurriculares como Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento com o objetivo de enriquecer a qualificação acadêmica e profissional dos estudantes. Estas atividades vinculam-se ao “Núcleo de Estudos Integradores”, conforme inciso III do artigo 7º e às “atividades complementares” mencionadas no inciso III do art. 8º ambos citados na Resolução CNE/CP N° 1/2006, e objetivam promover a flexibilização curricular, permitindo a articulação entre teoria e prática, além de estimular a educação continuada dos egressos do Curso de Licenciatura em Pedagogia em EPT.

Cumprindo com a função de enriquecer os processos de ensino e de aprendizagem, as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento devem ser cumpridas pelo estudante desde o seu ingresso no curso, totalizando a carga horária estabelecida na matriz curricular, em conformidade com o perfil de formação previsto no Projeto Pedagógico de Curso.

Para integralizar as 200h, o estudante deverá considerar as diferentes atividades descritas conforme quadro abaixo.

Quadro 08: Atividades Teórico-práticas de aprofundamento

Atividade	Descrição	Carga horária/atividade	Limite máximo	Comprovação
Eventos	Participação em eventos internos	Mínimo 3h/atividade	60h	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
	Participação em eventos externos	Mínimo 3h/atividade	60h	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
	Participação em organização de eventos	Mínimo 10h/evento	60h	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
	Apresentação de trabalho científico em eventos com publicação nos Anais	10h cada publicação	80h	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Cursos	Participação em	Mínimo 3h/atividade	60h	Declaração e/ou

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

	curso e/ou oficina relacionado à área de educação			certificado emitido pela Instituição
	Ministrante de oficina, palestra, minicurso ou seminário em evento científico na área de Educação	Mínimo 2h/atividade	60h	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Representação estudantil	Colegiado e Representação de Classe	20h por semestre	60h	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Ensino, pesquisa e Extensão	Participação em projetos de ensino na área de educação	Mínimo 4h/atividade	60h	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
	Participação em Projeto de Iniciação à Docência (PIBID)	20h / mês participado	100h	Certificado ou declaração emitida pelo setor responsável
	Participação em Projeto de Pesquisa e Extensão	40h no mínimo	80h	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
	Realização de monitoria na área de educação	Mínimo 4h/atividade	40h	Declaração e/ou certificado emitido pela Instituição
Publicações	Publicação de artigos científicos na área de educação em revistas impressas ou eletrônicas não indexadas	20h/produção	80h	Cópia da Publicação ou documento que comprove que o artigo foi publicado
	Publicação de artigos científicos na área de educação em	25h/produção	75h	Cópia da Publicação ou documento que comprove que o

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

	revistas impressas ou eletrônicas indexadas			artigo foi publicado
	Publicação de capítulo de livros impressos ou eletrônicos em área de educação	30h/produção	90h	Cópia da Publicação ou documento que comprove que o artigo foi publicado
Atividades culturais	Atuação em filmes, vídeos, peças teatrais, exposição, espetáculos de dança e música, entre outros	Mínimo 4h/atividade	60h	Declaração emitida pela Instituição promotora

10.6 Curricularização da Extensão

Conforme a resolução nº 07 de 18 de dezembro de 2018,

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018b, p. 1-2).

Para a Resolução CONSEPE nº 021/2021, a carga horária em atividades de extensão estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso é obrigatória para conclusão do curso de graduação, devendo compor a formação integral do estudante e o perfil do egresso. As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (320h) do total da carga horária curricular do curso de Licenciatura em Pedagogia EAD, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos (BRASIL, 2018b).

Neste PPC, a carga horária obrigatória destinada a curricularização da extensão compõe as disciplinas descritas nos dois quadros a seguir, totalizando 320 horas. As atividades de extensão correspondem às intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas ao

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

IFMT e que estejam vinculadas à formação do estudante, no caso do nosso curso, escolas de Educação Básica e/ou comunidade.

O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do IFMT compreende a extensão como um

[...] processo educativo, cultural e científico, articulando-se ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, ampliando a relação transformadora entre a instituição de ensino e os diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico.

[...] a relação que a extensão estabelece com o ensino e a pesquisa é dinâmica e potencializadora, intensificando sua relação com o ensino, oferecendo elementos para transformações no processo pedagógico, em que professores e alunos constituem-se sujeitos do ato de ensinar e aprender, levando à socialização e à aplicação do saber acadêmico. Ao mesmo tempo amplia sua relação com a pesquisa que, utilizando-se de metodologias específicas, compartilha conhecimentos produzidos pela instituição, contribuindo para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Por fim, a Extensão visa aprofundar os vínculos existentes entre o IFMT e a sociedade, com o propósito de alcançar novas alternativas de transformação da realidade mediante ações que fortaleçam a cidadania. A intervenção das atividades de Extensão deve ocorrer de forma participativa e dialógica, tendo como ponto de partida o conhecimento da realidade local, contemplando a essência da missão do IFMT. (IFMT, 2019, p. 64).

Conforme o Regulamento Didático do IFMT (2020, p. 45),

A curricularização da extensão é o processo que fortalece, em algum momento da vida acadêmica, a participação de estudantes de cursos de graduação e de cursos técnicos integrados de nível médio, de docentes e demais servidores do IFMT em atividades curriculares institucionais, relacionadas aos componentes curriculares contemplados nos PPCs dos cursos e envolvendo a comunidade externa.

As ações de extensão do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFMT articulam ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável em todo os semestres do curso, seja por meio dos componentes curriculares integrantes da matriz curricular, seja pelas seguintes ações compreendidas nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços (BRASIL, 2018b; Resolução CONSUP nº 027/2019).

Conforme a Resolução CONSEPE nº 021/2021 (p. 2-3), em seu artigo 10, orienta que as atividades de extensão serão distribuídas na matriz curricular e no PPC do curso de acordo com as modalidades I e II, sendo obrigatória a utilização de ambas as modalidades para os

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

curso de graduação. Desta forma, a carga horária de extensão estará distribuída da seguinte forma:

a. Modalidade I – componentes curriculares específicos de extensão (carga horária: 60 horas)

Quadro 09: Modalidade I:

Semestre	Disciplina	C/H	Extensão
6º semestre	Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica II – Projeto de Extensão	60h	60h

A disciplina “Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica II – Projeto de Extensão” terá toda a sua carga horária destinada para ações extensionistas, abordando os conceitos sobre a extensão universitária e dialogando com as práticas pedagógicas e com a temática da pluralidade cultural. Para isso serão abordadas questões como a diversidade cultural, o multiculturalismo, os movimentos sociais e a prática pedagógica na escola em atividades envolvendo a comunidade externa ao IFMT. Os saberes e as experiências já adquiridas em atividades de extensão dos semestres anteriores será trazida à baila.

Na perspectiva de que os estudantes e a comunidade do IFMT reconheçam e valorizem a pluralidade cultural, será realizado um projeto envolvendo a questão da diversidade cultural. Esse evento constituirá em um curso, palestras, oficinas, workshops, seminários e/ou mostras artísticas e será destinado às escolas ou à comunidade.

b. Modalidade II - atividades de extensão previstas nos componentes curriculares (Carga horária: 262 horas)

Além da disciplina específica de extensão ofertada no 6º semestre, algumas disciplinas do curso compreendidas entre os 1º e 7º semestres, desenvolverão atividades de extensão que proporcionarão aos estudantes vivências com a comunidade externa, relacionando teoria e prática, por meio de projetos e carga horária específica expressas na matriz curricular; e/ou terão os conteúdos curriculares de extensão previstos em suas ementas e registrados no Plano de Ensino do professor. Todos os seminários integradores terão uma carga horária de 8 horas

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

destinada às atividades de extensão onde serão apresentados à comunidade o resultado de suas atividades. As disciplinas que possuem carga horária destinada à extensão terão atividades descritas em cada ementa, em que a prática da extensão será a oportunidade que o acadêmico terá de estabelecer uma relação transformadora com os diversos segmentos sociais, auxiliando na promoção do desenvolvimento local e regional, da socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico.

No quadro de atividades teórico-práticas de aprofundamento, haverá uma carga horária mínima exigida de 40 horas de atividades extensionistas, além das já realizadas nos componentes curriculares.

Abaixo as disciplinas com atividades extensionistas do curso de Licenciatura em Pedagogia que compreendem a modalidade II:

Quadro 10: Disciplinas com atividades extensionistas + Atividades teórico-práticas de aprofundamento – Modalidade II

Semestre	Disciplina	C/H	Extensão
1º semestre	Seminário Integrador I	30	8
2º semestre	Seminário Integrador II	30	8
3º semestre	Seminário Integrador III	30	8
4º semestre	Laboratório: Jogos e Materiais Pedagógicos	75	40
	Metodologias e Estratégias de Ensino da Educação Física	60	21
	Metodologias e Estratégias de Ensino das Artes	60	21
	Seminário Integrador IV	30	8
5º semestre	Metodologias e Estratégias de Ensino da Língua Portuguesa	60	21
	Metodologias e Estratégias de Ensino da História e Geografia	60	21
	Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências	60	21

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

	Metodologias e Estratégias de Ensino da Matemática	60	21
	Seminário Integrador V	30	8
6º semestre	Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	60	20
	Seminário Integrador VI	30	8
7º semestre	Metodologias Ativas de Aprendizagem	60	20
	Seminário Integrador VII	30	8
Total disciplinas com atividades extensionistas			262h
Componente curricular específico			60h
Total			322h

As disciplinas da modalidade I e II totalizam uma carga horária de 322 horas de ações extensionistas no curso.

Os programas institucionais como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, Residência Pedagógica, Programa de Iniciação à Docência - PID (programa interno do IFMT), Programa de Educação Tutorial (PET), monitorias, entre outros, apresentam ações extensionistas também, pois inserem os licenciandos no contexto da formação escolar.

Os projetos de extensão propostos pelos professores-pesquisadores do curso em parceria com os alunos, devidamente registrados no setor correspondente no campus, caracterizam outra ação extensionista que atende a comunidade externa e contribui para a formação continuada de Pedagogos da cidade de Cuiabá e região.

O Seminário de Licenciaturas (Semilic) e a Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFMT-campus Cuiabá, (JENPEX), ambos eventos anuais do IFMT e aberto à comunidade externa, consiste em outro momento de integração entre o ensino, pesquisa e extensão, ofertando comunicações de pesquisas de ponta da área e contribuindo com a qualificação profissional dos estudantes do curso, professores do IFMT, da rede municipal de educação de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso. Neste sentido, são inúmeras as possibilidades de atividades

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

teórico-práticas de aprofundamento que podem ser contabilizadas na carga horária de extensão.

10.7 Diretrizes Curriculares Transversais

Para atender a legislação educacional vigente serão desenvolvidos os seguintes conteúdos:

10.7.1 Políticas de Educação Ambiental – Lei 9.795/1999, Decreto 4.281/2002 e Resolução CNE/CP nº 02/2012

A Educação Ambiental permite a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de levar à formação de novos valores e atitudes e à construção de uma nova visão das relações do homem com o seu meio e as instituições de ensino têm um papel definitivo nessa interação.

A Educação Ambiental engloba os processos permanentes de aprendizagem e formação individual e coletiva para a reflexão e construção de valores, saberes, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, visando a melhoria da qualidade de vida e uma relação sustentável da sociedade humana com o ambiente que integra.

A Resolução nº 02/2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental, versa em seu artigo 16 sobre a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Ambiental nos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, podendo ocorrer: I - pela transversalidade, mediante temas relacionados com o meio ambiente e a sustentabilidade socioambiental; II - como conteúdo dos componentes já constantes do currículo; III - pela combinação de transversalidade e de tratamento nos componentes curriculares.

As questões ambientais poderão ser discutidas nos conteúdos e de forma transversal em várias disciplinas do curso, mas receberão destaque especial nas disciplinas de “Metodologias e Estratégias de Ensino da Educação Física”, ofertada no 4º semestre, “Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências”, no 5º semestre e “Educação Ambiental” oferecida no 8º semestre do curso. Todas, conforme sua ementa, priorizando as discussões e análises quanto ao meio ambiente e à Educação Ambiental.

Para atender a legislação, propõe-se ainda inserir nos programas curriculares do curso e disciplinas as seguintes atividades de Extensão: seminários temáticos; atividades como “Semana/dia do meio ambiente”, com proposta integrada entre o curso de Licenciatura em

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Pedagogia - EAD e escolas das redes públicas municipal e/ou estadual. Na disciplina de “Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências” a ementa prevê atividades de extensão envolvendo o tema Educação Ambiental a ser realizado em escola de Educação Básica e/ou comunidade externa.

10.7. 2 Libras (Linguagem Brasileira de Sinais) – Decreto 5.626/2005^a

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a Libras constituir-se-á em disciplina curricular optativa.

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

O curso de Licenciatura em Pedagogia, modalidade à distância do Campus Cuiabá-Octayde Jorge da Silva trata-se de um curso de formação de professores, portanto a disciplina de “Libras” está inserida no segundo semestre da matriz curricular onde haverão atividades práticas e teóricas sobre o uso da linguagem.

10.7.3 Educação das Relações Étnico-Raciais – Lei 11.645/2008 e Resolução CNE/CP/01/2004

A Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000.

É nesse mesmo contexto que foi aprovado, em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009).

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana têm por objetivo o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado dos indígenas, europeias, asiáticas.

É sabido o quanto a produção do conhecimento interferiu e ainda interfere na construção de representações sobre o negro brasileiro e, no contexto das relações de poder, tem informado políticas e práticas tanto conservadoras quanto emancipatórias no trato da questão étnico-racial e dos seus sujeitos. No início do século XXI, quando o Brasil revela avanços na implementação da democracia e na superação das desigualdades sociais e raciais, é também um dever democrático da educação escolar e das instituições públicas e privadas de ensino a execução de ações, projetos, práticas, novos desenhos curriculares e novas posturas pedagógicas que atendam ao preceito legal da educação como um direito social e incluam nesse o direito à diferença.

As ações pedagógicas voltadas para o cumprimento da Lei nº 10.639/03 e suas formas de regulamentação se colocam nesse campo. A sanção de tal legislação significa uma mudança não só nas práticas e nas políticas, mas também no imaginário pedagógico e na sua relação com o diverso, aqui, neste caso, representado pelo segmento negro da população.

A educação superior tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam à questão das desigualdades raciais no acesso e permanência nelas, as chamadas ações afirmativas, como também o desenvolvimento de questões que envolvam a cultura africana e afro-brasileira.

Desta forma, atendendo ao que estabelece as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 e demais legislações educacionais referentes a estas questões, o Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFMT Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva apresenta em sua organização curricular, já no 1º semestre, a disciplina de “História e organização da Educação Brasileira” que traz em sua ementa o estudo de elementos de história da África e das discussões étnico-raciais na educação

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

brasileira. No segundo semestre, a disciplina de “Escola e Currículo” além de abordar as origens, possibilidades e limitações dos espaços e tempos educativos, traz para discussão o estudo do pensamento educacional curricular, com ênfase na perspectiva do “currículo como produção cultural”. Neste sentido privilegia as discussões quanto à diversidade cultural. No terceiro semestre, a disciplina de “Legislação Educacional”, destaca em sua organização, entre outras pautas, o estudo dos direitos referentes à: educação inclusiva, aos direitos humanos, à educação indígena e de quilombolas, à educação do campo e às questões étnico-raciais, conforme pode ser melhor observado na ementa do componente.

O quarto semestre contempla as questões étnico raciais na disciplina de “Metodologias e Estratégias de Ensino da Educação Física”, quando aborda a atuação do professor frente à pluralidade cultural. A disciplina de “Metodologias e Estratégias de Ensino da História e Geografia”, ofertada no 5º semestre, busca trazer com bastante destaque à identidade como produção social e histórica, e, a partir disso, a cidadania/identidade e as relações étnico-raciais. Além dessas disciplinas, o IFMT - campus Cuiabá oferece anualmente o evento “Seminário Pluralidade Cultural” (antigo Seminário “Áfricas”), em que os discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia poderão participar das atividades do evento ou mesmo ofertar oficinas ao público, sendo esta uma atividade de extensão.

A disciplina de “Oficina de Projetos de Iniciação Científica II –Projeto de Extensão”, inserida no 6º semestre, abordará especificamente a questão da pluralidade cultural e, conforme ementa, proporcionará aos acadêmicos a experiência de elaboração de Projetos de Extensão voltado para a temática da diversidade cultural: cursos, palestras, oficinas, workshops, seminários e mostras artísticas.

10.7.4 Educação em Direitos Humanos: Resolução CP/CNE/01/2012

Esta Resolução estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – EDH, a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições. A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e responsabilidades individuais e coletivas.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e da defesa da qualidade humana.

A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

O parágrafo 2º do Artigo 2º da Resolução, estabelece que “aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos (as) os (as) envolvidos (as) nos processos educacionais”.

A Educação em Direitos Humanos, segundo as diretrizes, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios:

- I.**dignidade humana;
- II.**igualdade de direitos;
- III.**reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
- IV.**laicidade do Estado;
- V.**democracia na educação;
- VI.**transversalidade, vivência e globalidade; e
- VII.**sustentabilidade socioambiental.

Em seu artigo 6º, a Resolução estabelece que a Educação em Direitos Humanos, de modo transversal deverá ser considerada na construção dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's), dos Regimentos Escolares (RI's), dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI's), dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC's) das Instituições de Educação Superior, dos materiais didáticos e pedagógicos, do modelo de ensino, pesquisa e extensão, da gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação.

No artigo 7º da Resolução, estabelece que “a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação em Direitos Humanos na organização dos currículos da Educação Básica e da Educação Superior, poderá ocorrer das seguintes formas”:

- I.**pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente;
- II.**como conteúdo específico de uma disciplina já existente no currículo escolar;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

III.de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

Observação: Outras formas de inserção poderão ser admitidas/adotadas na organização curricular pelas instituições educativas, desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional.

E finalmente, no artigo 11, “os sistemas de ensino deverão criar políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, tendo como princípios norteadores os Direitos Humanos e, por extensão, a Educação em Direitos Humanos”.

Desta forma, atendendo ao que estabelece a Resolução CP/CNE/01/2012, no Curso Licenciatura em Pedagogia, os conteúdos poderão perpassar por diversas disciplinas, sendo que a educação em direitos humanos está indissociada da formação para professor. Entretanto, já no primeiro semestre, a disciplina de “Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação” por exemplo traz para discussão as questões sociais que permeiam a sociedade e a educação, abordando as políticas sociais e educacionais no Brasil e a análise das relações entre a Educação e as sociedades no que tange a ideologias, multiculturalismo, instituições políticas, sistemas de dominação e a construção de práticas de resistência e emancipação. A disciplina de “História e organização da Educação Brasileira”, também não deixa de abordar as questões relativas aos direitos humanos, uma vez que traz em sua ementa a questão das políticas públicas para a educação básica: escolas do campo e escolas urbanas e as discussões étnico-raciais na educação brasileira.

No segundo semestre, a disciplina de “Didática Geral” busca discutir a prática educativa e sua relação com a sociedade. Neste sentido, trata das questões dos direitos humanos quando aprofunda a função social do ensino em uma escola democrática e o compromisso social e ético dos professores para com a sociedade e os indivíduos. A disciplina de “Escola e Currículo” por abordar o “currículo como produção cultural” traz o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, também privilegiando assim os direitos humanos.

No terceiro semestre a disciplina de “Legislação Educacional”, destaca em sua organização, os estudos referentes aos direitos humanos, abordando diversas temáticas que fortalecem a defesa da dignidade humana, da democracia na educação e também do reconhecimento e valorização da diversidade. O quarto semestre traz na disciplina de “Metodologias e Estratégias de Ensino da Educação Física” a discussão de temas

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

contemporâneos como as questões de gênero, étnico-raciais, inclusão, meio ambiente, saúde, entre outros.

No sexto semestre, a disciplina de “Educação Especial na Perspectiva Inclusiva”, trazendo como pauta a educação especial de crianças, jovens e adultos aborda questões voltadas para a dignidade humana, a igualdade de direitos, o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, a laicidade do Estado, entre outras questões fundamentais para os direitos humanos. A disciplina de “Oficina de Projetos de Iniciação Científica II –Projeto de Extensão”, que abordará especificamente, conforme sua ementa, a questão da pluralidade cultural, também acaba por contemplar a educação em direitos humanos.

No sétimo semestre, a disciplina de “Educação de Jovens a Adultos”, além de trazer um estudo aprofundado sobre a EJA, discute a questão da diversidade e da cidadania, sob a perspectiva da Inclusão Social, do empoderamento e da emancipação dos sujeitos que compõem a EJA.

10.7. 5 Questões de gênero

O curso de Licenciatura em Pedagogia do IFMT Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva segue as orientações da Nota técnica n. 24 de 2015 CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC, que trata dos conceitos e dimensões de gênero e orientação sexual.

Desta forma, atendendo ao que estabelece nesta nota técnica, no Curso de Licenciatura em Pedagogia, os conteúdos serão desenvolvidos de forma transdisciplinar onde em vários componentes curriculares poderão, diante das discussões surgir as questões de gênero. Entretanto, de forma mais explícita, a disciplina de Legislação Educacional (2º semestre), quando aborda os direitos referentes à: educação inclusiva, direitos humanos, educação indígena e de quilombolas, educação do campo, entre outros, também suscitará as questões sexuais e de gênero. A disciplina de Metodologias e Estratégias de Ensino da Educação Física (4º semestre), ao abordar a interdisciplinaridade e os temas contemporâneos em sua ementa, também destaca as questões de gênero.

10.7. 6 Educação Inclusiva

A Educação Inclusiva está regulamentada no Decreto nº 7.611/ 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado; no Decreto nº.5296/2004 que PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

regulamenta as leis que tratam da educação inclusiva; na Lei n. 12.764 de 27 de dezembro de 2012 que institui a política Nacional dos Direitos da Pessoa com Espectro Autista; na Lei nº.13.146/15 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Desta forma, atendendo ao que estabelece nestas legislações, o Curso de Licenciatura em Pedagogia oferecerá as disciplinas de Libras (2º semestre) e Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (6º semestre), onde ambas, em seus ementários contém com mais clareza os conteúdos que serão desenvolvidos.

10.7.7 Adaptação Curricular

Adaptação curricular é o ajuste da situação acadêmica do discente oriundo de transferência ao contexto regular do curso, para o prosseguimento dos estudos.

Os discentes transferidos durante o período letivo poderão submeter-se a estudos de adaptação seguindo as orientações do Colegiado do Curso, nas seguintes situações: para sanar diferenças curriculares porventura existentes entre os cursos frequentados em outra instituição ou *Campus*, em caso de transferência; e sanar as modificações ocorridas na matriz curricular.

A adaptação curricular far-se-á por meio de aulas ou de complementação de estudos a serem desenvolvidos paralelamente ao curso, conforme programação definida pela Coordenação de Curso e cientificada pelo discente.

Quando o número de adaptações for maior que 04 (quatro), o discente deverá realizar primeiro as adaptações para, depois de obter êxito nas mesmas, prosseguir para outro período ou módulo, respeitando os pré-requisitos, quando previstos no PPC. Maior detalhamento sobre a adaptação curricular nos cursos superiores são encontrados no Regulamento Didático do IFMT (2020).

11. AÇÕES DE INTEGRAÇÃO COM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O curso de Licenciatura em Pedagogia do IFMT Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva destaca que desde os primeiros semestres objetiva estabelecer relações intensas entre a formação do professor e seu campo de atuação, ou seja, as escolas de Educação Básica.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Todos os componentes curriculares do curso trazem em suas ementas elementos que permitem ao professor da disciplina fazer uma ligação direta com a escola, com a prática docente e/ou sua aplicação nas instituições de Educação Básica da rede pública municipal e estadual, bem como com outras instituições de caráter cooperativo, filantrópico e privadas de cunho educativo no estado de Mato Grosso.

O IFMT Campus Cuiabá – Cel. Octayde Jorge da Silva ainda dispõe em seu entorno a “Escola Cooperar” (Cooperativa Educacional dos Servidores do IFMT), que atende filhos de servidores do IFMT, oferecendo desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Assim, a referida instituição se apresenta como importante parceira do curso, possibilitando conexões diretas entre a teoria e prática, formação docente e prática pedagógica, se constituindo como uma “Escola de Aplicação” do curso de Licenciatura em Pedagogia, bem como o IFMT Campus Cuiabá - Octayde Jorge da Silva em alguns âmbitos do ensino médio e ainda na área de Gestão Escolar.

O curso ainda se propõe a estabelecer outras ações que visam melhorar a qualidade da formação docente dos alunos do curso, tais como:

- Realização de seminários temáticos durante o curso/ disciplinas, que tragam para dentro do IFMT e das escolas de educação básicas e, por conseguinte, abarque formadores, alunos e professores de educação básica, debates sobre temáticas específicas da docência, tais como trabalho coletivo, projetos e programas educacionais, oficinas, estágios, sempre durante a formação do acadêmico e, constituindo com os professores da escola, uma espécie de formação em serviço, partilhando experiências, por meio de:
- Bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, Residência Pedagógica e Programa de Iniciação à Docência - PID IFMT, que se constituem em importantes espaços de integração entre escola e formação docente.
- Parcerias com escolas públicas para a realização de estágios supervisionados e atividades/projetos de extensão.
- Trabalhos de conclusão de curso que deverão atender às questões pertinentes na Educação Básica, tentando discutir assuntos que manifestem a partir das angústias

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

vivenciadas nos estágios supervisionados e outros programas/projetos/disciplinas, auxiliando assim na resolução de problemas do cotidiano escolar.

12. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

O IFMT em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), considera em seus cursos de Graduação presencial e à distância, o desenvolvimento em caráter obrigatório do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). De acordo com o Regulamento Didático (IFMT, 2020), o TCC refere-se à atividade acadêmica obrigatória ou não, que sistematiza o conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado ao curso.

Conforme as Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (CNE/CP N° 5/2005), o TCC deve ser um trabalho de natureza acadêmico-científica cujo objetivo é uma reflexão sistemática sobre um tema relacionado a uma área de conhecimento e de atuação profissional do Pedagogo, proporcionando ao aluno aproximar teoria e prática. Por isso, os temas abordados no TCC devem emergir da formação teórico-prática adquirida ao longo do curso e de forma articulado com as experiências de observação, reflexões realizadas nas várias disciplinas, estágio supervisionado, trabalhos de campo, inserção em grupos de pesquisas e ações de extensão junto à comunidade, dentre muitas outras atividades.

Assim sendo, o TCC deverá ser desenvolvido sobre um tema de interesse pedagógico, preferencialmente ligado às demandas do ensino e/ou aprendizagem na Educação Básica, à Organização e/ou Gestão Escolar ou temas afins.

O aluno apresentará uma proposta de trabalho (projeto de pesquisa) que contemple a execução de trabalhos correspondentes ao seu perfil profissional. O TCC será desenvolvido individualmente e/ou em dupla quando o aluno atingir no mínimo 80% da conclusão dos componentes curriculares do curso e deverá ser orientado ou co-orientado por um docente do curso. Caso o aluno deseje uma orientação externa, deverá solicitar a autorização e o credenciamento do orientador junto à Coordenação do curso.

O TCC deverá ser desenvolvido no formato de artigo científico – de revisão bibliográfica, pesquisa de campo, relato de experiência ou relato de caso – e seguirá as as normativas apresentadas nas disciplinas de Seminário de TCC.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Para projetos de pesquisa de campo (ou relatos) que envolvam dados diretos ou indiretos de seres humanos, é obrigatória a autorização prévia do Comitê de Ética na Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – CEP/IFMT. É indispensável que a autorização seja obtida antes da coleta de dados, caso contrário, o autor corre o risco de ter seu trabalho de TCC reprovado.

Conforme art. 272 do Regulamento Didático do IFMT “Os trabalhos de conclusão de curso deverão ser disponibilizados em meio eletrônico, acessível via web, visando dar publicidade à produção científica do IFMT”.

13. MONITORIA

Conforme o Regulamento Didático (IFMT, 2020, p. 40), a monitoria constitui numa “atividade acadêmica que oportuniza ao estudante experiência de vida acadêmica, através de participação em atividades de organização e desenvolvimento de componentes curriculares, em atividades”. As atividades de monitoria têm regulamentação própria do IFMT – campus Cuiabá. São objetivos da monitoria:

- I- criar condições para que os discentes participem da prática docente e da vida acadêmica, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- II- Propor formas de acompanhamento de discentes com dificuldades de aprendizagem e possibilitar o oferecimento de atividades de complementação à formação acadêmica, com a finalidade de minimizar a defasagem de estudos e diminuir a evasão e retenção; e
- III- colaborar com o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem por meio da participação de discentes, sob orientação do docente, no atendimento a seus pares, priorizando os que apresentarem maior grau de dificuldades de aprendizagem e/ou defasagem de estudos/conteúdos (IFMT, 2014, p. 72).

O IFMT disponibiliza bolsas de incentivos ao desempenho das atividades de monitoria para os alunos regularmente matriculados e que atendam aos regulamentos estabelecidos pela legislação específica e em vigor na instituição, sendo bolsas de demanda social.

A Coordenação de Apoio ao Estudante é responsável pela seleção dos monitores, por meio de edital interno do campus, sendo selecionados conforme critérios estabelecidos via edital de processo seletivo organizado pela Diretoria de Ensino em conjunto com a Diretoria de Administração e Planejamento.

A definição do quantitativo de bolsas e valores a serem destinados para esta modalidade

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

deverá considerar o planejamento das prioridades de distribuição das diversas modalidades dos auxílios estudantis do Programa de Incentivo a Permanência e a disponibilidade orçamentária e financeira aprovado em conjunto com a Diretoria de Administração e Planejamento. Em caso de indisponibilidade orçamentária do Campus, a Direção de Ensino poderá planejar outros mecanismos pedagógicos de incentivo às atividades de monitoria (PORTARIA 478/2019³ - CBA-GAB/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT, de 17 de dezembro de 2019).

14. VISITAS TÉCNICAS

As visitas técnicas podem ser realizadas em qualquer local que esteja relacionado com a Licenciatura em Pedagogia ou áreas afins e representam uma ferramenta primordial na compreensão e aplicação da teoria na prática.

A visita técnica é uma atividade educacional pedagógica supervisionada e realizada em ambiente externo ao IFMT, cujo objetivo primordial é promover a maior interação dos discentes das diversas áreas educacionais com o mundo do trabalho e a sociedade. São consideradas visitas técnicas as visitas a instituições públicas e privadas; atendimento ao discente, visitas a empresas relacionadas à área de serviços, de produção e/ou e/ou institutos de pesquisa, assim como participação em feiras, congressos, seminários e eventos similares.

O objetivo da visita técnica é promover a integração entre a teoria e a prática no que se refere aos conhecimentos adquiridos na instituição de ensino; proporcionar ao aluno o contato direto com o mercado de trabalho, no caso da Pedagogia, com as instituições de ensino públicas ou privadas e suas atividades educacionais *in loco* a fim de aprimorar a sua formação profissional e pessoal.

Estas atividades podem ser realizadas a partir do primeiro semestre do curso e, quando realizadas, devem seguir as exigências administrativas do IFMT, assim como observar as normas de segurança.

³ PORTARIA 478/2019 - CBA-GAB/CBA-DG/CCBA/RTR/IFMT, de 17 de dezembro de 2019 que regulamenta os Programas/Ações de Assistência Estudantil, entre eles, a Monitoria, disponível em: http://cba.ifmt.edu.br/media/filer_public/3f/54/3f541628-0b7d-4f90-88c6-0fb9423506aa/portaria_478_2019_-_cba-gab_cba-dg_ccba_rtr_ifmt1.pdf

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

15. ESTRUTURA CURRICULAR: EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS

A seguir é apresentada a relação das disciplinas oferecidas por semestre letivo com suas respectivas ementas e bibliografias para o curso de Licenciatura em Pedagogia.

15.1 Primeiro semestre

Disciplina	Carga horária total	PCC
Introdução à EaD e ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem	60	15h
Ementa		
Conceitos de Educação à Distância – EAD; Orientações para o aluno em EaD; O papel do professor na EaD; Conceitos de comunidades virtuais de aprendizagem; Noções de Interação e interatividade; Colaboração e cooperação na EaD; Ambientes virtuais de ensino; Legislação de EaD; Noções de planejamento didático-pedagógico para EaD (design instrucional).		
Bibliografia Básica		
LEMONS, André. <i>Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea</i> . Porto Alegre: Sulina, 2002. LÉVY, Pierre. <i>Cibercultura</i> . São Paulo: Editora 34, 1999. LYNN, Alves. <i>Educação a distância</i> . São Paulo: Futura, 2003. PALLOFF, Rena e PRATT, Keith. <i>O aluno Virtual</i> . Porto Alegre: Artmed, 2004. SANTOS, E. O. <i>Articulação de saberes na EAD online</i> . In: SILVA. M. (Org.) <i>Educação online</i> . São Paulo: Loyola, 2006.		
Bibliografia Complementar		
BARBOSA, R. M (org). <i>Ambientes virtuais de aprendizagem</i> . Porto Alegre: Artmed, 2005. BELLONI, Maria Luiza. <i>Educação a distância</i> . Campinas, São Paulo: Autores Associados, 1999. KENSKI, Vani Moreira. <i>Tecnologias e ensino presencial e a distância</i> . Campinas, São Paulo: Papirus, 2003. MORAN, José Manuel. MARCOS T. Masseto. MARILDA, Aparecida Behrens. <i>Novas tecnologias e mediação pedagógica</i> . Campinas, São Paulo: Paipuru, 2000. MORIN, Edgar. <i>Os sete saberes necessários à educação do futuro</i> . São Paulo: Editora Cortez, 2006.		

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Disciplina	Carga horária total
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60h
Ementa	
<p>Estudo dos Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação. Análise da relação histórica entre educação e trabalho. Estudo das transformações do mundo do trabalho e suas implicações nos processos educativos e formativos. Compreensão das concepções filosóficas que constituíram e constituem os horizontes teóricos das formulações pedagógicas. Investigação sobre as correntes pedagógicas da Educação no Brasil. Análise sobre referenciais emancipatórios para a ação pedagógica.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>FRIGOTTO, Gaudêncio. <i>A produtividade da escola improdutiva</i>. São Paulo: Cortez, 2015. FRANCISCO FILHO, G. <i>A educação brasileira no contexto histórico</i>. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2001. MANACORDA, M. A. <i>História da educação: da antiguidade aos nossos dias</i>. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>AUSUBEL, D. P.; NOVAK, J.D.; HANESIAN, H. <i>Psicologia educativa: um ponto de vista cognoscitivo</i>. 2. Ed. México: Trillas, 1983. GIORDAN, Andre; DE VECCHI, Gerárd. <i>As origens do saber: das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos</i>. Porto Alegre: ARTMED, 1996 MOREIRA, Marco Antonio. <i>Aprendizagem significativa</i>. Porto Alegre: Ed. Do autor, 2006. OLIVEIRA, J. B. A; CHADWICK, C. <i>Aprender e ensinar</i>. 5.ed. São Paulo: Global, 2002. NUÑEZ, I. B; Ramalho, B. L. (Org.). <i>Fundamentos do ensino aprendizagem das ciências naturais e da matemática: o novo ensino médio</i>. Porto Alegre: Sulina, 2004.</p>	

Disciplina	Carga horária total
Fundamentos Sociopolíticos e Econômicos na Educação	60h
Ementa	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Compreensão das estruturas sociais que dão forma à educação e aos sistemas escolares, aos processos educacionais e a seus agentes. Estado, Educação, Sociedade e Economia capitalista. Políticas Sociais e Educacionais no Brasil. Neoliberalismo, Educação e Trabalho e Reestruturação Produtiva. Globalização e Multiculturalismo. Análise das relações entre a Educação e as sociedades no que tange a ideologias, multiculturalismo, instituições políticas, sistemas de dominação e a Construção de práticas de resistência e emancipação. Educação e Trabalho em uma perspectiva Emancipatória.

Bibliografia Básica

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2015.
 GENTILI, P. A. A. e SILVA, T. T (org.). *Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas*. 13. Ed. Petrópolis, RJ: VOZES, 2010.
 OLIVEIRA, D. A. *Educação Básica, gestão do trabalho e da pobreza*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Bibliografia Complementar

GOMEZ, Carlos Minayo; FRIGOTTO, Gaudêncio; ARRUDA, Marcos; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. *Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
 PIMENTA, Sema Garrido; FRANCO, Maria Amélia Santoro. (Orgs) *Pesquisa em educação: possibilidades investigativas/formativas de pesquisa ação*. Volume 2. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2014.
 BECKER, S. Howard. *Método de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec, 1997.
 DEMO, Pedro. *Metodologia Científica em Ciências Sociais*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.
 DEMO, Pedro. *Introdução à Metodologia da Ciência*. São Paulo: Atlas, 1995.

Disciplina	Carga horária total
História e organização da Educação Brasileira	60h
Ementa	
História da Educação no Brasil em suas relações com o contemporâneo. Organização do sistema educacional brasileiro. Dimensões políticas, didáticas, administrativas e financeiras. Políticas públicas para a educação básica: escolas do campo e escolas urbanas. Elementos de história da África e das discussões étnico-raciais na educação brasileira.	
Bibliografia Básica	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da educação e da Pedagogia: geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. *Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana*. Brasília: SECAD; SEPPPIR, jun. 2009.

GHIRALDELLI JR., Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *História da Educação Brasileira: Leituras*. São Paulo, Brasil: Cengage Learning, 2003. Disponível em: <http://link-periodicos-capes-govbr.ez45.periodicos.capes.gov.br>

Bibliografia Complementar

COMENIUS, I. A. *Didactica Magna* (on line). Fundação Calouste Gulbenkian, 2000. Disponível em: [.http://www2.unifap.br/edfísica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf](http://www2.unifap.br/edfísica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf)

FÁVERO, Osmar (Org.) *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*. 2ª ed. Campinas, SP: autores Associados, 2001.

ROMANALLI, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

WEREBE, Maria José Garcia. *30 anos Depois: Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil*. São Paulo: Ática, 1994.

Disciplina	Carga horária total
Psicologia da Educação I - Desenvolvimento e Aprendizagem na Infância	60h
Ementa	
<p>Processos de subjetivação na Infância. Principais características da cognição humana. Bases epistemológicas de teorias da gênese e do desenvolvimento da cognição. A dimensão desejante. (psicodinâmica) do ser humano. Explicitação e análise das concepções teóricas do desenvolvimento e da aprendizagem e de suas contribuições para a prática pedagógica.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>COLL, César e colaboradores. <i>Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva</i>. São Paulo SP: Artmed, 2004.</p> <p>DROUET, R.C. da R. <i>Distúrbios da Aprendizagem</i>. Ática, São Paulo, 1994.</p> <p>LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. <i>Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em Discussão</i>. São Paulo SP: Summus, 2016.</p> <p>PATTO, M.H.S. <i>A Produção do Fracasso Escolar</i>. São Paulo, Queiroz Editor, 1991.</p> <p>VIGOTSKII, L.S. et al. <i>Linguagem, desenvolvimento e Aprendizagem</i>. São Paulo, Icone Editora, 1989.</p>	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Bibliografia Complementar

ALENCAR, E.S. de, (Org.) *Novas Contribuições da Psicologia aos Processos de Ensino e Aprendizagem*. Cortez, São Paulo, 1992.
ALMEIDA, L.S. *Cognição e Aprendizagem Escolar*. Porto, Appolus, 1991.
CAMPOS, D.M. de S., *Psicologia da Aprendizagem*. 24. ed. Vozes, Petrópolis, 1995.
EYSENCK, M.W. KEANE, M. T. *Psicologias Cognitivas*. Fortaleza, Imprensa Universitária, 1994.
FARIA, W. *Aprendizagem e Planejamento do Ensino*. São Paulo, Ática, 1989.
MORGAN, C.T. *Introdução à Psicologia*. São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil, 1977.

Disciplina	Carga horária total
Metodologia da Pesquisa, Inovação e Extensão em Educação	60h
Ementa	
Pesquisa como princípio científico e princípio educativo. O processo de pesquisa enquanto forma de conhecer a realidade e enquanto formação educativa O pensamento científico, o trabalho científico e suas especificidades. A metodologia científica e a educação. Elementos para a produção de um trabalho científico e análise crítico-reflexiva Metodologia da produção acadêmica: estudo, fichamentos, resumo, resenhas, trabalho acadêmico. Normativas e Legislação. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Ética na Educação, o papel do Comitê de Ética e os processos de registro. Instrumentos, métodos e pesquisa em educação. A pesquisa: métodos e técnicas, tipos de pesquisa, a leitura produtiva. A pesquisa qualitativa, de campo, participante e a pesquisa-ação; O uso da biblioteca e da Internet na exploração de documentação Bibliográfica e de outras fontes. Diretrizes para a interpretação de textos. Noções sobre método de pesquisa. Artigos científicos e monografias. Fichamentos e resumos. Projeto de Pesquisa. Referências bibliográficas. Normas da ABNT.	
Bibliografia Básica	
ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: buscando rigor e qualidade. <i>Cadernos de Pesquisa</i> , n. 113, p. 51-64, julho, 2011. SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . 22ª edição, São Paulo: Cortez, 2002. LUDKE, M. O professor, seu saber e sua pesquisa. <i>Educação & Sociedade</i> , ano XXII, nº 74, Abril/2001. Disponível em: www.scielo.br . THIOLLENT, M. <i>Metodologia da pesquisa-ação</i> . São Paulo: Cortez, 2000. DEMO, Pedro. <i>Saber pensar</i> . 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Bibliografia Complementar

DEMO, Pedro. *Saber pensar*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.
TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005
PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. *Metodologia do trabalho científico : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico [recurso eletrônico]*. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.
BEHAR, Patrícia Alejandra. *Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento*. São Paulo: Atlas, 2002.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Seminário Integrador I	30h	15h	8h
Ementa			
Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no primeiro semestre da Licenciatura. Narrativas autobiográficas/história oral e a constituição do sujeito docente. Trabalho interdisciplinar do semestre: Memorial formativo reflexivo sobre Educação Brasileira, levando em consideração os aspectos estudados. Os trabalhos deverão culminar em uma ação de extensão por meio de seminário ou workshop divulgado e aberto à comunidade escolar e externa do IFMT.			
Bibliografia Básica			
BOLÍVAR, Antonio. <i>O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História</i> . In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007. FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da Autonomia</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. PASSEGGI, M.C. BARBOSA, T. M. <i>Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente</i> . São Paulo/ Natal: Paulus/EDUFRN, 2008b. p.153-179.			
Bibliografia Complementar			
GIL. Antonio Carlos. <i>Como Elaborar Projetos de Pesquisa</i> . São Paulo: Ed. Atlas, 2008 GOODSON, Ivor. <i>A arte de contar a própria história</i> . In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007, p.20-21. IMBERNÓN, Francesc. Aprender com as histórias de vida. In: Pátio, Ano XI, nº 43 - <i>Histórias de vida e aprendizagem</i> - ago/out,2007, p.08- 11.			

15.2 Segundo semestre

Disciplina	Carga horária total	PCC
------------	---------------------	-----

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Mídias e Ferramentas Tecnológicas na Educação a Distância	60h	10h
Ementa		
<p>Concepções e tendências pedagógicas em EaD. Modelos educacionais em EaD. Mídias de comunicação. Metodologias Ativas. Ambientes virtuais de aprendizagem. Tecnologias assistivas. Ferramentas e estratégias de ensino com base da Web. Mineração de Dados em EaD. Mídias, Programas e Aplicativos. Ensino e Tecnologia da Informação e Comunicação. Acervo Virtual.</p>		
Bibliografia Básica		
<p>BEHAR, Patrícia Alejandra. <i>Modelos Pedagógicos em Educação à Distância</i>. Porto Alegre: Penso, 2009.</p> <p>CARNEIRO, Mára Lúcia Fernandes. <i>Instrumentalização para o ensino à distância</i>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.</p> <p>MILL, Daniel. <i>Escritos sobre educação - Desafios e possibilidades para ensinar e aprender com as tecnologias emergentes</i>. São Paulo: Paulus, 2017.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>BUENO, J. L. P; PACÍFICO, J. M; PRETTO, N. L. <i>Tecnologias na educação: políticas, práticas e formação docente</i>. Florianópolis: Pandion, 2015.</p> <p>CARVALHO, R. N. de. <i>Ambiente Virtual de Aprendizagem: Fóruns de discussão numa perspectiva sócio interacionista</i>, 2010.</p> <p>CASTRO, Leandro Nunes de; FERRARI, Daniel Gomes. <i>Introdução à Mineração de Dados: conceitos básicos, algoritmos e aplicações</i>. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>DEMO, P. <i>Conhecimento e Aprendizagem na Nova Mídia</i>. Brasília: Editora Plano, 2001.</p> <p>LÉVY, Pierre. <i>Cibercultura</i>. São Paulo: Editora 34, 1999.</p> <p>MORAN, José Manuel. <i>Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica</i>. Campinas: Papyrus, 21ª ed., 2013.</p>		

Disciplina	Carga horária total
Didática Geral	60h
Ementa	
<p>Didática: Conceito, histórico e tendências pedagógicas; Prática educativa e sociedade; A função social do ensino e a concepção sobre os processos de aprendizagem. O planejamento em seus diversos níveis: metodologias de ensino, recursos didáticos e avaliação do processo</p>	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

de ensino-aprendizagem. As tarefas da escola democrática; O compromisso social e ético dos professores.

Bibliografia Básica

LIBÂNEO, J.C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.
SILVA, Aida Maria Monteiro (Org.). *Didática, currículo e saberes escolares*. São Paulo: DP&A, 2002.
TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

Bibliografia Complementar

BORDENAVE, Juan Diaz. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 2015.
PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2012.
PERRENOUD, Phillipe. *10 novas competências para ensinar: convite à viagem*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
PERRENOUD, Phillipe. *Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Coord.). *Repensando a didática*. Campinas: Papirus, 2012.

Disciplina	Carga horária total
Psicologia da Educação II - Desenvolvimento e Aprendizagem na Adolescência	60h
Ementa	
Subjetivação: da infância à adolescência. Mutações recentes nas sociedades contemporâneas e seus efeitos nos processos e políticas de subjetivação da adolescência. Temas desafiadores à psicologia da adolescência. O desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social do adolescente. Fatores influenciadores (biológicos e sociais) e regulação do desenvolvimento nos períodos.	
Bibliografia Básica	
ASSIS, S. G.; R. P. PESCE e J. Q. AVANCI. <i>Resiliência: enfatizando a proteção dos Adolescentes</i> . Porto Alegre. Artmed. 2006. CASTRO, Lúcia Rabello de. (Org.). <i>Infância e adolescência na cultura do consumo</i> . Rio de Janeiro: NAU Editora, 1998. _____. <i>Crianças e jovens na construção da cultura</i> . Rio de Janeiro: NAU; FAPERJ, 2001. LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta Kohl; DANTAS, Heloysa. <i>Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em Discussão</i> . São Paulo SP: Summus, 2016.	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Bibliografia Complementar
<p>CIFALI, Mireille; IMBERT, Francis. <i>Freud e a pedagogia</i>. São Paulo: Loyola, 1999.</p> <p>COLE, M. e S.R. COLE. <i>Desenvolvimento da Criança e do Adolescente</i>. Porto Alegre. Artmed. 2004.</p> <p>FLAVELL, J. H.; P.H. Miller; S. A. Milher. <i>Desenvolvimento Cognitivo</i>. Porto Alegre. Artmed. 1999.</p> <p>FOULIN, J. N. & MOUCHON, S. <i>Psicologia da Educação</i>. Porto Alegre: Artmed, 2000.</p> <p>OLIVEIRA, Marta Kohl de. <i>Vygotski: Aprendizado e desenvolvimento um processo sócio-histórico</i>. São Paulo, Scipione, 1995.</p> <p>PIAGET, J. <i>Seis Estudos de psicologia</i>. Rio de Janeiro: Forence, 1986.</p> <p>TAVARES, J. & ALARCÃO, I. <i>Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem</i>. Coimbra, Livraria Almedina. 1999.</p>

Disciplina	Carga horária total
Escola e Currículo	60h
Ementa	
<p>Escola e Currículo: origens, possibilidades e limitações dos espaços e tempos educativos; Estudo do pensamento educacional curricular, com ênfase na perspectiva do currículo como produção cultural. A constituição do campo do currículo: diferentes concepções, teóricos e abordagens. Análise de projetos pedagógicos e propostas curriculares inovadoras na educação básica.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>LOPES, A. C.; MACEDO, E. (orgs.). <i>Teorias de currículo</i>. São Paulo: Cortez Editora, 2011.</p> <p>MOREIRA, A. F. B. <i>Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura</i>. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf.</p> <p>MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. (Orgs). <i>Currículo, cultura e sociedade</i>. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.</p> <p>SILVA, T. T. da. <i>Documentos de Identidade: uma Introdução às Teorias do Currículo</i>. Belo Horizonte: Autêntica. 1999.</p>	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Bibliografia Complementar

ARROYO, M. G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2013.
COSTA, M. V. (Org.). *O currículo nos limiões do contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2005.
HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. *A organização do currículo por projetos de trabalho*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
SILVA, T. T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
SACRISTÁN, J. G. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

Disciplina	Carga horária total	PCC
Libras - Língua Brasileira de Sinais	60h	20h
Ementa		
Noções básicas sobre a educação de surdos e sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Compreensão de semelhanças e diferença entre LIBRAS e Português. Introdução à gramática da Língua Brasileira de Sinais.		
Bibliografia Básica		
BORDENAVE, Juan E. Díaz. <i>O que é comunicação</i> . São Paulo: Brasiliense, 2006 – (Coleção Primeiros Passos). FELIPE, Tanya Amara. <i>LIBRAS em contexto</i> . Rio de Janeiro: MEC/SEESP - FENEIS, 2001. QUADROS, Rocine Muller, KARNOPP, Lodenir Becker. <i>Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos</i> . Porto Alegre: Artmed, 2004.		
Bibliografia Complementar		

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

BUENO, José Geraldo Silveira. *A educação do deficiente auditivo no Brasil: situação atual e perspectivas*. Em Aberto, Brasília, DF, ano 13, nº60, 1993.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 1998 – (Coleção Primeiros Passos).

SKLIAR, C. (org.) *Atualidade da educação bilíngue para surdos*. Vol.II. Porto Alegre: Mediação, 1999.

MOURA, M. C. de. *O surdo: Caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

QUADROS, R. M. de. *Educação de surdos: A aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Disciplina	Carga horária
Organização e Gestão da Educação	60h
Ementa	
<p>Políticas Públicas e Financiamento da Educação; Gestão democrática em espaços escolares e não-escolares; A organização da educação básica brasileira no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Sistema (s) de ensino: a visão teórica e o marco legal. O planejamento e financiamento educacional em âmbito federal, estadual e municipal. Avaliação institucional. Formação docente no âmbito das políticas de formação no Brasil.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>AZEVEDO, J. M. L. de A. <i>A educação como política pública: polêmicas de nosso tempo</i>. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.</p> <p>LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. <i>Educação escolar: políticas, estrutura e organização</i>. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>SAVIANI, D. <i>Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: por uma outra Política Educacional</i>. São Paulo: Autores Associados, 2002.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>ANDRADE, J. M. V.; QUEIROZ, M. A. de Q.; AZEVEDO, M. A. de; MORAIS, P. S. de. <i>O papel dos conselhos para a criação do Sistema Nacional de Educação</i>. Brasília: Liber Livro, 2009.</p> <p>AUXILIADORA, M.; OLIVEIRA, M. <i>Políticas públicas para o ensino profissional: o processo de desmantelamento dos CEFETS</i>. Campinas, SP: Papirus, 2003.</p> <p>AZEVEDO, J. M. L. de A. <i>A educação como política pública: polêmicas de nosso tempo</i>. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.</p> <p>CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. D. A. et al. <i>Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais</i>. Brasília: Liber Livro, 2008.</p>	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

FERREIRA, N. S. C. *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2006.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Seminário Integrador II	30h	15h	8h
Ementa			
Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas no primeiro ano da Licenciatura. Teorização do refletir sobre trajetórias pessoais, vivências profissionais e escolares e do fazer pedagógico sobre temáticas da realidade escolar. Articulação das diferentes áreas do conhecimento e diferenciados saberes oriundos de suas experiências de vida. Trabalho interdisciplinar do semestre: Memorial descritivo sobre as trajetórias pessoais (história de vida, autobiografia) e vivências profissionais e a relação do fazer pedagógico e as temáticas da realidade escolar. Os trabalhos deverão culminar em uma ação de extensão por meio de seminário ou workshop divulgado e aberto à comunidade escolar e externa do IFMT.			
Bibliografia Básica			
BOLÍVAR, Antonio. <i>O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História</i> . In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007. FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da Autonomia</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. PASSEGGI, M.C.; BARSOSA, T. M. <i>Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente</i> . São Paulo/ Natal: Paulus/EDUFRN, 2008b. p.153-179.			
Bibliografia Complementar			
JOSÉLIA, Gomes Neves. <i>Cultura escrita e narrativa autobiográfica: implicações na formação docente</i> . São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: http://books.scielo.org/id/zz66x/pdf/camargo-9788579831263-09.pdf GOODSON, Ivor. <i>A arte de contar a própria história</i> . In: Pátio, Ano XI nº43 ago/out, 2007, p.20-21. IMBERNÓN, Francesc. <i>Aprender com as histórias de vida</i> . In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out,2007, p.08- 11. MEIRIEU, Philippe. <i>Carta a um jovem professor</i> . Porto Alegre: ARTMED, 2006. MORETTO, Vasco Pedro. <i>Construtivismo: a produção do conhecimento em aula</i> . Rio de Janeiro: DP& A, 2003.			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

15.3 Terceiro semestre

Disciplina	Carga horária total
Teorias Educacionais	60h
Ementa	
Estudo das diferentes concepções teóricas e epistemológicas que fundamentam o campo da educação. Caracterização da teoria pedagógica dos clássicos aos contemporâneos. Discussão das tendências e correntes da educação a partir das teorias críticas e pós-críticas. Estudo dos contextos educacionais em diferentes espaços e tempos históricos.	
Bibliografia Básica	
BRANDÃO, Z. <i>A crise dos paradigmas e a educação</i> . São Paulo: Cortez, 2005. GADOTTI, M. <i>História das ideias Pedagógicas. Educação</i> . São Paulo: Ática, 1995. GHIRALDELLI JUNIOR, P. <i>Filosofia da Educação</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2000.	
Bibliografia Complementar	
GILES, T. R. <i>Filosofia da Educação</i> . São Paulo: EPU, 1983. MORAES, M. C. <i>O paradigma Educacional Emergente</i> . São Paulo: Papirus, 1997. PAQUALY, L. (e Orgs.). <i>Formando Professores Profissionais</i> . São Paulo: Artmed Editora, 2001. SAVIANI, D. <i>História das ideias pedagógicas no Brasil</i> . Campinas, SP: Autores Associados, 2007.	

Disciplina	Carga horária total
Legislação Educacional	60h
Ementa	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Educação como direito fundamental. Aspectos históricos da legislação educacional no Brasil. Estrutura Normativa e ordenamento constitucional, legal e normativo da educação brasileira para a Educação Básica e suas modalidades. Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB. As reformas educacionais e os planos de educação. Organização Didática da Educação Brasileira (Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN e Base Nacional Comum Curricular – BNCC). Leis e resoluções que regem a formação e a Carreira Docente. O papel do Estado e das políticas públicas de educação e profissionais. Implicações do Estatuto das Crianças e Adolescentes - ECA na educação brasileira. Legislação para a assistência ao estudante. Direitos referentes à: educação inclusiva, direitos humanos, educação indígena e de quilombolas, educação do campo, questões de gênero, sexuais, étnico-raciais e religiosas. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas.

Bibliografia Básica

BRASIL. *Parecer do CNE/CP 03/2004* que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas.

BRASIL. *Lei 10.639/03*: Altera a Lei no 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

CARNEIRO, Moacir Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva, artigo a artigo*. 22^a. ed. Atualizada. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CASTRO, Cláudio de Moura. *Educação brasileira: consertos e remendos*. Nova. ed. rev. atual. Rio de Janeiro - RJ: Rocco, 2007.

BRZEZINSKI, Íria (org.). *LDB/1996 Contemporânea: contradições, tensões, compromissos*. São Paulo: Cortez, 2014.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. *O Estatuto da Criança e do adolescente e professor: reflexos na sua formação e atuação*. São Paulo: Cortez, 2008.

MOTTA, Elias de Oliveira. *Direito educacional e educação no século XXI*. Brasília: UNESCO, UMA, 1997.

OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira; TORRES, Julio Cesar; DAVID, Alessandra. *Política e Gestão Educacional - Questões Contemporâneas em Debate*. Appris, 2017.

RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. *Direito Educacional - Educação Básica e Federalismo*. Quartier Latin, 2009.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas*. 11. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Disciplina	Carga horária total	PCC
------------	---------------------	-----

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica I	60h	10h
Ementa		
<p>Atividades práticas de elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos de iniciação científica e tecnológica em formato de relatório, projeto, painel, pôster, jornal mural, mídias sociais e outras formas de divulgação. Instrumentalização do modelo do projeto, de acordo com as normativas e regras de elaboração de textos acadêmico-científicos, através da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT por meio das normas Brasileiras: NBR 6023/2002; NBR10.520/2002; NBR 14.724/2005); NBR15287/2011. Elaboração de citações, referências, notas de rodapé; Referências de documentos e outras fontes de informações: vídeos, documentos eletrônicos, Fomento da Pesquisa e da Extensão no Brasil. Instrumentos de otimização da pesquisa: pesquisa em bases, DOI, ORCID, fontes de pesquisa. Tecnologia e Aplicativos para a elaboração, o desenvolvimento e o compartilhamento de pesquisa. Os processos de divulgação dos resultados e publicação, iconografias, etc. Apresentação de trabalhos acadêmicos.</p>		
Bibliografia Básica		
<p><i>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 15287. Apresentação do Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: ABNT, 2011.</i> <i>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023. Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</i> <i>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520. Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</i></p>		
Bibliografia Complementar		
<p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.). <i>Metodologia da pesquisa educacional</i>. 10.ed. São Paulo: Cortez, 1989. V. 01. GIL, Antonio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisas</i>. 4 ed. São Paulo; Atlas, 2006 SEVERINO, Antonio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i>. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000. <i>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724. Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.</i></p>		

Disciplina	Carga horária total
Processos Educativos e de Gestão: instituições escolares, comunitárias, assistenciais e do mundo do trabalho	60h
Ementa	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Concepções de Teorias Educacionais e suas interfaces na gestão de processos pedagógicos. Ações educativas em diferentes instituições e grupos sociais, revelando seus condicionantes sócio-políticos e seus processos de Resolução de Problemas; O trabalho do gestor escolar; A importância do Projeto Político Pedagógico na construção de uma escola mais democrática.

Bibliografia Básica

PARO, Vitor Henrique. *Gestão democrática da escola pública*. 3. ed., 2. impr.. São Paulo: Ática, 2001.
 LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola*. 3. ed., rev. e ampl. Goiânia: Alternativa, 2001.
 LÜCK, Heloísa. *A escola participativa: o trabalho do gestor escolar*. 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar

CHARLOT, B. *Da relação com o saber*. Porto Alegre, Artes Médicas: 2000.
 LÜCK, H. *Planejamento em orientação educacional*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
 PADILHA, R. P. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
 VEIGA, I. P. (org). *Projeto político-pedagógico da escola: Uma construção possível*. 13. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

Disciplina	Carga horária total
Organização do Trabalho Pedagógico	60h
Ementa	
Organização do Trabalho Pedagógico; Coordenação Pedagógica em Ambientes Escolares; Pedagogia em Ambientes Não-Escolares; Política, planejamento e avaliação da educação; Projeto Político Pedagógico. Criação e produção de: textos, materiais didáticos, procedimentos e projetos de aprendizagem, intervenções pedagógicas que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira.	
Bibliografia Básica	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

HORA, Dinair Leal. *Gestão democrática na escola: artes e ofícios de participação coletiva*. Campinas: Papirus, 1994.
 LIBÂNEO, José Carlos. *Educação Escolar: políticas, estrutura e organização*. São Paulo, Cortez, 2003.
 LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa, 2004.

Bibliografia Complementar

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e Pedagogos, para quê?* 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002
 MURILO, F. Javier; Muñoz-Repiso, Mercedes. *A qualificação da Escola: um novo enfoque*. Porto Alegre: Artmed, 2007.
 PARO, Vitor Henrique. *Crítica da estrutura da escola*. São Paulo: Cortez, 2011.
 PIMENTA, Selma Garrido. Questões Sobre a Organização do Trabalho na Escola. *Revista Série Ideias*, n.º 16. São Paulo: FDE, 1993.
 PUING, Josep M. (et al.) *Democracia e participação escolar: propostas de atividades*. São Paulo, Moderna, 2000.
 VEIGA, Ilma Passos A. (org) *Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1996.

Disciplina	Carga horária total
Arte Educação	60h
Ementa	
<p>Conceito de Arte. Por que arte na educação. Expressão dramática e musical na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, na educação inclusiva e profissional. Diferentes linguagens: teatral, musical e estética. As artes visuais: pintura, desenho, modelagem, colagem, vídeo. Jogos teatrais.</p>	
Bibliografia Básica	
<p>DUARTE JR., J. F. <i>Porque arte educação</i>. Campinas, SP: Papirus Editora, 1988. _____. <i>Arte na educação escolar</i>. São Paulo: Cortez, 1993. IAVELBERG, R. <i>Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores</i>. Porto Alegre. Artmed, 2003. FONTERRADA, M. T. O. (org) <i>Ciranda de sons: práticas criativas em educação musical</i> (on line). Bauru: Ed. UNESP. 2015. Disponível em: http://books.scielo.org/id/7cs92 PAIVA, Aparecida; MARTINS, Aracy; PAULINO, Graça; CORRÊA, Hércules; VERSIANI, Zélia (Orgs.). <i>Literatura Saberes em movimento</i>. Belo Horizonte: Ceale, Autêntica, 2007.</p>	
Bibliografia Complementar	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Arte / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BARROS, F. C. O. M. (org). *Cadê o brincar? Da educação infantil para o ensino fundamental*. Bauru (on line): Ed. UNESP. 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/bdcnk>

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Seminário Integrador III	30h	15h	8h
Ementa			
Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas desde o primeiro ano da Licenciatura. Aproximações com o cotidiano escolar. Gestão e organização da escola: estrutura, financiamento, programas. O currículo escolar. O Projeto Político Pedagógico. Trabalho Interdisciplinar: As especificidades da instituição escolar. A prática como componente curricular: Os trabalhos deverão culminar em uma ação de extensão por meio de seminário, exposição ou workshop divulgado e aberto à comunidade escolar e externa do IFMT.			
Bibliografia Básica			
PARO, Vitor Henrique. <i>Gestão democrática da escola pública</i> . 3. ed., 2. impr.. São Paulo: Ática. 2001. LIBÂNEO, José Carlos. <i>Organização e gestão da escola</i> . 3. ed., rev. e ampl. Goiânia: Alternativa. 2001. LÜCK, Heloísa. <i>A escola participativa: o trabalho do gestor escolar</i> . 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.			
Bibliografia Complementar			
OLIVEIRA, Maria Eliza Nogueira; TORRES, Julio Cesar; DAVID, Alessandra. <i>Política e Gestão Educacional - Questões Contemporâneas em Debate</i> . Appris, 2017. PERÉZ-GOMÉZ, A. I. <i>A Cultura Escolar na sociedade neoliberal</i> . Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. RIBEIRO, Lauro Luiz Gomes. <i>Direito Educacional - Educação Básica e Federalismo</i> . Quartier Latin, 2009.			

15.4 Quarto semestre

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Disciplina	Carga horária total
Educação Infantil	60h
Ementa	
A invenção da infância em diferentes períodos históricos; História da concepção de infância e do atendimento a criança; Desenvolvimento da educação infantil e sua relação com o processo de aprendizagem; Legislação e orientações governamentais para a Educação Infantil; Aspectos teórico-metodológicos do ensinar-aprender na Educação Infantil.	
Bibliografia Básica	
<p>ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. <i>Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais</i>. São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: http://www-periodicos-capesgovbr.ez45.periodicos.capes.gov.br/</p> <p>ARIÈS, Philippe. <i>História social da criança e da família</i>. 2 ed. tradução de Dora Flaksman. RJ: Afiliada, 1981.</p> <p>BRASIL. <i>Base nacional comum curricular</i>. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf</p> <p>GARCIA, Regina LEITE FILHO, A. (Org.). <i>Em defesa da educação infantil</i>. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma M.R. <i>Educação Infantil: fundamentos e métodos</i>. São Paulo: Cortez. 2001.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>KRAMER, S. (Org.). <i>Infância e educação infantil</i>. Campinas: Papirus, 1999.</p> <p>KUHLMANN JR. Moysés. <i>Infância e Educação infantil: uma abordagem histórica</i>. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.</p> <p>LEITE FILHO, Aristeo; GARCIA, Regina Leite. (Orgs.). <i>Em Defesa da Educação Infantil</i>. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>BENJAMIN, Walter. <i>A criança, o brinquedo e a educação</i>. São Paulo. Summus, 1984.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma (org). <i>Educação Infantil: muitos olhares</i>. São Paulo, Cortez, 2001.</p>	

Disciplina	Carga horária total	PCC
Didática, Planejamento e Avaliação na Educação Infantil	60h	10h
Ementa		

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

O papel da Didática na formação do educador. Fundamentos teórico-metodológicos para os anos iniciais da escolarização: especificidades das práticas educativas para o ensino/aprendizagem e o conhecimento escolar; A rotina pedagógica na escola infantil: tempo, espaço. Sujeitos, espaços e organização das práticas Educativas. Organização, desenvolvimento e avaliação do ensino.

Bibliografia Básica

BARBOSA, Maria Carmen Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. *Projetos pedagógicos na educação infantil*. Porto Alegre: Artmed, 2008. Disponível em: <http://site.ebrary.com/lib/minhabibliotecaufrgs/reader.action?docID=10687384&ppg=5>
 BRASIL. *Base nacional comum curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf
 TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
 OLIVEIRA, Zilma M.R. *Educação Infantil: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

LEITE FILHO, Aristeo; GARCIA, Regina Leite. (Orgs.). *Em Defesa da Educação Infantil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
 BENJAMIN, Walter. *A criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo. Summus, 1984.
 OLIVEIRA, Zilma (org). *Educação Infantil: muitos olhares*. São Paulo, Cortez, 2001.
 VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Portfólio, Avaliação e Trabalho pedagógico*. Campinas: Ed. Papirus, 2004.

Disciplina	Carga horária total	PCC
Linguagem, Alfabetização e Letramento	60h	10h
Ementa		
Linguagem como mediadora das interações sujeito-cultura; O aprendizado da linguagem escrita; Alfabetização e letramento: conceitos, especificidades e inter-relações; Estudo dos processos de alfabetização e letramento; Métodos de alfabetização. Concepções e práticas de letramento. Métodos e materiais didáticos. As experiências de alfabetização de crianças, jovens e adultos; Concepções teórico-metodológicas do ensinar/aprender a linguagem escrita em um contexto de letramento; desenvolvimento de práticas textuais.Perspectiva político-social da leitura e da escrita. Literatura Infantil.		
Bibliografia Básica		

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

SOLÉ, Isabel. *Estratégias de Leitura*. Porto Alegre: Artmed, 2015.
 SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto, 2017.
 FERREIRO, Emília. TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artmed, 2010.
 FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

Bibliografia Complementar

ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia; LEAL, Telma Ferraz (Orgs). *A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento*. São Paulo: Autêntica, 2004. (EJA Estudos e Pesquisas).
 BRAGGIO, Silva Lúcia Bingonjal. *Leitura e Alfabetização: da concepção mecanicista à sociopsicolinguista*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
 BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland de Souza (Orgs). *Ler e Escrever na Educação Infantil: discutindo práticas pedagógicas*. Belo Horizonte: Autentica, 2011.
 FERREIRO, Emília. *Reflexões sobre alfabetização*. Tradução de Horácio Gonzáles et. Al. São Paulo: Cortez, 1989.
 FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Laboratório: Jogos e Materiais Pedagógicos	75h	30h	40h

Ementa

Experiências lúdicas de ensino e aprendizagem; A sala de aula pedagógica; Materiais pedagógicos: práticas e concepções; O jogo como tema nas diferentes etapas da Educação Básica. Jogo e brincadeira na Base Nacional Comum Curricular. Ações extensionistas envolvendo a confecção de materiais pedagógicos e a aplicação dos mesmos em evento aberto com a participação de escola de educação básica e/ou comunidade.

Bibliografia Básica

BENJAMIN, Walter. *Reflexões: A criança, o brinquedo, a educação*. São Paulo: Summus, 1984.
 CAILLOIS, Roger. *Os jogos e os homens: a máscara e a vertigem*. Petrópolis: Vozes, 2017.
 HUIZINGA, Johan. **Homo Ludens**. São Paulo: Perspectiva: 2019.
 RODRIGO, M. J.; ARNAY, J. (org). *Conhecimento cotidiano, escolar e científico: representação e mudança*. São Paulo: Ática, 1998.
 KISHIMOTO, T.M. *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Bibliografia Complementar

BRASIL. *Base nacional comum curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf
FRIEDMANN, Adriana. *A arte de brincar: Brincadeiras e Jogos Tradicionais*. Petrópolis, RJ: Vozes: 2016.
KUNZ, Elenor. *Transformação didática-pedagógica na escola*. 8.ed. Ijuí, RS: Unijuí, 2014.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Metodologias e Estratégias de Ensino da Educação Física	60h	20h	21h
Ementa			
A Educação Física na perspectiva da BNCC. Didática da Educação Física: elementos didáticos, estilos de ensino, prática pedagógica. O conceito de corpo e sua aplicação na Educação Básica: conceitos de saúde, estética, aprendizagem motora e psicomotora; abordagens críticas do uso do corpo na esfera da cultura corporal de movimento; perspectivas do corpo na produção em Educação Física. Avaliação do processo ensino-aprendizagem em Educação Física. Interdisciplinaridade e temas contemporâneos (questões de gênero, étnico-raciais, inclusão, meio ambiente, saúde, entre outros). Ações extensionistas envolvendo a prática do ensino da Educação Física nas escolas de educação básica.			
Bibliografia Básica			
BRASIL. <i>Base nacional comum curricular</i> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf DARIDO, Suraya Cristina; RANGEL, Irene Conceição Andrade (Coord.). <i>Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. DARIDO, Suraya Cristina; SOUZA JUNIOR, Osmar Moreira (orgs.). <i>Para ensinar educação física: possibilidades de intervenção na escola</i> . Campinas: Papirus, 2014. NEIRA, Marcos Garcia. Educação Física. Coleção. <i>A Reflexão e a Prática no Ensino</i> . Volume 8. São Paulo: Editora Blucher, 2012. SOARES, Carmen Lúcia (Org). <i>Corpo e História</i> . Campinas: Autores Associados, 2006.			
Bibliografia Complementar			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

CAPARROZ, Francisco Eduardo. *Entre a educação física da escola e a educação física na escola: a educação física como componente curricular*. Campinas: Autores Associados, 2007.
 DARIDO, Suraya Cristina. *Educação física na escola: questões e reflexões*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
 KUNZ, Elenor. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí: Unijuí, 2014.
 KUNZ, Elenor. *Didática da educação física 2*. Ijuí: Unijuí, 2017.
 MANOEL, Edison de Jesus; SILVEIRA, Sergio Roberto; DANTAS, Luiz Eduardo P.T. (orgs.). *A Avaliação na (da) educação física escolar*. V. 28. Curitiba: CRV, 2017.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Metodologias e Estratégias de Ensino das Artes	60h	20h	21h
Ementa			
As linguagens artísticas e seu ensino nas relações com a mediação do professor e o desenvolvimento da linguagem e do pensamento em estudantes da educação infantil e nas series iniciais do ensino Fundamental, oficinas de arte e o trabalho pedagógico por projetos e avaliação em arte. Atividades de extensão voltadas para a arte na escola e/ou na comunidade.			
Bibliografia Básica			
DUARTE JR., J. F. <i>Porque arte educação</i> . Campinas, SP: Papirus Editora, 1988. _____. <i>Arte na educação escolar</i> . São Paulo: Cortez, 1993. IAVELBERG, R. <i>Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores</i> . Porto Alegre. Artmed, 2003. FERRAZ, M.H.C.de & FUSARI, M.F.de R. <i>Metodologia do Ensino de Arte</i> . São Paulo: Cortez, 1993. _____. <i>Arte na educação escolar</i> . São Paulo: Cortez, 1993.			
Bibliografia Complementar			
LOWENFELD, V. <i>A criança e sua arte</i> . São Paulo: Mestre Jou, 1977. LUQUET, G. H. <i>Arte Infantil</i> . Lisboa. Companhia Editora do Minho, 1969. MÁRSICO, L. O. <i>A criança e a música</i> . Porto Alegre: Globo, 1982. PILLAR, A. D. <i>Desenho e construção de conhecimento na criança</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Seminário Integrador IV	30h	15h	8h
Ementa			
Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas desde o primeiro ano da Licenciatura. Aproximações com o cotidiano da Educação Infantil. Articulação com a ludicidade. Trabalho Interdisciplinar: As especificidades da Educação Infantil. Socialização e apresentação dos conceitos apreendidos durante o primeiro ano do curso por meio de portfólios, banner, pôster, painel, apresentações artísticas-culturais e/ou jogos pedagógicos. Os trabalhos deverão culminar em uma ação de extensão por meio de uma exposição aberta à comunidade externa do IFMT.			
Bibliografia Básica			
<p>ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. <i>Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais</i>. São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: http://www-periodicos-capesgovbr.ez45.periodicos.capes.gov.br/</p> <p>BARROS, F. C. O. M. (org). <i>Cadê o brincar? Da educação infantil para o ensino fundamental</i>. Bauru (on line): Ed. UNESP. 2009. Disponível em: http://books.scielo.org/id/bdcnk</p> <p>BRASIL. <i>Base nacional comum curricular</i>. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf</p> <p>FRIEDMANN, Adriana. <i>A arte de brincar: Brincadeiras e Jogos Tradicionais</i>. Petrópolis, RJ: Vozes: 2016.</p> <p>KISHIMOTO, Tizuko Morchida. <i>Jogo, brinquedo, brincadeira e educação</i>. São Paulo: Cortez, 2017</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>ARIÈS, Philippe. <i>História social da criança e da família</i>. 2 ed. tradução de Dora Flaksman. RJ: Afiliada, 1981.</p> <p>GARCIA, Regina LEITE FILHO, A. (Org.). <i>Em defesa da educação infantil</i>. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, Zilma M.R. <i>Educação Infantil: fundamentos e métodos</i>. São Paulo: Cortez. 2001.</p>			

15.5 Quinto semestre

Disciplina	Carga horária total	PCC
-------------------	----------------------------	------------

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Didática, Planejamento e Avaliação nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	60h	10h
Ementa		
O Ensino Fundamental na perspectiva da BNCC. Práticas educativas para o ensino/aprendizagem e o conhecimento escolar dos anos iniciais. Sujeitos, espaços e planejamento das práticas educativas. Avaliação do ensino: práticas e concepções.		
Bibliografia Básica		
BRASIL. <i>Base nacional comum curricular</i> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf CHARLOT, Bernard. <i>Da relação com o saber às práticas educativas</i> . Porto Alegre: Cortez, 2013. LIBÂNEO, J.C. <i>Didática</i> . São Paulo: Cortez, 2013. LÔRDELO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. (orgs). <i>Avaliação educacional: desatando e reatando nós</i> . Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: http://books.scielo.org/id/wd VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). <i>Repensando a Didática</i> . 10. ed. Campinas: Papirus, 1995.		
Bibliografia Complementar		
BORDENAVE, Juan Diaz. <i>Estratégias de ensino-aprendizagem</i> . Petrópolis: Vozes, 2015. PIMENTA, Selma Garrido. <i>Saberes pedagógicos e atividade docente</i> . São Paulo: Cortez, 2012. TARDIF, Maurice. <i>Saberes docentes e formação profissional</i> . Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.		

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Metodologias e Estratégias de Ensino da Língua Portuguesa	60h	20h	21h
Ementa			
Linguagem, língua e fala. O ensino da Língua Portuguesa na perspectiva dos PCNs e BNCC. Variação linguística e o Ensino de Língua Portuguesa. Estratégias de leitura. Estratégias de escrita. Análise linguística. Gêneros textuais como objeto de Ensino de Língua Portuguesa. Literatura infantojuvenil. O Ensino e Aprendizagem da Língua Portuguesa na BNCC. Atividades de extensão envolvendo o ensino da Língua Portuguesa para a escola e/ou comunidade externa.			
Bibliografia Básica			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- Educação Infantil e Ensino Fundamental I*. Ministério da Educação. Brasília: DF. 2019.

BRASIL. MEC/SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

GERALDI, Joao Wanderley (org). *O texto na sala de aula*. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola Editaral, 2007.

Bibliografia Complementar

JOSÉLIA, Gomes Neves. *Cultura escrita e narrativa autobiográfica: implicações na formação docente*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/zz66x/pdf/camargo-9788579831263-09.pdf>

GOODSON, Ivor. *A arte de contar a própria história*. In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007.

IMBERNÓN, Francesc. *Aprender com as histórias de vida*. In: Pátio, Ano XI nº 43 - Histórias de vida e aprendizagem - ago/out, 2007.

MEIRIEU, Philippe. *Carta a um jovem professor*. Porto Alegre: ARTMED, 2006.

MORETTO, Vasco Pedro. *Construtivismo: a produção do conhecimento em aula*. Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Metodologias e Estratégias de Ensino da História e Geografia	60h	20h	21h
Ementa			
<p>O ensino da história e da geografia nas séries iniciais: aspectos metodológicos; a questão da interpretação e a utilização de fontes históricas (escritas, orais, visuais, iconográficos). Conceitos de tempo, fato e sujeito histórico. A identidade como produção social e histórica: cidadania/identidade e as relações étnico-raciais. História local e aspectos culturais. A construção dos conceitos de espaço e tempo e relações sociais. Propostas metodológicas para a inscrição da diversidade étnico-racial no cotidiano escolar. A prática escolar do ensino de história por meio das brincadeiras e as estratégias didático-metodológicas com materiais digitais e não-digitais. O Ensino e Aprendizagem da História e da Geografia na BNCC. Ações de extensão envolvendo o ensino da História e Geografia para a escola e/ou comunidade externa.</p>			
Bibliografia Básica			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

ALMEIDA, Guilherme de. *Influência dos povos africanos e indígenas na cultura brasileira*. São Paulo: Afreaka: Coleção Tesouro Cultural. Disponível em <<http://www.afreaka.com.br/notas/colecao-de-livros-difunde-cultura-afro-brasileiranas-escolas/>>.

ALMEIDA, R.S.; PASSINE, E. Y. *Espaço Geográfico: ensino e representação*. São Paulo: Contexto, 1994.

BITENCOURTT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. Contexto, 2001.

PENTEADO, Heloisa Dupas. *Metodologia do ensino de História e Geografia*. São Paulo, Cortez, 1992.

Bibliografia Complementar

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- Educação Infantil e Ensino Fundamental I*. Ministério da Educação. Brasília: DF. 2019.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; SCHAFFER, Neiva Otero; KAERCHER, Nestor André. *Geografia em sala de aula: práticas e reflexões*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

HERNANDEZ, L. L. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

KOZEL, Salete. *Didática de Geografia: memórias da terra: o espaço vivido*. São Paulo, FTD, 1996.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Metodologias e Estratégias de Ensino de Ciências	60h	20h	21h
Ementa			
As ciências Naturais e a educação para a cidadania na educação básica. As ciências Naturais e a educação ambiental. O ensino de ciências Naturais: um panorama das pesquisas na área. A organização do trabalho docente (planejamento e avaliação) na área de CN. O Ensino e Aprendizagem de Ciências na BNCC. Atividades de extensão envolvendo o tema Educação Ambiental para a escola e/ou comunidade externa.			
Bibliografia Básica			
BRASIL. <i>Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- Educação Infantil e Ensino Fundamental I</i> . Ministério da Educação. Brasília: DF. 2019.			
CACHAPUZ, A.; GIL-PEREZ, D. <i>A necessária renovação do Ensino das Ciências</i> . São Paulo: Cortez, 2005.			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

CHASSOT, A. *Alfabetização Científica – questões e desafios para a educação*. Ijuí: Unijuí, 2000.
 DELIZOICÓV, D.; ANGOTTI, J.A. & PERNAMBUCO, M. *Ensino de Ciências: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

NARDI, R. (Org.). *A pesquisa em ensino de Ciências no Brasil: alguns recortes*. São Paulo: Escrituras, 2007.
 ASTOLFI, J.P. & DEVELAY, M. *A Didática das ciências*. São Paulo: Papirus, 1991.
 BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. 2000. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências Naturais*. Brasília, 1998.
 GIORDAN, A. *As origens do saber – das concepções dos aprendentes aos conceitos científicos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
 WEISSMANN, H. *Didática das Ciências Naturais – contribuições e reflexões*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Metodologias e Estratégias de Ensino da Matemática	60h	20h	21h
Ementa			
Visão histórica, epistemológica e a função social da Matemática. A formação do conceito de número e o Sistema de Numeração Decimal. Perspectivas metodológicas para o ensino de Matemática na Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Ensino Profissional. Propostas de interfaces interdisciplinares para o ensino de Matemática. Planejamento e elaboração de atividades e materiais de ensino na área da matemática nos anos iniciais da alfabetização. O Ensino e Aprendizagem de Matemática na BNCC. Ações de extensão envolvendo o ensino da Matemática em escola de Educação básica e/ou comunidade externa.			
Bibliografia Básica			
CARVALHO, Dione Luchesi. <i>Metodologia do ensino da matemática</i> . São Paulo: Cortez, 1994. FAYOL. <i>A criança e o número: da contagem à solução de problemas</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. BRASIL. <i>Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - Educação Infantil e Ensino Fundamental I</i> . Ministério da Educação. Brasília: DF. 2019.			
Bibliografia Complementar			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

D'AMBROSIO, B. Formação de professores de matemática para o século XXI: o grande desafio. *Pro-posições*, V. 4, n.1, p. 35-40, 1993.

D'AMBROSIO, Ubiratan. *Educação Matemática: da Teoria à Prática*. 10 ed. Campinas: Papirus, 2005.

GROSSI, E. P. (org.) (1993) *Construtivismo Pós-Piagetiano: um novo paradigma sobre aprendizagem*. Petrópolis, Vozes (3a.ed.)

SCHLIEMANN, A.D.et alli (1995). *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo, Cortez (9ª edição).

TOLEDO, Marília e TOLEDO, Mauro. *Didática de Matemática*. São Paulo: FTD,1997.

Disciplina	Carga horária total
Estágio Supervisionado I	105h
Ementa	
Estágio supervisionado na área de Gestão Escolar, proporcionando a ambientação do graduando ao espaço escolar, por meio da análise da organização e funcionamento escolar, das atribuições da coordenação pedagógica e da gestão escolar, buscando alinhar o que foi aprendido na teoria com a prática escolar. Conhecimento e análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, observação, acompanhamento e participação nas atividades de planejamento, conselhos de classe e reunião de colegiados, reuniões pedagógicas com docentes e pais, de maneira a subsidiar o estudo e a análise crítica da gestão escolar.	
Bibliografia Básica	
PARO, Vitor Henrique. <i>Gestão democrática da escola pública</i> . 3. ed., 2. impr.. São Paulo: Ática. 2001. LIBÂNEO, José Carlos. <i>Organização e gestão da escola</i> . 3. ed., rev. e ampl. Goiânia: Alternativa. 2001. LÜCK, Heloísa. <i>A escola participativa: o trabalho do gestor escolar</i> . 6.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.	
Bibliografia Complementar	
LIBÂNEO, José Carlos. <i>Pedagogia e Pedagogos, para quê?</i> 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002 MURILO, F. Javier; Muñoz-Repiso, Mercedes. <i>A qualificação da Escola: um novo enfoque</i> . Porto Alegre: Artmed, 2007. PUING, Josep M. (et al.) <i>Democracia e participação escolar: propostas de atividades</i> . São Paulo, Moderna, 2000. VEIGA, Ilma Passos A. (org) <i>Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível</i> . Campinas: Papirus, 1996.	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Seminário Integrador V	30h	15h	8h
Ementa			
<p>Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas desde o primeiro ano da Licenciatura. Aproximações com o cotidiano das séries iniciais do Ensino Fundamental. O cotidiano dos anos iniciais. Observação das especificidades dos saberes e fazeres docentes no âmbito dos anos iniciais. Trabalho Interdisciplinar: Socialização e apresentação dos projetos de extensão realizados nas disciplinas de Metodologia e Estratégias de Ensino do 4º e 5º semestre, por meio de portfólios, banner, pôster ou painel. Os trabalhos deverão culminar em uma ação de extensão por meio de seminário e/ou exposição aberta à comunidade externa do IFMT.</p>			
Bibliografia Básica			
<p>BRASIL. <i>Base nacional comum curricular</i>. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf</p> <p>CHARLOT, Bernard. <i>Da relação com o saber às práticas educativas</i>. Porto Alegre: Cortez, 2013.</p> <p>LIBÂNEO, J.C. <i>Didática</i>. São Paulo: Cortez, 2013.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade. <i>Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório e publicações e trabalhos científicos</i>. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). <i>Repensando a Didática</i>. 10. ed. Campinas: Papirus, 1995.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BRASIL, Ministério da Educação. <i>Ensino Fundamental de nove anos: inclusão para crianças de seis anos de idade</i>. Brasília, MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensifund/ensifund9anobasefi</p> <p>BRANDÃO, Ana Carolina Perrusi; ROSA, Ester Calland Rosa (orgs). <i>Leitura e Produção de textos na alfabetização</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.</p> <p>D'AMBROSIO, U. <i>Educação para uma sociedade em transição</i>. Campinas: Ed. Papirus, 1999.</p>			

15.6 – Sexto semestre

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Educação Especial na Perspectiva Inclusiva	60h	20h	18h
Ementa			
Educação especial no contexto da sociedade e da escola pública brasileiras. Políticas e desafios atuais. Características do aluno com deficiência sensorial, mental, motora e/ou outras dificuldades no desenvolvimento. Singularidades dos processos de desenvolvimento e de aprendizagem e suas implicações educacionais. Educação Especial: da prática pedagógica à perspectiva da inclusão. Ações de extensão voltadas para instituições de Educação Especial.			
Bibliografia Básica			
BRASIL. <i>Declaração de Salamanca e de ação sobre necessidades educativas especiais</i> . Brasília: UNESCO, 1994. ESTEVÃO, Carlos Vilar. <i>Direitos humanos, justiça e educação: uma análise crítica das suas relações complexas em tempos anormais</i> . Ijuí RS: Unijuí, 2015. MANTOAN, M. T. E. (org). <i>Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?</i> São Paulo: Editora Moderna, 2003 MAZZOTTA, José Marcos da Silveira. <i>Educação especial no Brasil: história e políticas públicas</i> . 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005			
Bibliografia Complementar			
MILANEZ, Simone Ghedini Costa. Deficiência intelectual: conhecimentos para uma prática educacional inclusiva. In: OLIVEIRA, A. A. S., OMOTE, S.; GIROTO, R. M. (Org.). <i>Inclusão escolar: as contribuições da educação especial</i> . São Paulo: Cultura Acadêmica, Marília: Fundepe, 2008. MITTLER, Peter. <i>Educação inclusiva: contextos sociais</i> . Tradução de Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: ARTMED, 2003. SASSAKI, Romeu Kazumi. <i>Inclusão: construindo uma sociedade para todos</i> . 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.			

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Oficina de Projetos de Iniciação Científica II – Projeto de Extensão	60h	20h	60h
Ementa			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Extensão Universitária: conceitos e ações. A importância do conhecimento da realidade onde ocorrerá o projeto. Ações extensionistas aplicadas ao ensino: a pluralidade cultural como tema de uma educação crítica e emancipatória, que contribua com a construção de uma sociedade com mais justiça e equidade. Diversidade cultural, multiculturalismo, movimentos sociais e prática pedagógica na escola. Elaboração de Projeto de Extensão voltado para a temática da diversidade cultural: cursos, palestras, oficinas, workshops, seminários e mostras artísticas. Instrumentalização do modelo do projeto, de acordo com as normativas e regras de elaboração de textos acadêmico-científicos. Aplicação do projeto de extensão; Apresentação dos resultados do projeto em seminário.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
 MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2001.
 PAREDES, Eugênia Coelho; TRINDADE, Dionéia Da Silva; LIMA, Rosely Ribeiro; VICENTE, Simone Sanches (orgs.). *Ensino, extensão e pesquisa: representações sociais de professores de uma universidade pública de Mato Grosso*. Cuiabá: Edufmat/fapemat, 2007.

Bibliografia Complementar

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 1989. V. 01.
 GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisas*. 4 ed. São Paulo; Atlas, 2006
 SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724. *Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

Disciplina	Carga horária total
Psicologia da Educação III – Desenvolvimento e Aprendizagem na Vida Adulta	60h
Ementa	
Evolução do desenvolvimento na segunda e na terceira fases do ciclo vital. O desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social do adulto jovem e do idoso. Análise da situação do idoso na sociedade brasileira contemporânea (O Estatuto do Idoso). Mutações recentes nas sociedades contemporâneas e seus efeitos nos processos e políticas de subjetivação do adulto jovem e do idoso. Aspectos psicológicos da condição de excluído do adulto analfabeto e os efeitos da exclusão digital.	
Bibliografia Básica	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. *A construção da pessoa em Wallon e a constituição do sujeito em Lacan*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.

CADERNOS CEDES. *Pensamento e linguagem: estudos na perspectiva da psicologia soviética*. Campinas (SP): Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) / Papyrus, n. 24, 2. ed. jul., 1991.

COLL, César; et. al. *Desenvolvimento psicológico e educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, v.1. psicologia evolutiva, 1995;

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. *Psicologia aplicada à educação*. São Paulo: E.P.U., 1986.

Bibliografia Complementar

CUNHA, Marcus Vinicius da. *Psicologia da Educação*. 2. ed. Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

DESSEN, Maria A e COSTA JÚNIOR, Anderson Luís. (Orgs.). *A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

_____. POLONIA, Ana da C.; BRANCO, Ângela M. C. U. de A. O modelo bioecológico de Bronfenbrenner: contribuições para o desenvolvimento humano. In: DESSEN, Maria A.; JOBIM E SOUZA, Solange. *Re-significando a psicologia do desenvolvimento: uma contribuição crítica à pesquisa da infância*.

LASTÓRIA, Luiz A. C. N. COSTA, Belarmino Cezar G. da; PUCCI, Bruno (orgs.). *Teoria Crítica, ética e educação*. Piracicaba/Campinas/SP: Editora UNIMEP / Editora Autores Associados, 2001.

Disciplina	Carga horária total	PCC
Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica III – Projeto de Pesquisa	60h	40h
Ementa		
A prática de planejamento e estruturação da pesquisa que resultará no trabalho de conclusão de curso (TCC) do discente. Apresentação do projeto de pesquisa por meio de painel, pôster, banner ou outro, utilizando um dos modelos aprendidos na Oficina de Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica I.		
Bibliografia Básica		
GIL, Antonio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisas</i> . 4 ed. São Paulo; Atlas, 2006		
MARCONI, Marina de Andrade. <i>Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos</i> . São Paulo: Atlas, 2001.		
SEVERINO, Antônio Joaquim. <i>Metodologia do trabalho científico</i> . 22ª edição, São Paulo:		

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Cortez, 2002.

Bibliografia Complementar

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. 10.ed. São Paulo: Cortez, 1989. V. 01.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724. *Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação*. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

Disciplina	Carga horária total
Estágio Supervisionado II	105h
Ementa	
Estágio supervisionado que contemplará a vivência da atividade docente em uma perspectiva interdisciplinar com crianças da educação infantil. Nesta etapa, o graduando articulará os saberes acadêmicos, específicos e pedagógicos inerentes às concepções do desenvolvimento infantil aos saberes da experiência na formação profissional, investigando os aspectos cognitivos, sociais, afetivos que implicam no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, construindo e fortalecendo a identidade docente por meio da inserção no cotidiano escolar por intermédio da observação, planejamento e regência na Educação Infantil.	
Bibliografia Básica	
ANDRADE, Lucimary Bernabé Pedrosa. <i>Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais</i> . São Paulo: UNESP, 2010. Disponível em: http://www-periodicos-capesgovbr.ez45.periodicos.capes.gov.br/	
ARIÈS, Philippe. <i>História social da criança e da família</i> . 2 ed. tradução de Dora Flaksman. RJ: Afiliada, 1981.	
BENJAMIN, Walter. <i>Reflexões: A criança, o brinquedo, a educação</i> . São Paulo: Summus, 1984.	
BRASIL. <i>Base nacional comum curricular</i> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdfv	
Bibliografia Complementar	
LEITE FILHO, Aristeo; GARCIA, Regina Leite. (Orgs.). <i>Em Defesa da Educação Infantil</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2001.	
BENJAMIN, Walter. <i>A criança, o brinquedo e a educação</i> . São Paulo. Summus, 1984.	
OLIVEIRA, Zilma (org). <i>Educação Infantil: muitos olhares</i> . São Paulo, Cortez, 2001.	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Portfólio, Avaliação e Trabalho pedagógico*. Campinas: Ed. Papirus, 2004.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Seminário Integrador VI	30h	15h	8h
Ementa			
Atividades de integração curricular, mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas desde o primeiro ano da Licenciatura. A importância dos projetos integradores de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos nas escolas de educação básica e/ou em outros espaços no decorrer do curso; A relevância da pesquisa e da extensão para a educação e para a sociedade. O papel social da pesquisa e da extensão. As possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do saber popular e científico. Trabalho Interdisciplinar: Socialização e apresentação das experiências de pesquisa e extensão realizadas por meio de portfólios, banner, pôster ou painel. Os trabalhos deverão culminar em uma ação de extensão por meio de seminário e/ou exposição aberta à comunidade interna e externa do IFMT.			
Bibliografia Básica			
BRASIL. <i>Base nacional comum curricular</i> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf FREIRE, Paulo. <i>Extensão ou Comunicação?</i> 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. MARCONI, Marina de Andrade. <i>Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos</i> . São Paulo: Atlas, 2001. PAREDES, Eugênia Coelho; TRINDADE, Dionéia Da Silva; LIMA, Rosely Ribeiro; VICENTE, Simone Sanches (orgs.). <i>Ensino, extensão e pesquisa: representações sociais de professores de uma universidade pública de Mato Grosso</i> . Cuiabá: Edufmt/fapemat, 2007.			
Bibliografia Complementar			
GIL, Antonio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisas</i> . 4 ed. São Paulo; Atlas, 2006 SERVA, Fernanda Mesquita. <i>Extensão Universitária e sua Curricularização</i> . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 21. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
 TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

15.7 Sétimo semestre

Disciplina	Carga horária total
Educação de Jovens e Adultos	60h
Ementa	
Fundamentos históricos e políticos da Educação de Jovens e Adultos- EJA. Sujeitos da EJA: Identidade do educador e do educando. Concepções Teóricas e Práticas. Metodologias e estratégias de ensino. Diversidade e Cidadania. Alfabetização e Inclusão Social. Educação e Trabalho na perspectiva de empoderamento e emancipação.	
Bibliografia Básica	
FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia do oprimido</i> . Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970. GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). <i>Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta</i> . São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. SOARES, Leôncio. <i>Educação de jovens e adultos</i> . Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 165 p (Diretrizes Curriculares Nacionais).	
Bibliografia Complementar	
GERALDI, João Wanderley. (Org.) <i>O Texto na Sala de Aula</i> . São Paulo: Ática, 2003. KAUFMAN, Ana M e Rodriguez, Maria Helena. <i>Escola, leitura e produção de textos</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. SOARES, Magda. <i>Letramento: um tema em três gêneros</i> . Belo Horizonte: Autêntica, 2001. SOARES, Magda. <i>Alfabetização em processo</i> . 12ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.	

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Metodologias Ativas de Aprendizagem	60h	10h	18h
Ementa			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Apresentação, caracterização, discussão e compreensão teórico-prática do amplo e rico espectro das metodologias ativas (Active Learning) e algumas tecnologias digitais aplicáveis a educação compreende uma necessidade formativa premente dos docentes modernos. Nesse sentido, deve-se destacar a relevância, consistência, constância e conveniência do emprego dessas estratégias educacionais na rotina escolar, tendo por base o profundo conhecimento das mesmas, os limites e possibilidades que oferecem para potencialização da aprendizagem centrada no estudante. Ações de extensão envolvendo o uso das metodologias ativas de aprendizagem.

Bibliografia Básica

ALLAL, L.; CARDINET, J.; PERRENOUD, P. *A avaliação formativa num ensino diferenciado*. Coimbra: Livraria Almedina, 1986.
 BENDER, W. *Aprendizagem baseada em Projetos: educação diferenciada para o século XXI*. Porto Alegre: Penso, 2014.
 BERBEL, N. A. N. GAMBOA, S. A. S. *A metodologia da problematização com o Arco de Magueréz – uma perspectiva teórica e epistemológica*. Filosofia e Educação, v. 3, n. 2, Out.2012.

Bibliografia Complementar

BERGMANN, J.; SAMS, A. *Sala de Aula Invertida: uma Metodologia Ativa de Aprendizagem*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. 104 p.
 JENSEN, E. *Enriqueça o Cérebro – como maximizar o potencial de aprendizagem de todos os alunos*. Porto Alegre: Artmed, 2011.
 MAZUR, ERIC. *Peer instruction: A user's manual*. Upper Saddle River: Prentice Hall, 1997.
 PERRENOUD, P. H. *Dez Novas Competências para Ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
 SAHLBERG, P. *Finnish Lessons 2.0: What can the world learn from educational change in Finland?* 2. ed. New York: Teachers College Press, 2015.

Disciplina	Carga horária total
Estágio Supervisionado III	105h
Ementa	
<p>Estágio Supervisionado que possibilitará inserir o graduando no cotidiano escolar do magistério nos anos iniciais do ensino fundamental, possibilitando a familiarização com o planejamento, desenvolvimento e avaliação da proposta pedagógica, articulando os conhecimentos adquiridos ao longo do curso com o desempenho das diferentes tarefas inerentes ao trabalho docente no ambiente escolar. Observação do cotidiano da escola, principalmente das séries iniciais, planejamento e desenvolvimento das atividades de</p>	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

regência nas diversas áreas de conhecimento, mantendo sempre diálogo com o professor orientador para avaliação do desenvolvimento das atividades.

Bibliografia Básica

BRASIL. *Base nacional comum curricular*. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber às práticas educativas*. Porto Alegre: Cortez, 2013.

LIBÂNEO, J.C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.

LÔRDELO, J. A. C.; DAZZANI, M. V. (orgs). *Avaliação educacional: desatando e reatando nós*. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wd>

VEIGA, Ilma Passos de Alencastro (Org.). *Repensando a Didática*. 10. ed. Campinas: Papyrus, 1995.

Bibliografia Complementar

BORDENAVE, Juan Diaz. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 2015.

PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2012.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Portfólio, Avaliação e Trabalho pedagógico*. Campinas: Ed. Papyrus, 2004.

Disciplina	Carga horária total
Seminário de TCC I	75h
Ementa	
Execução do Projeto de Pesquisa em Educação. Planejamento, organização e desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Entrega TCC com os resultados parciais e apresentação em diversos formatos (comunicação oral, pôster, painel, mídias-digitais, entre outros).	
Bibliografia Básica	
GIL, Antônio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i> . 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.	
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <i>Fundamentos de metodologia científica</i> . 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.	
ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo; ROSA, Maria Virginia de Figueiredo.	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Apontamentos de metodologia para ciência e técnicas de redação científica. Porto Alegre: [s.n.], 1999.

Bibliografia Complementar

SEABRA, G. F. *Pesquisa científica: o método em questão*. Brasília: Editora da UnB, 2001.
SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.
TRALDI, M. C. *Monografia passo a passo*. 3. ed. São Paulo: Editora Alínea, 2001.
VIANNA, I. O. A. *Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica*. 20. ed. São Paulo: E.P.U., 2001.
VIEGAS, W. *Fundamentos de metodologia científica*. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2001.

Disciplina	Carga horária total	PCC	Extensão
Seminário Integrador VII	30h	15h	8h
Ementa			
Atividades de integração curricular mediadas pelo encadeamento das disciplinas desenvolvidas até o sétimo semestre com o objetivo de refletir sobre: o ser professor na atualidade e suas práticas. O processo de constituição da docência ao longo do curso: as trajetórias percorridas e as experiências vivenciadas com a teoria e a prática. Proposta Transversal: Relato e apresentação das experiências de estágio de docência por meio de um memorial acadêmico. Haverá uma ação de extensão onde será apresentado por meio de portfólios, banner, pôster ou painel este processo de construção do ser professor durante o curso.			
Bibliografia Básica			
BOLÍVAR, Antonio. <i>O Esforço Reflexivo de Fazer da Vida uma História</i> . In: Pátio, Ano XI nº 43 ago/out, 2007. CHARLOT, Bernard. <i>Da relação com o saber às práticas educativas</i> . Porto Alegre: Cortez, 2013. FREIRE, Paulo. <i>Pedagogia da Autonomia</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. PASSEGGI, M.C.BARBOSA, T. M. <i>Memórias, memoriais: pesquisa e formação docente</i> . São Paulo/ Natal: Paulus/EDUFRN, 2008b.			
Bibliografia Complementar			
BRASIL. <i>Base nacional comum curricular</i> . Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf			

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

D'AMBROSIO, U. *Educação para uma sociedade em transição*. Campinas: Ed. Papirus, 1999.
 LIBÂNEO, J.C. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2013.

15.8 Oitavo semestre

Disciplina	Carga horária total
Educação Profissional	60h
Ementa	
Educação e trabalho, o trabalho como princípio educativo. Sujeitos da Educação Profissional. Trajetória histórica e políticas públicas da educação profissional no Brasil; Pressupostos teórico-metodológicos da Educação Profissional e Tecnológica. Integração da Educação Profissional com a Educação Básica. Currículo Integrado e as questões inter, trans e multidisciplinares. Fundamentos para a Formação de Professores no Ensino.	
Bibliografia Básica	
<p>ARAÚJO, R. M. L., RODRIGUES, D. S. (Orgs). <i>Filosofia da práxis e didática da educação profissional</i>. Campinas: Autores Associados. 2011.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio. CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). <i>Ensino médio integrado: concepções e contradições</i>. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>MOLL, Jaqueline e Colaboradores. (Org.). <i>Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: Desafios, tensões e possibilidades</i>. Porto Alegre, RS: Artmed Editora, 2009.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>BASTOS, João Augusto de Souza Leão de Almeida. <i>Tecnologia e Interação. Coletânea Educação e Tecnologia</i> – CEFET-PR. Curitiba, 1998.</p> <p>FRIGOTTO, Gaudêncio. Fundamentos Científicos e Técnicos da Relação Trabalho e Educação no Brasil de Hoje In: <i>Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo</i>. LIMA, Júlio César França (org.) Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.</p> <p>MARX, Karl. <i>Textos sobre Educação e Ensino</i>. Campinas, SP: Navegando, 2011.</p> <p>MANFREDI, Silvia Maria. <i>Educação profissional no Brasil</i>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>MOURA, Dante Henrique. (Org.). <i>Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional</i>. Campinas: Mercado de Letras, 2014.</p> <p>MOURA, Dante Henrique (org.). <i>Educação profissional: desafios teóricos metodológicos e políticas públicas</i>. Natal: IFRN, 2016.</p>	

Disciplina	Carga horária total	PCC

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Educação Ambiental total	60h	10h
Ementa		
A relação homem-natureza. Ciência, tecnologia, ambiente social e natural. A relação da criança com a natureza e a sociedade. Introdução a Educação Ambiental em uma perspectiva do pertencimento, da preservação, do cuidado, da ludicidade, e do respeito. Abordagens metodológicas e práticas de educação ambiental. Visão sistêmica e interdisciplinar na abordagem das questões ambientais.		
Bibliografia Básica		
<p>CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. <i>A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil</i>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.</p> <p>GUIMARÃES, Mauro. <i>A dimensão ambiental na educação</i>. Campinas, SP: Papirus, 1995.</p> <p>REIGOTA, Marcos. <i>A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna</i>. São Paulo: Cortez, 2002.</p> <p>TRISTÃO, Martha. Espaços/tempos de formação em educação ambiental. In: GUERRA, Antonio F. S. & TAGLIEBER, José E. (Orgs.). <i>Educação Ambiental: fundamentos, práticas e desafios</i>. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.</p>		
Bibliografia Complementar		
<p>ALBUQUERQUE, Roberto ; VELLOSO, João. <i>A Questão Ambiental e o Rio +20. A Economia Verde Como Oportunidade Global Para O Brasil</i>. 2011. Disponível em: https://www.evolution.com.br/product/questo-ambiental-e-o-rio-20-1ed</p> <p>ARRUDA, Carlos ; CARVALHO, Flavia. <i>Inovações Ambientais: Oportunidades de Negócios, Políticas Públicas e Tecnologias</i>. 2013. Disponível em: https://www.evolution.com.br/product/inovaes-ambientais-1ed</p> <p>ALTIERI, Miguel. <i>Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável</i>. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.</p>		

Disciplina	Carga horária total
Estágio Supervisionado IV	105h
Ementa	
Construção e fortalecimento da identidade docente por meio da inserção do graduando no cotidiano escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA). O estágio deve articular os saberes específicos e pedagógicos à experiência da atividade docente, possibilitando ao graduando o contato com a proposta curricular da EJA, cujos processos de ensino e aprendizado são	

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

diferenciados, visando atender o público jovem e adulto que não teve acesso ao ensino fundamental na idade considerada apropriada.

Bibliografia Básica

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1970.
GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José E. (Orgs.). *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.
SOARES, Leôncio. *Educação de jovens e adultos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. (Diretrizes Curriculares Nacionais).

Bibliografia Complementar

BORDENAVE, Juan Diaz. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 2015.
PIMENTA, Selma Garrido. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2012.
TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.
VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. *Portfólio, Avaliação e Trabalho pedagógico*. Campinas: Ed. Papyrus, 2004.

Disciplina	Carga horária	
Seminário de TCC II	75h	10h
Ementa		
Planejamento, organização das defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).		
Bibliografia Básica		
ALVARENGA, Maria Amália de Figueiredo; ROSA, Maria Virginia de Figueiredo. <i>Apontamentos de metodologia para ciência e técnicas de redação científica</i> . Porto Alegre: [s.n.], 1999. FERNANDES, A. B.; MENEZES NETO, E. L.; FACCIOLI, G. G. <i>Diretrizes e normas para elaboração de monografias</i> . Aracaju: Faculdade Pio Décimo, 2002. RAMPAZZO, L. <i>Metodologia científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação</i> . São Paulo: Loyola, 2002.		
Bibliografia Complementar		

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

ISKANDAR, J. I. *Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos*. Curitiba, PR: Juruá Editora, 2004.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 22. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

TRALDI, M. C. *Monografia passo a passo*. 3. ed. São Paulo: Editora Alínea, 2001. VIANNA, I. O. A. *Metodologia do trabalho científico: um enfoque didático da produção científica*. 20. ed. São Paulo: E.P.U., 2001.

VIEGAS, W. *Fundamentos de metodologia científica*. 2. ed. Brasília: Editora da UnB, 2001.

16. PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos terão por finalidade desenvolver competências e possibilitar a construção de conhecimentos de forma criativa para a resolução de situações - problemas detectados na dinâmica da prática social e produtiva.

A metodologia será desenvolvida de forma a contemplar aspectos envolvidos nas competências cognitivas, psicomotoras e sócio-afetivas, dando ênfase à contextualização e à prática, com conteúdos que constituirão as bases científico-tecnológicas do período letivo, articulados e integrados entre si, para o desenvolvimento de competência da área ou outras de conhecimento, visando a garantir a interdisciplinaridade, conforme artigo 40 da Lei 9.394/96.

A metodologia a ser desenvolvida colocará o educando como centro da ação pedagógica desencadeada por desafios, situação-problema e recorrendo a projetos monitorados, orientados e avaliados pelo educador, possibilitando:

- a. Estabelecer uma relação entre aprendizagem e função social;
- b. Maior integração entre o que se aprende e o que se vive;
- c. Uma produção coletivizada do saber possibilitando superar a fragmentação dos conhecimentos e a aprendizagem mecânica;
- d. Desenvolver e fortalecer a aprendizagem significativa;
- e. Promover o movimento do ensinar/aprender no educando e no educador;
- f. Reduzir o isolacionismo da instituição diante da realidade sociocultural.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Segundo MORAN (2007) as redes digitais possibilitam organizar o ensino e a aprendizagem de forma mais ativa, dinâmica e variada, privilegiando a pesquisa, a interação e a personalização dos estudos em múltiplos espaços e tempos presenciais e virtuais.

Desta forma, a concepção de um curso de formação pedagógica à distância tem peculiaridades que a distinguem da modalidade presencial, supondo-se um tipo de ensino em que o foco está em cada estudante e não na turma. Este estudante deve ser considerado como um sujeito do seu aprendizado, desenvolvendo autonomia e independência em relação ao professor, que o orienta no sentido do “aprender a aprender e aprender a fazer”.

Os materiais didáticos devem ser pensados e produzidos dentro das especificidades da Educação à Distância e da realidade do estudante para o qual o material está sendo elaborado. No entanto, é preciso considerar o avanço dos meios informáticos e digitais, sobretudo como uma tecnologia que facilita a comunicação, a troca e a aquisição de informação. É neste sentido que não se pode abrir mão de projetar a elaboração de materiais para web, ou a utilização de mídias digitais, que garantam a participação, a aprendizagem, a permanência e o êxito acadêmico.

O material a ser utilizado ao longo do curso, será elaborado pelos professores, juntamente com a equipe pedagógica e disponibilizado em diversos formatos, de acordo com a necessidade do acadêmico. Poderão ser utilizados, ainda, os materiais já produzidos no âmbito da Educação à Distância, através de vários fomentos, e disponibilizados em seus repositórios.

A Educação à Distância vem apontando para a necessidade do estudo colaborativo e/ou cooperativo. O uso das tecnologias de informação e comunicação vem desempenhando papel fundamental, porém, nos espaços em que, ainda, não é possível usá-las completamente, há que se propor alternativas dentro dos modelos tradicionais de tutoria e material impresso.

As mediações entre alunos e tutores ocorrem, ao longo do curso, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou presencialmente nos polos com os tutores presenciais. A presença e disponibilidade do tutor têm sido importante não somente como elemento motivador, mas também como estratégia de diminuição da evasão. Um papel que a tutoria vem sendo chamada a desempenhar é o de espaço de articulação e suporte ao estudo cooperativo, de modo a garantir a construção coletiva do conhecimento. A rotina do curso envolve estratégias que devem ser encabeçadas pela equipe que o constitui:

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Será disponibilizado um calendário acadêmico com datas de início e fim das disciplinas e dos semestres.

- Todos os componentes devem ser apresentados na Plataforma Moodle AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), divididos em semanas, de acordo com o calendário. Antes da disponibilização para os alunos, o professor responsável pela elaboração da disciplina, fará uma reunião on-line com tutores presenciais e à distância, delineando todos os procedimentos que devem ser adotados pela equipe.

- No AVA deverá ter um espaço comum, uma comunidade de aprendizagem, em rede, entre professores/acadêmicos, acadêmicos/tutores e acadêmicos/acadêmicos, sob os princípios da cooperação, respeito e autonomia, de modo a alcançar os objetivos propostos.

- A relação dialógica, base da Comunidade de Aprendizagem, seja presencial ou mediada pelas tecnologias, deverá ser exercício permanentemente praticado por todos os participantes, num processo de desenvolvimento capaz de conduzir os diferentes sujeitos aprendizes a uma unidade de ação, tornando-os engajados na tessitura dessa rede real e virtual de todos os envolvidos no curso. O desafio maior do curso é a produção de um novo conhecimento, a pesquisa constitui-se como dimensão de aprendizagem, considerados os indivíduos na sua inserção sociocultural.

- Os procedimentos metodológicos específicos (leituras/atividades/ participação nos fóruns de discussão/ consultas a Banco de Dados e endereços selecionados) serão adotados de acordo com a natureza do objeto de estudo de cada disciplina. As comunicações, ao longo do curso, serão midiadas: no ambiente Internet, via correio eletrônico, fóruns de discussão, e-mails, whatsapp, fóruns presenciais, entre outros, com plantão de docentes e tutores, on-line e nos polos, em horários previamente estabelecidos.

- Considerando a natureza singular da interação presencial, os Encontros Presenciais, com objetivo integrativo na produção de conhecimento, serão obrigatórios e realizados ao longo do curso, buscando oportunizar as vivências próprias para consolidação da Comunidade de Aprendizagem em rede. O professor poderá participar destes encontros presencialmente ou mediados pela tecnologia via videoconferência.

- Cada disciplina deverá propor suas atividades à distância, privilegiando a troca de informações e experiências entre os participantes, com o objetivo de construir uma rede

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

colaborativa de aprendizagem. Para tanto, as atividades serão instigadoras, desafiando os participantes a resolverem, coletivamente, questões-problema relacionadas à prática pedagógica. Os participantes deverão fazer uso dos espaços coletivos do Ambiente Virtual de Aprendizagem para interagir dialogicamente.

- Os acadêmicos poderão se dirigir ao polo presencial ou ao IFMT - campus Octayde Jorge da Silva, sempre que acharem necessário, onde encontrarão laboratórios de informática conectados à internet e biblioteca, para que possam executar as atividades propostas pelos professores. No caso de se dirigirem aos seus polos de origem, ainda poderão contar com o auxílio dos tutores presenciais, mediante agendamento prévio.

17. CORPO DOCENTE

Os professores comporão uma equipe qualificada com formação continuada, aptos a ministrarem aulas. Utilizarão estratégias para despertar a criatividade e autonomia dos estudantes, criando um ambiente de aprendizagem coletivo com debates e discussões, tornando as aulas mais dinâmicas e interessantes, oferecendo a todos a possibilidade de serem sujeitos ativos da aprendizagem.

Quando o curso for ofertado pelo programa UAB todos professores, bem como os tutores, serão selecionados por meio de edital específico. Caso haja necessidade, serão organizados programas de capacitação, voltados para a modalidade à distância e o uso das tecnologias educacionais.

Quadro 11: Corpo Docente IFMT - Curso Licenciatura em Pedagogia

Nome	Função	Formação	Regime de trabalho
Dayse Iara Ferreira de Oliveira MESTRE	Professora	Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (2004); Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (2009) na área de Formação de Professores.	DE

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Elias Martins MESTRE	Professor	Possui graduação em Educação Física pela Fundação Municipal de Educação e Cultura de Santa Fé do Sul – FUNEC (2004); Especialização em Fundamentos da Educação Didática e Docência – UNIVAG (2007); Especialização em Educação Física Escolar – Afirmativo (2009); Especialização em TECNOLOGIAS EM EDUCAÇÃO – PUC – Rio (2010); Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea – UFMT (2017);Doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea – UFMT.	DE
Elisangela Almeida Barbosa MESTRE	Professora	Possui graduação em educação Física pela UFMT (2010); Graduação em Ciências Biológicas pela UFPE (2003); Mestrado em Educação pela UFMT (2011); Doutoranda em Ciências pela USP.	DE
Eloisa Rosana de Azeredo DOUTORA	Professora	Possui Graduação em Pedagogia-Orientação Educacional pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA (2006); Especialização em Psicopedagogia pela UCB-RJ (2007); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso-UFMT (2013); Doutorado em Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo, pela Universidade de Coimbra – Portugal.	DE
Érica Lopes Rascher Costa Marques MESTRE	Professora	Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Cuiabá (1999); Especialista em Educação Infantil pela Universidade Federal de Mato Grosso (2000); Mestre em EDUCAÇÃO e PSICOLOGIA pela Universidade Federal de Mato Grosso (2002).	DE
Giulia Schauffert Gastão MESTRE	Professora	Possui graduação em Educação Física pelo Centro Universitário de Várzea Grande (2006), Especialização em Exercício Físico na Reabilitação Cardíaca e Grupos Especiais pela Universidade Gama Filho (2008), Especialização em Anatomia Funcional pela Faculdade Unyleya (2018) e Mestrado em biociências pela UFMT (2012).	DE
Jefferson Bento de	Professor	Possui Licenciatura em Matemática pela	DE

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Moura MESTRE		UENP/FAFICOP (2005), Especialização em Ensino de Matemática pela UTFPR (2007), Especialização em PROEJA pelo IFMT (2019), Mestre em Educação pela UFMT (2016), Doutorando em Educação Pela UFSCar.	
Juliana Fonseca Antunes DOUTORA	Professora	Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade de Cuiabá (2001), especialização em Redes de Computadores pela Universidade de Cuiabá (2003), mestre em Ciência da Computação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009) e doutora em Engenharia Elétrica pela Universidade Estadual Paulista Campus Ilha Solteira (2013).	DE
Kleber Roberto Lopes Corbalan DOUTOR	Professor	Possui Graduação (Licenciatura e Bacharelado em História) pela UFMT (2003), Mestrado em História pela UFMT (2006) e Doutorado em História pela USP (2018)	DE
Kleber Gonçalves Bignarde MESTRE	Professor	Possui graduação em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso (2004); Graduação em Pedagogia pela Universidade Anhanguera de São Paulo (2017); Especialização em Educação Interdisciplinar pelo Instituto Cuiabano de Educação (2004); Especialização em Educação Física aplicada à Reabilitação Cardíaca pela Gama Filho (2007); Mestrado em Educação pelo UFMT (2013); Doutorando em Estudos de Cultura Contemporânea – UFMT.	DE
Larissa Beraldo Kawashima DOUTORA	Professora	Possui graduação em Licenciatura em Educação Física pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Unesp (2002), Especialização em Pedagogia do Esporte Escolar pela UNICAMP (2004), Especialização em Educação Física Escolar pela CEUCLAR (2007), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2010); Doutorado em Educação – UFMT (2018)	DE
Marcelo Gomes	Professor	Possui graduação em Educação Física pela UFMT	DE

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Alexandre MESTRE		(2010), Especialização em Envelhecimento e Saúde – UFMT (2012); Mestre em Biociências – UFMT (2014).	
Maria da Rocha Ramos Sodre DOUTORA	Professora	Possui Licenciatura em Letras: Português-Inglês (UNICEUB-Brasília/DF) e em Pedagogia (CLARETIANO-Cuiabá/MT); Especialização em Linguística Aplicada (UNEMAT-Pontes e Lacerda-MT); Mestrado em Educação (UNIR-Porto Velho/RO); Doutorado em Ciências da Educação (UTAD-Vila Real/PORTUGAL).	DE
Ronaldo Eustáquio Feitoza Senra DOUTOR	Professor	Possui graduação em Pedagogia- UFMT (2007) ; Doutorado em Educação – UFMT (2014)	DE
Sandro Aparecido Lima dos Santos MESTRE	Professor	Possui graduação em Ciências Sociais pela Unesp (1997); Mestrado em História pela UFMT (2009).	DE

18. CORPO TUTORIAL

O Corpo Tutorial é responsável por prestar apoio pedagógico consistente e contínuo atendendo os estudantes em suas necessidades educacionais individuais e coletivas ao longo de seu processo de aprendizagem.

A atuação do tutor tem papel primordial para a permanência e êxito dos estudantes, pois seu contato constante com os estudantes estabelece elos de relacionamento com os estudantes, permitindo um acompanhamento individualizado que permite identificar as características, as dificuldades, as expectativas, o desempenho e o progresso de cada um deles.

Os tutores atuam no suporte às atividades dos docentes, na mediação pedagógica junto aos discentes, no aprimoramento do processo de ensino aprendizagem, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam na formação dos estudantes.

O Corpo Tutorial, junto à coordenação do curso e ao Corpo Docente, constitui, desta forma, uma rede de educadores que agem em colaboração permanente, elaborando estratégias conjuntas para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos estudantes. Assim como os

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

professores, os tutores também serão selecionados via edital específico quando o curso for ofertado pelo Programa UAB.

A seguir, abordamos de maneira mais específica as três modalidades de tutoria existentes no curso: presencial, à distância e o tutor de estágio.

18.1 Tutoria Presencial

Os tutores presenciais são aqueles com quem o estudante possui contato pessoal com mais frequência, pois eles atendem e orientam os alunos nos Polos de Apoio Presencial. Entre suas atribuições estão:

- Apoiar os alunos na sua organização pessoal para os estudos;
- Comunicar-se continuamente com o professor e tutores virtuais à distância, sendo um parceiro integrado à proposta de cada disciplina e do curso;
- Acompanhar os alunos, verificando frequência dos acessos, monitorando atividades em curso, se comunicando via AVA, e-mail, ligação telefônica, dentre outros meios disponíveis, a fim de verificar ausências e dificuldades nas atividades;
- Estabelecer contato permanente com os alunos, orientando-os e sanando possíveis dúvidas;
- Acompanhar a avaliação dos estudantes nos Polos de Apoio Presencial;
- Elaborar relatórios de acompanhamento dos alunos, planos de trabalhos e relatórios de atividades realizadas; entre outras.

Ao longo do curso, são realizados encontros presenciais, com objetivo de estimular o intercâmbio de experiências, construções coletivas de conhecimentos, além de permitir o confronto de ideias nas mais variadas atividades que serão desenvolvidas ao longo do curso. Os encontros presenciais são momentos de acompanhamento dos estudantes nos quais é possível realizar as seguintes atividades:

- Discussões sobre os conteúdos das disciplinas;
- Elaboração de planejamento dos momentos de estudo em grupo, propostos pelo professor-formador;
- Orientações e sugestões quanto aos estudos, pesquisas e leituras que deverão ser feitos, auxiliando-os em suas dúvidas;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Acompanhamento e avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a elaboração do TCC, de relatórios, e outros procedimentos;
- Proposição de formas auxiliares de estudo;
- Favorecimento de troca de experiências e conhecimentos em atividades de grupos;
- Incentivo de debates e produções individuais e coletivas.

18.2 Tutoria à Distância

Os tutores a distância realizam o acompanhamento das atividades dos cursistas no AVA do curso, esclarecendo dúvidas e prestando outras informações. O desafio da tutoria à distância é o de ultrapassar as barreiras da distância com o aluno, se fazendo sempre presente e respondendo prontamente às dúvidas e solicitações dos estudantes, estando atento às suas principais dificuldades. São atribuições dos tutores à distância:

- Acompanhar o desenvolvimento do estudante nas disciplinas;
- Orientar o estudante para o estudo a distância, incentivando a autonomia da aprendizagem e a organização nos estudos;
- Registrar o progresso, as dificuldades e os resultados obtidos pelos alunos;
- Orientar, com clareza, o estudante que apresentar dificuldade para navegar pelo ambiente virtual ou a entender a metodologia adotada no curso;
- Discutir, com o auxílio do professor formador de cada disciplina, os conteúdos de cada disciplina;
- Acompanhar a avaliação da aprendizagem dos acadêmicos, bem como a elaboração do TCC, de relatórios, ou outros procedimentos;
- Dar suporte ao estudante que esteja tendo dificuldades em acompanhar os conteúdos;
- Propor estratégias de estudo;
- Orientar os estudantes sobre a importância da pesquisa científica;
- Incentivar debates e produções individuais e coletivas;
- Corrigir as avaliações, quando for solicitado;
- Acompanhar e participar dos fóruns com os alunos;

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Fazer um mapeamento, com a finalidade de acompanhamento, dos acessos dos alunos, com vistas a agir preventivamente nos mecanismos que podem desencadear em evasão.
- Promover o sentimento de pertencimento do aluno no curso por meio de propostas de atividades integradoras e comunicação mediada por tecnologia;
- Promover um ambiente igualitário e seguro para as manifestações, incentivando a aprendizagem colaborativa, o tratamento igual a todos os participantes, de modo dialógico e inclusivo;
- Engendrar feedback construtivo, em linguagem dialógica e interativa, analisando cuidadosamente as respostas individuais, com comentários objetivos referendados nos critérios de avaliação, pontuando considerações sobre como melhorar a produção.

18.3 Tutoria de Estágio

Os tutores de estágio atende especificamente somente nos períodos quando houver estágio supervisionado. O estudante possui contato pessoal com mais frequência, pois eles atendem e orientam os alunos nos Polos, além de acompanhar todas as etapas do estágio. Entre suas atribuições estão:

- Apoiar os alunos na sua organização pessoal para o estágio;
- Comunicar-se continuamente com o professor e tutores virtuais à distância, sendo um parceiro integrado à proposta do curso;
- Acompanhar os alunos, verificando frequência dos acessos, monitorando atividades em curso, se comunicando via AVA, e-mail, ligação telefônica, dentre outros meios disponíveis, a fim de verificar ausências e dificuldades nas atividades;
- Acompanhar e participar dos fóruns com os alunos;
- Auxiliar na interlocução entre professor e escolas de estágio;
- Estabelecer contato permanente com os alunos, orientando-os e sanando possíveis dúvidas;
- Registrar o progresso, as dificuldades e os resultados obtidos pelos alunos;
- Elaborar relatórios de acompanhamento dos alunos, planos de trabalhos e relatórios de atividades realizadas; entre outras.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

- Auxiliar na correção dos relatórios de estágio, quando for solicitado;
- Engendrar feedback construtivo, em linguagem dialógica e interativa, analisando cuidadosamente as respostas individuais, com comentários objetivos referendados nos critérios de avaliação, pontuando considerações sobre como melhorar a produção.

Quadro 12: tutores IFMT

POLO	Nome	Área de Formação	Titulação
Juara	Livrada Fernandes de Aquino	Licenciatura em Pedagogia	Especialização
Juara	Elton Castro Rodrigues dos Santos	Licenciatura em Pedagogia	Doutorado
Cuiabá	Vânia Joceli Araujo	Licenciatura em Educação Física	Especialização
Cuiabá	Valéria Ribeiro Calisto	Bacharel em estatística	Mestrado
Cuiabá	Ivani Souza Mello	Licenciatura em Química	Mestrado
Ribeirão Cascalheira	Rosenil Gonçalves dos Reis e Silva	Licenciatura em Letras	Mestrado
Ribeirão Cascalheira	Daniela Alves de Oliveira Costa	Licenciatura em Letras	Especialização
Ribeirão Cascalheira	Maria Eugenia Batista da Silva Neta	Licenciatura em Biologia	Mestrado
Primavera do Leste	Arlete Duarte Ferreira Linn	Tecnologia em Sistemas para Internet	Especialização
Primavera do Leste	Adriana Pereira Barbosa	Licenciatura em Libras	Mestrado

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Pontes e Lacerda	Gerciley Pereira da Rocha	Licenciatura em ciências biológicas	Especialização
Pontes e Lacerda	Anne de Matos Souza	Licenciatura em Pedagogia	Mestrado

19. AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Segundo o Regulamento Didático do IFMT, a “avaliação é o instrumento utilizado para melhoria da realidade educacional do estudante, priorizando o processo de ensino-aprendizagem, tanto individualmente quanto coletivamente” (IFMT, 2020, p. 58).

A avaliação não deve ser pensada apenas como um instrumento classificatório de aprovação ou reprovação, mas, principalmente, como um instrumento voltado à formação do aluno. Assim, deve-se avaliar tanto o conhecimento adquirido quanto a capacidade de colocá-los em prática e expandi-los, garantindo, desse modo, o uso funcional e contextualizado das competências e habilidades necessárias à formação profissional.

Dessa maneira, é de vital importância a utilização de instrumentos diversificados, como exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de acompanhamento; relatórios; atividades complementares; provas escritas; atividades práticas; provas orais; seminários; portfólios; diários de bordo; projetos interdisciplinares; auto avaliação; entre outros (IFMT, 2020). A diversificação de instrumentos avaliativos permite ao discente identificar suas dificuldades e ao docente melhor identificar o desempenho do discente nas atividades e tomar decisões. Em se tratando de ser um curso EaD, este acompanhamento será, em especial, via AVA, através do acompanhamento do estudante, por meio da realização de suas atividades síncronas e assíncronas. Para as reuniões e webs com os professores e tutores também serão utilizadas plataformas como o Google Meet, Zoom e Microsoft Teams. Os polos também disponibilizarão de espaço para atividades avaliativas presenciais como fóruns, seminários e avaliações.

Os critérios e valores da avaliação adotados pelo docente devem ser explicitados aos discentes no início do período letivo e descritos no plano de ensino de cada componente

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

curricular. Todos os componentes curriculares devem ser avaliados numa dimensão somativa através de uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), admitindo frações de 0,1 (um décimo). Para nota de TCC, atividades complementares, curricularização da extensão e Estágio Supervisionado não Obrigatório, podem possuir suas especificidades. O resultado das atividades complementares, do estágio e do trabalho de conclusão de curso será registrado no fim de cada período letivo em que for ofertado.

Para expressar o resultado do desempenho acadêmico dos cursos de ensino superior, a média final e média de prova final devem obedecer aos seguintes critérios de aproximação:

- para fração menor que 0,05, aproxima-se para o valor decimal imediatamente inferior;
- para fração igual ou maior que 0,05, aproxima-se para valor decimal imediatamente superior.

A avaliação De acordo com a Regulamento Didático vigente do IFMT o sistema de avaliação na EaD estabelece que deve-se dar da seguinte forma:

1ª Nota (NV) → Nota das avaliações on-line → compreende a média simples das avaliações realizadas através da plataforma Moodle.

- A 1ª nota corresponde a 40% da Média Semestral e pode ser composta pelas seguintes atividades: fóruns, trabalhos escritos, questionários, exercícios, sínteses, resenhas, trabalhos em grupo, relatório de aulas práticas dentre outras atividades possíveis a critério do professor, num limite mínimo de 04 (quatro) atividades avaliativas on-line.

2ª Nota (NP) → Nota da avaliação presencial → compreende a nota atribuída ao discente através da verificação da aprendizagem por ocasião da avaliação presencial (prova) aplicada no polo na data marcada no cronograma de desenvolvimento do curso. Para ter acesso à avaliação presencial o discente deverá ter cumprido com as exigências da etapa anterior que resultou na 1ª nota, a saber, pelo menos 40% de aproveitamento nas avaliações ON-LINE.

- A 2ª nota corresponde a 60% da Média Semestral e é composta por prova presencial aplicada no polo ou atividade similar em casos específicos, sendo sempre de caráter presencia

Decorridas todas as avaliações do semestre, haverá Prova Final (PF) destinada aos discentes que obtiverem média final inferior a 6,0 (seis), independentemente do número de

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

componentes curriculares. Após a Prova Final, será aprovado o discente que obtiver média igual ou superior a 5,0 (cinco).

20. APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Os componentes curriculares cursados com aprovação, em outro curso no IFMT ou em outra instituição, relacionados ao perfil profissional de conclusão do Licenciado em Pedagogia, podem ser avaliados para aproveitamento de estudos pelo Coordenador, conforme o Art. nº 222 do Regulamento Didático do IFMT.

O aproveitamento de estudos compreenderá apenas componentes curriculares que tenham sido cursados até 5(cinco) anos antes; em cursos de graduação durante o desenvolvimento do curso no IFMT.

O pedido deve ser elaborado por ocasião da matrícula no curso, para discentes ingressantes no IFMT ou no prazo estabelecido no calendário acadêmico, para os demais períodos letivos. Cabe ao discente encaminhar à Coordenação de Curso correspondente o processo de aproveitamento de estudos.

O aproveitamento de estudo será concedido quando o conteúdo e carga horária do(s) componente(s) curricular(es) analisado(s) equivaler(em) a, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do componente para o qual foi solicitado o aproveitamento. O aproveitamento de estudos de componentes curriculares cursados em outras instituições não poderá ser superior a 30% (trinta por cento) da carga horária do curso do IFMT.

A Coordenação de Curso deverá dar ciência do resultado do processo ao requerente. Até a data de publicação dos resultados, o discente deverá frequentar as aulas regularmente. Para efeito de registro acadêmico, constará no histórico escolar a relação de disciplinas aproveitadas com a respectiva carga horária da matriz curricular do curso.

Maior detalhamento sobre os critérios de aproveitamento de estudos são encontrados no Regulamento Didático do IFMT (2020).

21. ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

O atendimento, apoio e acompanhamento dos estudantes são realizados atendimento individual e coletivamente pelos agentes: Coordenador do curso, no campus Cuiabá - Octayde

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Jorge da Silva; Coordenador de polo - no polo de apoio presencial; Tutor Presencial - no polo de apoio presencial; Tutor a distância - na plataforma Moodle pelo atendimento on-line; e Apoio ao curso – para as questões acadêmico-administrativas de atendimento on-line.

Os Tutores são os atores que estabelecem contato on-line permanente com os estudantes a fim de mediar a comunicação entre esses e o professor; promovem a integração e uso dos distintos recursos postos à disposição dos estudantes e podem auxiliá-los na busca de soluções para situações que possam afetar seu desempenho no curso. Os tutores presenciais também realizam plantão de atendimento nos polos semanalmente.

Os professores em cooperação com seus tutores, disponibilizam o retorno ao discente sobre as situações de aprendizagem vivenciadas no curso. O Coordenador de polo atua como mediador entre o estudante e a Instituição, professores formadores, tutores e o coordenador do curso.

As questões administrativas são tratadas e orientadas pelo apoio ao curso na secretaria do NEaD, sendo um canal de comunicação direta com a instituição. O NEaD do campus Cuiabá funciona de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Além disso, o campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva conta com uma Equipe Multiprofissional (Pedagogos, Técnico em Assuntos Educacionais, Assistente Social, Psicólogo, Tradutor Intérprete de Libras/Língua Portuguesa, Assistentes de Alunos e outros designados pelo Campus), Coordenação de Apoio ao Estudante (CAE) e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE). Esses setores promovem diversas ações: de acolhimento, rodas de conversa, oficinas, palestras, seminários, demais ações formativas e intervencionais sobre necessidades específicas e inclusão e apoio psicopedagógico.

O uso de tecnologias assistivas, como leitores de tela, lentes, lupas, dentre outros recursos, significam um auxílio valioso para aprendizagem, no entanto não descartam a necessidade de adaptação de material, metodologias e estratégias de aprendizagem. Assim, o atendimento educacional específico poderá ser contratado via edital da UAB mediante solicitação pela coordenação de curso. As adaptações curriculares necessárias para os alunos com necessidades educacionais específicas serão acompanhadas pela coordenação do curso e equipe pedagógica da UAB.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Além do acompanhamento pedagógico pelo NAPNE, no IFMT há a garantia de políticas de assistência estudantil e de permanência que são regulamentadas em cada campus com base no Regulamento Didático (IFMT, 2020) e podemos citar como exemplo: as bolsas permanência que atende “à parcela dos estudantes que, em razão de suas condições socioeconômicas, possuem dificuldades de custear e garantir sua permanência no curso. A bolsa permanência contribui para a manutenção do estudante na universidade e para a sua formação acadêmica”. As ações de Monitoria estão previstas nos artigos 243 e 247 deste regulamento e contemplam a política de assistência estudantil.

Da mesma maneira, uma forma de permanência dos estudantes é o fomento do PROIC - Programa Institucional de Iniciação Científica - PROIC responsável por conceder “bolsas de iniciação científica e tecnológica contribuindo para a formação de recursos humanos e o desenvolvimento institucional no campo da pesquisa” e de programas de bolsas como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID financiado pela CAPES, e inspirados nesse programa nacional o IFMT cria o seu próprio Programa de Iniciação à Docência - PID/IFMT contemplando os estudantes das licenciaturas. Outro Programa que contribui para a permanência dos estudantes é o Programa de Residência Pedagógica que integra a Política Nacional de Formação de Professores e proporciona a inserção dos licenciados no ambiente escolar e é financiado pela CAPES.

22. POLÍTICAS DE CONTROLE DE EVASÃO ESCOLAR

O fenômeno da evasão no ensino superior é conhecido em nível nacional. Considerada um fator multiforme a evasão é motivada tanto por fatores internos quanto externos à instituição de ensino. Desta forma, algumas medidas são utilizadas pela Instituição para criar condições de permanência e êxito no processo formativo dos estudantes, com o objetivo de garantir a permanência do estudante nos processos de escolarização com êxito na sua caminhada educativa.

No IFMT, a comissão de Permanência e Êxito dos Estudantes acompanha desde 2015 os índices de evasão dos cursos nos campi levantando as principais causas que levam a evasão e retenção, bem como os principais fatores que fazem com que o estudante permaneça na

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

instituição. A partir desses índices, foram propostas ações objetivando a mitigação dos fatores que influenciam o abandono dos cursos no campus, tais como: retenção, dificuldades relativas à formação escolar anterior, dificuldade de adaptação aos estudos e dificuldade financeira, quais sejam:

- Acompanhamento pelos docentes e tutores da participação dos estudantes nas atividades propostas;
- Acompanhamento da participação, envolvimento e desempenho dos estudantes com baixo rendimento acadêmico ou não participação em componentes curriculares pelos tutores presenciais, Coordenação de Polo, Coordenação de Curso;
- Após o período regular de oferta dos componentes curriculares será ofertada aos estudantes que não conseguirem atingir a média a oportunidade da realização dos estudos de recuperação/repercurso. O repercurso consiste em uma nova oportunidade de desenvolvimento cognitivo, na qual poderão transpor as dificuldades que surgiram no decorrer dos seus estudos, de modo que possam obter êxito nas atividades acadêmicas e na integralização dos componentes curriculares do curso.

23. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento de egressos constitui-se no conjunto de ações implementadas que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. Os egressos se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, como fontes de informações que possibilitam retratar a forma como a sociedade em geral percebe e avalia essas instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que se concretiza.

A política de acompanhamento de egressos do IFMT é instituída pela Resolução CONSUP nº 143/2017 e consta no Regulamento Didático vigente. Conforme o PDI vigente, o IFMT disponibiliza aos egressos ambientes específicos para profissionais formados, para que possam se manter em contato uns com os outros e ainda, possam constituir grupos de discussão visando a troca de experiências profissionais, publicações técnicas e científicas e também, para divulgação de oportunidades de trabalho e de aperfeiçoamento profissional.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Para tanto, o IFMT dispõe de Programa de Acompanhamento dos Egressos, com o objetivo de manter uma linha permanente de estudos e análises, a partir das informações coletadas, para avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional às necessidades do mercado de trabalho. O Programa de Acompanhamento dos Egressos conta ainda com uma base de dados, com informações atualizadas dos egressos; mecanismos para a promoção de um relacionamento contínuo entre o IFMT e seus egressos; e mecanismos para avaliar a adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

O campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva conta, também, com a Diretoria de Extensão (DIEX) que coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de egressos do campus.

24. MOBILIDADE ACADÊMICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Diretoria Sistêmica de Relações Internacionais (DSRI) é o órgão responsável pela elaboração da política de cooperação internacional do Instituto Federal de Mato Grosso. Esta diretoria responde pelos contatos internacionais da Instituição, acordos de cooperação e convênios internacionais assumidos pelo IFMT, bem como pela representação e cooperação com as outras instituições brasileiras. Seu objetivo é promover, coordenar e consolidar a política de cooperação internacional do IFMT como estratégia de crescimento institucional e de qualificação acadêmica.

A DSRI possui acordo/memorando de entendimento com 21 instituições internacionais, sendo 14 internas e 7 externas, por meio do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF. O estudante com interesse em realizar um intercâmbio internacional para uma dessas instituições, deve entrar em contato com a DSRI para verificar a disponibilidade de vagas ofertadas pelos parceiros estrangeiros. Outra possibilidade é a participação nos editais de seleção para mobilidade internacional, ofertados ao longo dos anos letivos, sendo esses com custeio previsto pelo próprio IFMT.

25. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE, previsto no Regulamento Didático do IFMT (2020, p. 26), Capítulo I, Seção III, “é o órgão consultivo, constituído por um grupo permanente de docentes, responsável pela concepção, consolidação, acompanhamento e contínua atualização do PPC, tendo por finalidade a revitalização dos cursos”.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE, instituído pela Portaria Ministerial nº 147/2007 e detalhado pelo Parecer MEC/CONAES nº 04/2010 e Resolução nº 01/2010, é um órgão consultivo que tem, dentre outras, as seguintes atribuições (Art. 2º da Resolução):

- contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação;
- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação.
- pelo menos 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso, tendo o coordenador de curso como integrante;
- ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, porém ao menos 20% em tempo integral;
- assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE, de modo a garantir continuidade no processo de acompanhamento do curso.

A constituição, as atribuições e outras disposições obedecem ao estabelecido no Regulamento Didático do IFMT (2020) que normatizou a estruturação e regulamentação dos Núcleos Docentes Estruturantes dos Cursos Superiores de Tecnologia, Licenciaturas e Bacharelados ofertados nos Campi do IFMT.

O Núcleo Docente Estruturante será constituído a partir da seleção dos professores para atuação do curso de Licenciatura em Pedagogia.

26. COLEGIADO DE CURSO

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Segundo o Regulamento Didático do IFMT (2020, p. 27), o Colegiado de curso é o “órgão administrativo, consultivo e de supervisão responsável por coordenar e fixar diretrizes e orientações didáticas para o respectivo curso ou programa, visando garantir sua qualidade didático-pedagógica”. Ainda,

Art. 159 O colegiado de curso será constituído por:

I. presidente, que será o coordenador de curso;

II. representantes do corpo docente em efetivo exercício;

III. representantes do corpo de estudantes do curso; e

IV. representantes do corpo técnico, designado pela Direção de Ensino/Chefia de Departamento.

Art. 160 Caberá à Direção-Geral do Campus expedir ato de designação do colegiado de curso.

Art. 161 Excepcionalmente, estudantes representantes de turma poderão participar de reuniões do colegiado do curso em que estão matriculados, sempre que houver questões para deliberação relacionadas a fatos que envolvam as turmas que eles representam.

Art. 162 As reuniões dos colegiados de curso devem ser lavradas em atas e, preferencialmente, que a súmula desta seja publicada na página do curso.

Art. 163 As competências, o funcionamento e as formas de escolhas para a composição dos membros do colegiado serão definidos e disciplinados em documento específico do colegiado, elaborado pelo campus (IFMT, 2020, p. 27-28).

Sendo assim, o Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFMT será atualizado semestralmente, tendo em vista que as disciplinas do curso são semestrais e que o corpo docente em efetivo exercício no curso se modifica conforme as mesmas.

27. CERTIFICAÇÃO E DIPLOMAS

Após o cumprimento integral de todos os componentes curriculares e de todas as atividades definidas no Projeto Pedagógico de Curso, será conferido ao concluinte o diploma de graduação na área de sua formação.

Desta forma, ao estudante que concluir o curso superior de Graduação em Pedagogia - Licenciatura, modalidade à distância, apresentando frequência e desempenho satisfatório em conformidade com o sistema de avaliação em vigor no IFMT - Campus Cuiabá - será concedido o Diploma de Licenciado em Pedagogia.

O diploma será devidamente registrado em livro próprio pela Secretaria Geral de Documentação Escolar do IFMT – Campus de Cuiabá.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

De posse do Diploma acadêmico o estudante poderá solicitar a sua regularização profissional no conselho profissional competente, quando for o caso.

Para maiores informações consultar o Regulamento Didático do IFMT (2020), no Capítulo II – Da Certificação, artigos 136 a 144.

28. COLAÇÃO DE GRAU

A colação de grau ou conclusão de curso é ato oficial realizado em sessão solene e pública, em dia e horário previamente fixados no calendário acadêmico, presidida pelo Reitor do IFMT ou por outro a quem ele delegar competência (IFMT, 2020).

Na educação superior, a colação de grau é condição obrigatória, quer seja coletiva, quer seja extemporânea, para expedição do diploma. A participação na cerimônia de Colação de Grau é direito constituído e intransferível do discente que:

I- tenha concluído com êxito todas as atividades didático-pedagógicas obrigatórias, previstas no Projeto Pedagógico do Curso;

II- esteja com sua situação acadêmica devidamente regularizada até 30 (trinta) dias antes da cerimônia; e

III- esteja em condição regular em relação ao ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Discentes), conforme Lei nº 10.861/2004, Artigo 5º, no §5º, que dispõe sobre a obrigatoriedade de que o discente faça o ENADE.

Não será permitida a participação de discentes que não estiverem aptos à colação de grau. Nas sessões solenes de colação de grau, é obrigatório, para os formandos dos cursos superiores, o uso de beca acadêmica, capelo e faixa, na cor que caracteriza o curso.

29. INSTALAÇÕES FÍSICAS E EQUIPAMENTOS

Quadro 13: Infraestrutura física (campus Cuiabá)

ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
--------------	----------------------	-------------------

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

1	Salas de aulas (convencionais)	43
2	Salas de Desenho	03
3	Laboratórios Didáticos	51
4	Laboratório de Informática	18
5	Biblioteca	01
6	Auditório	01
7	Sala de Professores	03
8	Sala de Cultura	04
9	Sala de Xadrez	01
10	Anfiteatro (em reforma)	01
11	Sala de videoconferência	01
12	Ginásio poliesportivo	02
13	Parque aquático	01
14	Sala de dança	01
17	Refeitório	01
18	Cantina	01
19	Estacionamento	01

Fonte: Diretoria de Sede,2020.

A área de trabalho para os docentes do curso, bem como a sala de coordenação e PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

secretaria ficam no NEaD. Os cursos ofertados pelo NEaD dispõem não só dos laboratórios de informática do campus, bem como também de equipamentos, biblioteca, salas de aula e espaços didáticos e de convivência que poderão, sempre que necessário, serem utilizados pelos professores e tutores, para o desenvolvimento e integralização do curso. Todas as salas de aula e laboratórios são climatizados e com recursos de conectividades disponíveis. A utilização dessa estrutura está disponível nos horários de funcionamento da instituição ou nos fins de semana, mediante agendamento prévio.

Acrescida a esta estrutura física, o NEaD dispõe de Notebooks, Datashow, Televisor, DVD Player, Retroprojeto, lousa digital, máquina fotográfica digital e Quadro virtual interativo.

30. PLANO DE MELHORIAS PARA O CURSO

O curso superior de Licenciatura em Pedagogia, com apoio da Direção do campus e do Centro de Referência em Educação à Distância do IFMT, tem buscado implementar melhorias físicas e estruturais. Sendo assim, as seguintes ações foram planejadas:

- Aquisição anual de obras atualizadas para a Biblioteca do campus;
- Melhoria das instalações físicas do Núcleo de Educação à Distância (NEaD), como ampliação do espaço, aquisição de equipamentos e melhoria do espaço para gravações;
- Aquisição de biblioteca virtual;
- Visitas periódicas aos polos para verificar se a situação física e estrutural local atende ao curso.
- Equipamentos de informática;
- Melhoria à estabilidade e velocidade de acesso à internet, à rede sem fio e à adequação do espaço físico;
- Hardware e software atualizados, além de uma política de avaliação periódica de sua adequação, qualidade e pertinência;
- Produção de recursos didáticos para EaD e sua logística.

31. REQUISITOS DE ACESSIBILIDADE

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

O IFMT assumiu, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, o compromisso de se adequar aos requisitos de acessibilidade consignados pela legislação e padrões governamentais. Assim, o IFMT tem buscado ao longo dos anos promover a adequação e implantação dos padrões de acessibilidade através da implementação das seguintes ações:

- Adequar-se ao que prescreve a legislação e aos padrões governamentais de acessibilidade;
- Promover a acessibilidade aos portadores de necessidades especiais tanto para servidores da Instituição, comunidade escolar e a sociedade em geral em seus sistemas acadêmicos, administrativos e em demais serviços.
- Adquirir mobiliário adequado de trabalho para servidores da Instituição, englobando servidores que possuem necessidades especiais, seja ela de qualquer natureza.

Além disso, como forma de facilitar a locomoção dos discentes com necessidades específicas a todo o prédio, foram instalados dois elevadores com acesso aos pisos superiores. Também é verificada a existência de rampas de acesso para facilitar a locomoção dos estudantes. Cabe ainda mencionar que o campus Cuiabá já possui banheiros adequados ao uso dos PCDs. Portanto, as ações acima citadas demonstram que a instituição de ensino já consegue prover as condições estruturais mínimas em relação às barreiras físicas para atender o público supracitado.

No entanto, considerando as dificuldades de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, que visa a democratização do acesso e a permanência destes, o IFMT-campus Cuiabá suscitará ações coerentes com os princípios e as políticas inclusivas que se inserem nesta perspectiva no contexto brasileiro, envolvendo professores, técnicos e alunos nas discussões sobre o tema das diferenças em um trabalho de conscientização e melhoria no atendimentos aos diferentes tipos de alunos e de deficiências, abrangendo desde a matrícula até a comunicação aos professores dos tipos de deficiências, acolhimento em sala de aula, presença de intérprete ou outro técnico que possa auxiliar os trabalhos pedagógicos e de inclusão.

Ademais, em relação à metodologia a ser aplicada, pretende-se que o NAPNE junto aos professores promovam processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem desses estudantes, tais como pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa,

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

leitores de tela, entre outros.

Diante disso, o IFMT- campus Cuiabá proporcionará um curso de formação, em dia e horário alternativo, visando possibilitar a construção de conhecimentos que favoreçam o desenvolvimento de ações inclusivas aos docentes, discentes e técnicos administrativos, com eixo temático: Educação e inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: concepções e marcos legais, com os objetivos de:

- Compreender os pressupostos teóricos da educação inclusiva, problematizando questões sobre acesso e permanência das pessoas com deficiência no ensino superior de forma a favorecer o desenvolvimento de ações inclusivas em nosso campus.
- Refletir criticamente sobre a educação das pessoas com deficiência no contexto sociocultural brasileiro visando sua plena cidadania;
- Conhecer os marcos legais referentes à educação de pessoas com deficiência;
- Discutir o conceito de acessibilidade pedagógica no ensino superior;
- Construir conhecimentos que favoreçam e ressignifiquem a atuação docente e técnica, junto aos estudantes com deficiência;
- Refletir sobre a tecnologia assistiva, enquanto área de conhecimento interdisciplinar favorecedora da autonomia da pessoa com deficiência.

Por meio dessas ações, que ocorrerão de forma continuada, avançaremos naquilo que preconiza o Documento “Referenciais de Acessibilidade no Ensino Superior”, Brasil (2013, p. 3-4):

[...] necessidade de ampliar o conhecimento sobre o tema, haja vista que tem motivado intensas reflexões e debates por parte dos profissionais da educação e afins. Isso porque, entendida em seu amplo espectro (acessibilidade atitudinal, física, digital, nas comunicações, pedagógica, nos transportes, etc.), pressupõe medidas que extrapolam a dimensão arquitetônica e abrangem o campo legal, curricular, das práticas avaliativas, metodológicas, entre outras.

Desta forma, o IFMT - campus Cuiabá aproximará da meta de formar alunos que se percebam como pessoas com potenciais para aprender e participar da sociedade de acordo com suas capacidades.

32. DISPOSIÇÕES FINAIS

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

O Curso de Licenciatura em Pedagogia obedecerá a todas as normativas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e as normas específicas do Campus Cuiabá Cel. Octayde Jorge da Silva.

Todas as situações não previstas em normativas próprias das instituições envolvidas serão resolvidas pelo Colegiado de Curso e NEaD - Campus Cuiabá.

33 BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. (LEI nº 9.393/96). Ministério da Educação. MEC, Brasília, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm>. Acesso em: 20 out. 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 01/2012 que trata das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02/2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação Ambiental.

BRASIL. CNE/CP nº 1 de 15 de maio de 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

BRASIL. CNE/CP nº 1 de 01 de março de 2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.

BRASIL. Resolução CNE/CP nº 02, de 20 de dezembro de 2019, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

BRASIL. Resolução nº 02/CNE/CES/2007: dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, modalidade presencial.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 2018b.

Decreto 5.626/ 2005: regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000.

Decreto Nº 7.234/2010 – Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Decreto nº 7.611/ 2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.

Decreto nº 9.235/2017: dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

Decreto nº.5296/2004 que regulamenta as leis que tratam da educação inclusiva

IFMT. Resolução CONSUP/IFMT nº 81 de 26 de novembro de 2020, que aprovou o Regulamento Didático do IFMT. Cuiabá: IFMT, 2020.

IFMT. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI do Instituto Federal de Mato Grosso: 2019-2023. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Cuiabá: IFMT, 2019.

Lei 10.639/03: Altera a Lei no 9.394/96, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

Lei 10.861/2004: institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

Lei 11.645/2008: inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade do ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Lei 11.741/2008: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.

Lei nº 10.098/2000 - Lei de Acessibilidade.

Lei nº 12.764/2012 - Lei de Proteção dos Direitos das Pessoas com Transtornos do Espectro Autista.

Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com deficiência.

Lei nº 13.185/2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).

Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.

Resolução CONSUP nº 94/2017 – Política de Assistência Estudantil.

Resolução CONSUP nº 95/2017 – Regulamento IFMT da Política de Assistência Estudantil.

MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. Campinas: Papirus, 2007.

Resolução CONSUP nº 027/2019 - Regulamento das Ações de Extensão do IFMT.

Resolução CONSEPE nº 021/2021 - Regulamento para a curricularização da extensão no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.

PPC aprovado pela Resolução CONSEPE nº43/2022 e homologado pela Resolução CONSEPE nº 45/2022. Autorização de funcionamento aprovada pela Resolução CONSUP nº 120/2022 que também aprovou o PPC do curso.